

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL**

**RACIONALIDADES TECNOBUROCRÁTICAS E
QUILOMBOLAS: INTEGRAÇÃO DA
COMUNIDADE CÓRREGO DAS MOÇAS AO PAA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Cristiane Coradin

**Santa Maria, RS, Brasil
2014**

**RACIONALIDADES TECNOBUROCRÁTICAS E
QUILOMBOLAS: INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE
CÓRREGO DAS MOÇAS AO PAA**

Cristiane Coradin

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Extensão Rural**

Orientador: Renato Santos de Souza

Santa Maria, RS, Brasil

2014

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Coradin, Cristiane
Racionalidade tecnoburocráticas e quilombolas:
integração da comunidade Córrego das Moças ao PAA /
Cristiane Coradin.-2014.
150 p.; 30cm

Orientador: Renato Santos de Souza
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-
Graduação em Extensão Rural, RS, 2014

1. Quilombolas 2. Políticas públicas 3. Agricultura
familiar 4. Campesinato negro I. Santos de Souza, Renato
II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS RURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EXTENSÃO RURAL

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Dissertação de Mestrado

RACIONALIDADES TECNOBUROCRÁTICAS E
QUILOMBOLAS: INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE
CÓRREGOS DAS MOÇAS AO PAA

elaborada por
Cristiane Coradin

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Extensão Rural

COMISSÃO EXAMINADORA:



Renato Santos de Souza
(Presidente/Orientador)



Maria Catarina Chitolina Zanini, Dra. (UFSM)



Joel Orlando Bevilaqua Marin, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 13 de maio de 2014.

Dedico esta pesquisa à minha mãe Ivete, ao meu pai David e às minhas irmãs, pelas presenças carinhosas em minha vida, e pelo permanente apoio incondicional ao meu processo pessoal e profissional de construção de autonomia e amadurecimento.

Dedico também à Família de Celso Almeida Lima, especialmente à sua mãe, Dona Rosa e seu pai, Sr. Antônio, por todo apoio, amizade, exemplo e aprendizado que pudemos compartilhar no período em que estive envolvida em atividades profissionais no Vale do Ribeira Paraná.

Dedico ainda a todos os negros e negras, aos bugres e bugras do Vale do Ribeira Paraná, pela coragem com que lutam e resistem cotidianamente neste território, buscando dignidade, autonomia, reconhecimento e respeito às suas alteridades.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos professores do Departamento de Economia Rural e Extensão Rural do Setor de Ciências Agrárias da UFPR, Paulo André Niederle e Luciano de Almeida, pelo incentivo e auxílio na escolha e desenvolvimento do atual projeto de pesquisa; ao meu orientador, Renato Santos de Souza, pela paciência e liberdade com a qual me orientou, ao professor Joel Orlando Bevilaqua Marin, por toda orientação e aprendizado acadêmico, e pela amizade compartilhada, à professora Maria Catarina C. Zanini, pelo aprendizado antropológico e pela orientação acadêmica que me proporcionou na condução e elaboração desse estudo; à Coordenação e à Secretaria do Programa de Pós graduação em Extensão Rural da UFSM, especialmente ao Prof. Vicente Celestino, pelo carinho e cuidado permanente com o qual sempre nos acompanhou e estimulou em nossos estudos; aos demais professores do Programa, com os quais pude aprender e conviver no ambiente das disciplinas, especialmente aos professores Clayton Hillig, Antonio José Costabeber (em memória) e José Marcos Froehlich; e a todos os colegas e amigos que pude conhecer e conviver durante esse período que estive em Santa Maria, especialmente à Milena Capistrano, Cassiane Costa, Letícia Paludo, Cesar Augusto Lodi, Reginaldo Ghellere, Carla Mancuello, Gustavo Benitez, Daiane Loreto, Tatiane Netto e Alisson Zanett.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural
Universidade Federal de Santa Maria

RACIONALIDADES TECNOBUROCRÁTICAS E QUILOMBOLAS: INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE CÓRREGOS DAS MOÇAS AO PAA

AUTORA: CRISTIANE CORADIN

ORIENTADOR: RENATO SANTOS DE SOUZA

Data e Local da Defesa: Santa Maria, 13 de maio de 2014.

O presente estudo visa compreender como a racionalidade burocrática do Programa de Aquisição de Alimentos se relaciona com a racionalidade dos quilombolas da Comunidade Córrego das Moças, situada no Município de Adrianópolis – PR. Para tanto, realizei pesquisa qualitativa, sob uma perspectiva etnográfica, associada à pesquisa bibliográfica sobre o tema. Como resultados, analiso que a integração desses sujeitos sociais ao PAA tem gerado tênues alterações em seus sistemas de produção, contemplando algumas mudanças nas divisões sociais de trabalho familiar, propiciando ampliação da autonomia de mulheres e jovens frente a maridos e pais. Coletivamente, a integração burocrática do grupo ao Programa sustenta-se, reforçando e resignificando, relações de reciprocidade, amizade e parentesco, relações patrono-cliente e de dominação masculina presentes no grupo. Compreendi que a assimilação dos quilombolas aos padrões de normatização, padronização, rotinização e formalização burocrática do Programa tem ocorrido de forma conflitiva, assimétrica e subordinada, em alguns casos, sofrendo ajustes e adaptações internas, e em outros casos, não sendo plenamente cognoscíveis a esses sujeitos. Nesses contextos, mediadores profissionais e quilombolas tem cumprido papel significativo na conexão de visões de mundo e *ethos*, constituindo-se como corpo técnico especializado. Tal contexto, no entanto, tem bloqueado a assunção, controle, socialização e aprendizado dos quilombolas participantes, os quais se mantêm subordinados aos mediadores responsáveis pela gestão do Projeto. Por fim, analiso que o processo de integração desses quilombolas ao PAA tem promovido a ampliação de sua autonomia relativa, na medida em que qualifica a condição camponesa das famílias participantes, bloqueado, porém, a assunção, apropriação material e simbólica das dinâmicas tecnoburocráticas pelos quilombolas, na gestão projeto, restringendo possibilidades de ampliação do processo de autonomia relativa e etnogênese do grupo, reproduzindo contextos de violência e dominação legal e simbólica. Concluo o estudo apontando a necessidade de conexão entre políticas públicas voltadas à agricultura camponesa, familiar e quilombola, com políticas públicas de promoção da igualdade racial, enquanto pressuposto necessário ao pleno desenvolvimento desses grupos étnicos.

Palavras-chave: Campesinato Quilombola. Políticas Públicas. Agricultura Familiar.

ABSTRACT

Dissertation to Master's Degree
Graduate Program in Rural Extension
Federal University of Santa Maria

TECNOBUREAUCRATIC AND MAROON RACIONALITIES: INTEGRATION OF THE COMMUNITY “CÓRREGO DAS MOÇAS” TO THE PAA

AUTHOR: CRISTIANE CORADIN

ADVISOR: RENATO SANTOS DE SOUZA

Date and Place of Defense: Santa Maria, may 13, 2014.

This study aims to understand how the bureaucratic rationality of the Food Acquisition Program (PAA) relates to the rationality of the Maroons Community “Córrego das Moças”, located in the city of Adrianópolis - PR. For both qualitative research performed under an ethnographic perspective, associated with literature about the subject. As results, analyze the social integration of these subjects to the PAA has generated subtle changes in their production systems, contemplating some changes in the social divisions of family work, providing increased autonomy of women and youth against husbands and fathers. Collectively, the bureaucratic integration of the group program sustains itself, redefining and reinforcing, reciprocal relationships, friendship and kinship, patron-client relationships and male domination present in the group. I realized that the assimilation of the group to the standards of regulation, standardization, routinization and formalization of accountings of the program has been going conflictive, asymmetrical and conditional, so in some cases, suffering internal adjustments and adaptations, and in other cases not being fully knowable to those subjects. In these contexts, professional mediators and Maroons have completed significant role in connecting worldviews and *ethos*, establishing itself as a specialized technical body. This scenario, however, has blocked the assumption, control, socialization and participants Maroons, which remains subject to the mediators responsible for managing the learning design. Finally, I analyze the integration process of the Maroons PAA has promoted the expansion of its relative autonomy, in that it describes the condition of the peasant participants, families locked, however, the assumption, material and symbolic appropriation of dynamic tecnoburocráticas by Maroons in project management, constraining options for expanding relative autonomy and ethnogenesis of the group process, reproducing contexts of violence and legal and symbolic domination. Conclude the study indicates the need for connection between facing the peasant agriculture, family and maroon, with public policies promoting racial equality as a condition necessary for the full development of these ethnic groups public policy.

Keywords: Marrons Peasants. Public Policy. Family Farming.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Estado do Paraná e dos Municípios do Vale do Ribeira-PR.....	60
Figura 2 – Mapa de localização da bacia hidrográfica do Rio Ribeira.....	62
Figura 3 – Mapa de localização das CRQ's do Estado do Paraná.....	74
Figura 4 – Mapa das Comunidades Quilombolas no Município de Adrianópolis.....	75
Figura 5 – Mapa de localização da CRQ Córrego das Moças.....	88
Figura 6 - Foto de localização e caracterização CRQ's Córrego das Moças.....	91
Figura 7 – Foto de uma “roça” tradicional da CRQ's Córrego das Moças.....	93
Figura 8 – Foto dos sistema das hortas tradicionais quilombolas.....	96
Figura 9 – Horta convencional quilombola.....	97

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Carta de Apresentação.....	145
Anexo B – Registro do Gabinete de Projetos - UFSM.....	146
Anexo C – Roteiro de entrevista semiestruturada para agricultores quilombolas.....	147
Anexo D – Roteiro de entrevista semiestruturada para quilombolas mediadores externos da Comunidade Córrego das Moças.....	148
Anexo E – Roteiro de entrevista semiestruturada para mediadores técnicos sócio-políticos.....	149
Anexo F – Carta de Nicolau Dias de Matos.....	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia
AOPA – Associação de Agricultura Orgânica do Paraná
APAE – Associação de pais e amigos dos excepcionais
ATER – Assistência Técnica de Extensão Rural
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD – Banco Interamericano para reconstrução e Desenvolvimento
CBA – Companhia Brasileira de Alumínio
CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar
CEASA – Central de Abastecimento
CMDR – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CNT – Comunidade Negra Tradicional
COAQUIVALE – Coordenação das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira Paraná
COHAPAR – Companhia de Habitação do Paraná
CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento
CONAQ – Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores de Agricultura
COOPAFI – Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar
COOPERAFLORÉSTA – Cooperativa dos Agricultores Agroflorestais
COOPERIGUAÇU – Cooperativa Iguazu de Prestação de Serviços
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
COPLAR – Cooperativa dos Produtores de Leite do Alto Ribeira
CPR – Cédula de Produto Rural
CRESOL - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária
CRQ – Comunidade Remanescente de Quilombos
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DAP – Documento de Aptidão ao Pronaf DESER – Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais
FCP – Fundação Cultural Palmares
FEC – UFF – Fundação Euclides da Cunha – Universidade Federal Fluminense
FETRAF – Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
GTCM – Grupo de Trabalho Clovis Moura
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITCG – Instituto de Terras, Cartografia e Geociências
ITESP – Instituto de Terras do Estado de São Paulo
MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MF – Ministério da Fazenda
MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão
MOAB – Movimento dos Ameaçados por Barragens
ONG's – Organizações não governamentais
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PBQ – Programa Brasil Quilombola

PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultura Familiar e Reforma Agrária
PT – Partido dos Trabalhadores
RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SAN – Segurança Alimentar e Nutricional
SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente
SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SESA – Secretaria da Saúde
UFPR – Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 CULTURA, POLÍTICA E BUROCRACIA	18
1.1 Cultura, interações e mediações socioculturais	18
1.2 Modernidade, burocracia e interações socioculturais no contexto político brasileiro	25
2 PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO PAA E DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL	38
2.1 Antecedentes, emergência e desenvolvimento do PAA	39
2.2 Marcos conceituais e normativos do reconhecimento jurídico das Comunidades Remanescentes de Quilombos	46
2.3 Instituição do direito, mobilização e reconhecimento legal	50
2.4 Envolvimento e des- envolvimento dos quilombolas com Programas e Políticas Públicas	53
3 O VALE DO RIBEIRA PR: FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL, ETNOGENESE QUILOMBOLA, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS	60
3.1 Características e dinâmicas ambientais, socioculturais e econômicas	60
3.2 Programas e perspectivas de desenvolvimento	69
3.3 Etnogênese das CRQ's do Vale e o papel dos mediadores sociais	73
3.4 Emergência e desenvolvimento do PAA em Adrianópolis	78
4 INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE CÓRREGO DAS MOÇAS AO PAA	86
4.1 Caracterização do grupo	87
4.2 Condição camponesa, sistemas de produção e de comercialização	92
4.3 Organização social do grupo e mediações socioculturais	108
4.4 Etnogênese, dependência e autonomia	120
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERENCIAS	135
ANEXOS	145

INTRODUÇÃO

O curso e o ritmo que adotei enquanto opção compreensiva e interpretativa, me conduziu nesse estudo à descrição e análise das interações socioculturais entre racionalidades. Meu enfoque se situa na compreensão socioantropológica dos processos de encontros entre o Programa de Aquisição de Alimentos e os Remanescentes de Quilombos da Comunidade Córrego das Moças, situada no Município de Adrianópolis, região do Vale do Ribeira Paraná.

No ano de 2009, atuando como extensionista na região metropolitana de Curitiba, comecei a ter contato com os Remanescentes de Quilombos na região do Vale do Ribeira. Em 2010, trabalhei no município de Adrianópolis como extensionista rural, atendendo 80 famílias de agricultores familiares, dos quais, cerca de metade deles, reconhecidos como quilombolas. Residentes das Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ) João Surá, Sete Barras, Córrego das Moças, e na Comunidade Negra Tradicional (CNT) Tatupeva, localidade na qual residi durante os seis meses em que estive trabalhando nesse projeto. Nesse mesmo período, fiz um estudo sociológico de caráter monográfico na localidade do Tatupeva, cujo tema fora a compreensão das relações de trabalho no monocultivo de pinus (Coradin, 2012). Esse período foi rico para que eu pudesse começar a conhecer e compreender os problemas sociais, econômicos, políticos, bem como os códigos culturais desses grupos étnicos, construindo relações de confiança que me possibilitaram retornar ao campo para a realização da presente pesquisa.

A partir da vivência cotidiana com os grupos de beneficiários assistidos, com os mediadores técnicos locais e regionais, e também a partir dos resultados que obtive na pesquisa de campo realizada com os assalariados do *pinus*, despertei-me para a realização da presente pesquisa. Nesse momento, o problema social e teórico já não se tratava mais de compreender como os agricultores negros e caboclos da região poderiam estar perdendo a condição de camponeses, para tornarem-se apenas assalariados rurais, justificativa que motivou-me à realização da pesquisa anterior, mas sim, compreender por que, como e de que forma, mesmo se assalariando, tais famílias permaneciam vinculadas à terra e ao seu *ethos* camponês.

Naquele contexto, o Programa de Aquisição de Alimentos começava a ser executado nesse município, despontando como uma das principais alternativas a serem fomentadas pelo trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), grosso modo, aparecendo como uma inovadora e importante possibilidade de posituação e de reprodução social da condição

camponesa desses agricultores, justificando, portanto, a necessidade de permanência de estudos teóricos na localidade, enfocando a relação entre o PAA e os quilombolas.

No entanto, por se tratar de uma iniciativa inovadora, diferente de toda e qualquer experiência com programas governamentais que esses grupos tenham participado até então, tal inserção vinha despertando entre os agricultores, mediadores técnicos e sociopolíticos, diversas confusões e desentendimentos, os quais, em meu trabalho de campo, buscava compreender e refletir com os agricultores e mediadores. Foi, portanto, nesse contexto de desentendimentos e confusões, que decidi-me por realizar o afastamento do grupo, com a finalidade de estudar a relação entre a racionalidade do Programa de Aquisição de Alimentos e a racionalidade dos Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira Paraná.

Nesse sentido, o problema de pesquisa do presente estudo constituiu-se da seguinte forma: como a racionalidade do Programa de Aquisição de Alimentos se relaciona com a racionalidade dos quilombolas? Como objetivo geral, busquei compreender e analisar as interações socioculturais decorrentes da integração dos quilombolas ao Programa de Aquisição de Alimentos na CRQ Córrego das Moças, situada no Vale do Ribeira Paraná. E como objetivos específicos: a) compreender como as demandas operacionais do Programa interagem com as dinâmicas familiares de produção e de comercialização dos quilombolas fornecedores; b) analisar como os padrões organizacionais do Programa interagem com os padrões de organização do grupo étnico; c) descrever e analisar as mediações sociais estabelecidas entre o Programa e os quilombolas; e d) compreender os impactos dessas interações socioculturais nos processos de etnogênese, dependência e autonomia do grupo pesquisado.

Como opção teórico-metodológica viável ao cumprimento de tais propósitos, adotei uma orientação socioantropológica, baseada na construção de um estudo qualitativo, interpretativo, orientado por uma perspectiva etnográfica, como forma de adentrar-se à descrição, compreensão e análise das microrrelações produzidas, correlacionando-as com mediações ampliadas.

Os escritos etnográficos, são descrições densas, ao mesmo tempo em que interpretações possíveis, pois que são a própria construção do autor a partir de construções sociais realizadas por outras pessoas e processos sociais, por isso, interpretações possíveis: “Bem no fundo da base factual, a rocha dura, se é que existe uma de todo empreendimento (etnológico), nós já estamos explicando e, o que é pior, explicando explicações” (GEERTZ, 2012, p. 07).

A etnografia compreende a apreensão e sistematização da realidade social pesquisada. Inicia-se com a construção de interpretações próprias de símbolos e significados, que os sujeitos

sociais pesquisados constituem e conferem a ações sociais realizadas por si mesmos, e decorrentes de suas interações e processos de vida social, para posteriormente prosseguir-se com a construção de sua sistematização (Geertz, 2012), processo que deve sobretudo, “[...] ocupar-se com o que os homens ‘conhecem’ como ‘realidade’ em sua vida cotidiana, vida não teórica e nem pré-teórica (BERGER e LUCKMAN, 2011, p. 29).

A partir da vivência etnográfica e da construção dos discursos do grupo social que o etnólogo constrói compreensões e análises macro sociológicas. Da compreensão das micro análises o etnólogo tece possibilidades de conexões entre essas interpretações e generalizações teóricas macro sociológicas, possibilitadas pela construção das tramas de significações criadas, reproduzidas e transformadas pelos sujeitos sociais, inseridos em contextos específicos. Para Geertz (2012), é do estudo antropológico minucioso e denso que se chega a generalizações possíveis no campo da Sociologia.

Esse fazer etnográfico detalhado, denso e minucioso, possibilita a ampliação da compreensão do pesquisador sobre as relações sociais, de modo a contemplar com maior qualidade a descrição da percepção do grupo social, reduzindo a inclusão de suas próprias percepções nas descrições realizadas, ajustando-se, dessa forma, ao cumprimento dos objetivos propostos por essa pesquisa, tal como sugerido por Malinowski (1979).

De acordo com Sahlins (2004, p. 516), “[...] o propósito mais importante [da etnografia histórica] é sintetizar a forma e a função, a estrutura e a variação, como um processo cultural significativo, decorrente de uma ordem cultural específica e não de uma lógica prática eterna”, homogeneizante e englobante. Por isso que “[...] a tarefa essencial de construção teórica não é codificar regularidades abstratas, mas tornar possíveis descrições minuciosas, não generalizar através dos casos, mas generalizar dentro deles” (GEERTZ, 2012, p. 18). Para este autor, a realização de tais processos seguem um determinado percurso teórico:

É justamente com esta espécie de material produzido por um trabalho de campo quase obsessivo de peneiramento, a longo prazo, principalmente (embora não exclusivamente) qualitativo, altamente participante e realizado em contextos confinados, que os megaconceitos com os quais se aflige a ciência social contemporânea – legitimidade, modernização, integração, conflito, carisma, estrutura ... significado – que podem adquirir toda a espécie de atualidade sensível que possibilita pensar não apenas realista e concretamente *sobre* eles, mas, o que é mais importante, criativa e imaginativamente *com* eles (GEERTZ, 2012, p. 16-17).

Nesse sentido, para construção conceitual e empírica do processo etnográfico, e da lente teórica que me conduziu às interpretações e análises dos processos de encontros entre racionalidades, referenciei-me em estudos dos Antropólogos contemporâneos Clifford Geertz

e Marshall Sahlins, no conceito de grupos étnicos de Fredrik Barth, na conceituação de burocracia e dominação legal de Max Weber; e nos conceitos de campo político, dominação e violência simbólica de Pierre Bourdieu.

Associando-se à luz de tais autores, realizei revisão bibliográfica, trazendo com isso outros autores, tais como José de Souza Martins e Jorge Romano, na compreensão da cultura política brasileira; Alexander Chayanov, Maria de Nazareth B. Wanderley, Antônio Cândido, Jan Douwe Van der Ploeg e Eric Wolf, na conceituação de campesinato e suas relações específicas; Eliane Cantarino O'Dwer, Ilka Boaventura Leite e José Maurício Arruti, na compreensão dos processos de auto-atribuição, identificação, conceituação, normatização e reconhecimento público da categoria jurídica Remanescentes de Quilombos; e por fim, ainda, Delma Peçanha Neves, no estudo das mediações sociais.

Além das vivências a campo realizadas durante os anos de 2010, no ano de 2011 fiz duas incursões a campo de dois dias cada uma, para problematização e construção desta proposta de pesquisa. No ano de 2013, em março, realizei uma incursão a campo de dois dias, com o objetivo de observar as condições em curso e fazer os agendamentos para a pesquisa de campo, a realizar-se durante o mês de agosto deste mesmo ano.

Durante o mês de agosto de 2013, permaneci 20 dias no município de Adrianópolis, realizando a pesquisa etnográfica. Nesse período, dividi o tempo entre acompanhar atividades dos mediadores técnicos e sociopolíticos, vinculados ao poder público e responsáveis pela gestão do Programa, e reuniões do conselho gestor do PAA (oito dias); e um tempo maior de vivência cotidiana junto aos integrantes da Comunidade Remanescente de Quilombos Córrego das Moças (doze dias).

Inicialmente previ a realização de pesquisa de campo em mais de uma comunidade quilombola, abrangendo também a comunidade de Sete Barras, porém, ao chegar no campo, deparei-me com uma situação inusitada, qual seja, a presença de um número superior de beneficiários do PAA na comunidade, em relação à qual considerava que encontraria, razão pela qual, para manter o rigor metodológico e os objetivos de pesquisa, fizeram-me optar por restringir o estudo a somente uma das comunidades, limitando-me à Comunidade Remanescentes de Quilombos Córrego das Moças, por se tratar de uma das comunidades nas quais o PAA vinha, por meio de leituras prévias de senso comum, intervindo mais significativamente, e também por ser uma das comunidades responsáveis legais pela execução do Projeto de PAA nesse município.

Com vistas à realização de triangulação de informações sobre o fenômeno, optei por realizar a pesquisa bibliográfica sobre o tema, associando-a às observações a campo, e à realização de 27 entrevistas qualitativas semiestruturadas, das quais, duas realizadas com quilombolas informantes chaves, uma com um casal e outra com uma mulher, com o tema histórico da localidade, 18 com agricultores quilombolas fornecedores para o PAA, abrangidos na organização da CRQ Córrego das Moças, dos quais, quatro foram com casais camponeses quilombolas, nove com mulheres e duas com homens, mais três com mediadores quilombolas internos dessa comunidade, também fornecedores para o PAA, sendo dois homens e uma mulher; e sete entrevistas com mediadores externos, dois quilombolas (um homem e uma mulher) e cinco técnicos (três homens e duas mulheres), não autodenominados quilombolas. Isso porque, para além das observações a campo e da pesquisa bibliográfica:

A entrevista, seria, assim, indispensável não somente como método para apreender a experiência dos outros, mas, igualmente, como instrumento que permite elucidar suas condutas na medida em que estas só podem ser interpretadas, considerando-se a própria perspectiva dos atores, ou seja, o sentido que eles mesmos conferem às suas ações (POUPART, 2012, p. 216-217).

Este estudo está dividido em seis partes, a primeira delas é composta por essa introdução, a segunda pelo capítulo 1, de delimitação dos principais marcos conceituais, prosseguindo-se com revisão bibliográfica sobre o tema; a terceira, no capítulo 2, com a construção do processo de emergência e desenvolvimento do PAA e de etnogênese das Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil; a quarta parte, seguindo com o terceiro capítulo, composto pela descrição do contexto do Vale do Ribeira e de Programas e Projetos governamentais realizados nesse território, incluindo-se o processo de identificação e reconhecimento das CRQ's do Vale, e a emergência do PAA nessa localidade. A quinta parte, capítulo 4, constitui-se da descrição da Comunidade Córrego das Moças, prosseguindo-se com a descrição e análise dos dados obtidos em campo, na dimensão familiar, comunitária, das relações de mediações técnicas e sociopolíticas, analisando-se, por fim, as relações de construção étnica e de autonomia relativa. Por fim, a última parte é composta das considerações finais, seguida das referências e anexos.

1 CULTURA, POLÍTICA E BUROCRACIA

Nesse primeiro capítulo busco tecer alguns parâmetros conceituais e abstratos de referência, a serem utilizados na compreensão das subseqüentes descrições e análises dos processos de construção e de execução de políticas públicas, centralmente do Programa de Aquisição de Alimentos, em relação social com o Remanescentes de Quilombos, abordados nos capítulos procedentes.

1.1 – Cultura, interações e mediações socioculturais

A multiplicidade de tempos-espacos, contextos em que podem se situar os seres humanos, propiciou condições para o surgimento do conceito de cultura, em declínio da visão iluminista, naturalista, universal e estratigráfica desses universos sociais. Segundo Geertz (2012, p. 26): “[...] não existem de fato homens não modificados pelos costumes de lugares particulares, nunca existiram e, o que é mais importante, não o poderiam pela própria natureza do caso.”

A concepção estratigráfica, explicação positivista da evolução do pensamento humano, que compreende a construção de uma linearidade temporal entre evolução biológica, psicológica, social e somente por fim, cultural, compartimentada, não tem alcançado substantividade, apenas vagas, abstratas, fragmentadas e generalistas análises. Para esse autor:

[...] precisamos procurar *relações sistemáticas entre fenômenos diversos*, não identidades substantivas entre fenômenos similares. E para consegui-lo com bom resultado, precisamos substituir a concepção “estratigráfica” das relações entre os vários aspectos da existência humana por uma *sinética*, isto é, na qual, fatores biológicos, psicológicos, sociológicos e culturais possam ser tratados como variáveis dentro dos sistemas unitários de análise (GEERTZ, 2012, p. 32).

O que o autor enfatiza com tal problematização é a necessidade da construção social de um conceito de cultura e de abordagens transdisciplinares nas ciências sociais, capazes de ir além da base positivista e evolucionista sobre a qual historicamente se constituíram tais ciências, que engendrem como tarefa histórica, elaborações sobre as interações sociais não de

modo linear e evolucionista, mas como processos distintos, diversificados, potencialmente articulados e em constante processo de transformação entre si. O que o autor propõe é uma questão de integração entre diferentes teorias, conceitos, de modo que se possa formular “[...] proposições significativas incorporando descobertas que hoje estão separadas em áreas estanques de estudo” (GEERTZ, 2012, p. 32).

Desse modo, como recurso teórico necessário ao desenvolvimento de tal abordagem inovadora, o autor desenvolve o conceito de cultura semiótica “[...] como sistemas entrelaçados de significados interpretáveis [...]” Geertz (2012, p.10). Para ele, a cultura é em si um contexto em meio ao qual sistemas de significação podem ser descritos de forma inteligível, ou seja, densamente

A cultura é vista como uma teia de significações, uma trama entrelaçada de símbolos e significados, historicamente constituídos, transmitidos, transformados e criados constantemente, “[...] um sistema de concepções herdadas [...], “[...] expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação à vida [...]” Geertz (2012, p. 66), constituindo-se como contextos, os quais para que sejam compreendidos, demandam primeiramente a apreensão e posteriormente a sistematização das múltiplas conexões ordenadamente dispostas.

Corroborando com Geertz, Marshall Sahlins (2004, p. 312) conceitua a cultura-tal-como-constituída como “[...] uma determinação mútua de formas significativas e, uma vez que a significância de qualquer forma depende de co-presença de outras “[...] o ‘sistema’ é realmente sistêmico sob a condição de que seja sincrônico”. Ele também acrescenta que:

[...] na cultura-tal-como-constituída, o signo tem um sentido abstrato, significando meramente em virtude de todas as relações possíveis com outros signos, todos os seus usos possíveis, [...] ele é ‘independente de estímulos’, não estando preso a nenhum referente específico do mundo. [...]. As pessoas vivem no mundo por meio de signos e, na ação, relacionam o sentido conceitual aos objetos de sua existência (SAHLINS, 2004, p. 311).

É na ação social que o signo se substancializa, é por meio dela que seus múltiplos potenciais sentidos abstratos podem tomar contornos práticos específicos, mediados pela comunicação. “Entretanto, assim como cada um dos contextos nos quais o signo é substancialmente definido é único, também é única a expressão da cultura-tal-como-constituída em cada indivíduo” Sahlins (2004, p. 312), possibilitando, desse modo, como expressão de tal individualidade cultural, interpretações únicas, provindas de determinado sujeito sobre

qualquer símbolo. O que invariavelmente pode produzir múltiplas interpretações, por vezes compartilhadas, por vezes desencontradas.

São esses sistemas de significação historicamente herdados e cotidianamente retroalimentados, transformados e criados que constituem a cultura, modo único para cada indivíduo, mas também em diferentes níveis e gradações, compartilhados, desde que somente podem ser dispostos, se em processos de interações sociais com outros seres e com o meio em que se situam os sujeitos.

Além disso, para Geertz, a cultura também é vista:

[...] não como complexos de padrões concretos de comportamento – costumes, usos, tradições, feixes de hábitos –, como tem sido o caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle – planos, receitas, regras, instruções (o que os engenheiros de computação chamam de ‘programas’) – para governar o comportamento (GEERTZ, 2012, p. 32-33).

Tais programas são designados como padrões culturais, social e historicamente construídos, complexos de símbolos, “[...] cujo traço genérico é que eles representam fontes extrínsecas de informação, fora do indivíduo, mediados pela intersubjetividade”. São modelos, conjuntos de símbolos e significados que “[...] fornecem programas para a instituição dos processos sociais e psicológicos que modelam o comportamento público”, com a capacidade de modelagem das relações e dos comportamentos dos sujeitos e entidades sociais, como também, capazes de serem modelados pela ação social (GEERTZ, 2012, p. 69).

Desse modo, a institucionalização de padrões culturais, entendida como cristalização social de significados, torna viável a produção de ritos e mitos sacralizados, explicações possíveis e socialmente aceitas como verdadeiras, comportamentos repetidos e momentânea e potencialmente não reflexivos, construídos não somente por meio de ações restritas ao âmbito das crenças religiosas, costumes e tradições pessoais e familiares, mas também no complexo do cotidiano da vida, inserindo-se aos processos de socialização primária e secundária com os quais os sujeitos possam se defrontar ao longo de suas vidas, processos esses, compreendidos tal como analisados por Berger e Luckman (2011).

Para Sahlins (2004, p. 312) ainda, o conceito de cultura apresenta-se sob uma perspectiva dual, a qual articula estrutura e ação social. Para este autor a cultura “[...] aparece nos projetos humanos e na intersubjetividade como uma estrutura ou sistema. Intencionalmente disposta pelo sujeito, é também convencionalmente constituída na sociedade”. Para ele, é na estrutura social que os signos e significados são fixados, mas é na ação social que são dispostos e podem ser transformados na relação com outros signos e significados. Nesse sentido, padrões

culturais e estruturas sociais não são estaques no tempo-espaço, mas sim, socialmente construídos e, portanto, pela ação social humana, modificáveis.

Hipoteticamente, se é correto afirmarmos que é na ação social que os símbolos se acoplam a possíveis significados abstratos, para que isso ocorra, é necessário, um movimento cognitivo, de construção de pensamento sobre o objeto, de apreensão do signo, de elaboração sobre seu sentido, para que se torne possível o retorno da ação sobre o objeto. Este processo cognitivo é possibilitado pelo pensamento reflexivo. Para Dewey (apud GEERTZ, 2012, p. 57) “[...] a função do pensamento reflexivo é... transformar a situação na qual existe uma obscuridade experimentada... de alguma espécie, numa situação perfeitamente clara, coerente, organizada, harmoniosa”.

É através do uso de estruturas significantes que durante a ação simbólica o indivíduo elabora, constrói possibilidades, alternativas de ação diante do signo, explicações, saídas, de modo a clarear e organizar uma situação obscura. É através do uso da cultura que o indivíduo reflete, elabora, constrói e age, qualificando a atuação, clareando a situação estranha. É pelo uso da cultura que o indivíduo manifesta e qualifica sua capacidade de aprender, manter, transmitir e transformar a própria cultura, tal como compreendido por Geertz (2012).

Para Sahlins, a ação simbólica possui uma natureza dual:

A ação simbólica é um composto duplo, constituído por um passado inescapável e por um presente irreduzível. Um passado inescapável porque os conceitos através dos quais a experiência é organizada e comunicada procedem do esquema cultural pré-existente. E um presente irreduzível por causa da singularidade e do mundo de cada ação [...]. [...] nunca é possível entrar no mesmo rio duas vezes. As pessoas enquanto responsáveis por suas próprias ações, realmente podem se tornar autoras de seus próprios conceitos; isto é, tomam a responsabilidade pelo que sua própria cultura possa ter feito com elas. Porque se sempre há um passado no presente, um sistema *a priori* de interpretação, há também ‘uma vida que se deseja a si mesma’ (SAHLINS, 2011, p. 189).

A ação social simbólica é, portanto, reflexiva, pois ao mesmo tempo em que evoca o passado e a cultura na qual está imersa, produz um estranhamento momentâneo, cria uma situação nova, na medida em que coloca a todo instante de interação signos e seus potenciais significados construídos à prova de sua capacidade explicativa, enquanto potencial organizador e estruturador do pensamento e da ação humana, possibilitando não somente a retroalimentação de sistemas de significação, mas também a sua mudança, pela fricção de sentidos, pelo não encaixe, pelo conflito e também pelas assimetrias.

Para Berger e Luckman (2011), no momento em que o ser humano interage com o mundo, muda a si mesmo, ao compasso em que se lança ao entendimento do mundo em meio

à multiplicidade de possibilidades de significação cabíveis, transforma-se, seja o mundo das relações sociais ou o mundo material, objetivo e subjetivo. “À medida que o homem muda, muda também o mundo do senso comum, pois ele é visto agora como uma forma parcial de uma realidade mais ampla que o corrige e o completa” (GEERTZ, 2012, p. 89).

Abrem-se, então, pela própria mediação com o mundo, com as estruturas de significação previamente estabelecidas e cristalizadas, espaços para a produção de novos sentidos aos signos, de novos entendimentos, de assimilações de novos conhecimentos, sem que para tanto, seja absolutamente necessária a eliminação de conhecimentos anteriores, podendo reorientar e redirecionar ações, condutas, comportamentos, tanto individuais quanto estruturais e sociais.

Nessa abordagem, para Sahlins (2011) estrutura e ação atuam como uma unidade e não como dualidade opositiva, elas estão em estreita relação entre si, por isso, permanentemente mutáveis. Não é possível se pensar em ação social sem estruturas de significação, do mesmo modo que não é possível pensar-se em estrutura social sem a ação social, enquanto mecanismo de retroalimentação da estrutura e de sua transformação.

Nas palavras deste autor:

[...] toda estrutura ou sistema é eventual em termos fenomenológicos. A ordem cultural enquanto um conjunto de relações significativas entre categorias é, apenas virtual. Existe meramente *in potentia*. Portanto, o significado de qualquer forma cultural específica consiste em seus usos particulares na comunidade como um todo. Mas este significado é realizado *in presentia*, apenas como evento do discurso ou da ação. O evento é a forma empírica do sistema. A proposição inversa a de que todos os eventos são culturalmente sistemáticos é mais significante. Um evento é de fato um acontecimento de significância e, enquanto significância é dependente na estrutura por sua existência e por seu efeito. [...]. Um evento não é somente um acontecimento no mundo, é a relação entre um acontecimento e um dado sistema simbólico (SAHLINS, 2011, p. 191).

O evento é compreendido como este instante de acoplamento de sentidos aos signos, do encontro da estrutura de significação com a ação simbólica. O evento é aquele acontecimento que foi trabalhado simbolicamente, ainda que imerso em estruturas de significação previamente constituídas. Ele tem o poder de alterar a estrutura e de ser por ela alterado.

As estruturas sociais assumem múltiplas conformações coerentes com cada contexto em que se situam, corroborando com os eventos com que participam. São as condições particulares de tempo-espaço, de existência de padrões culturais com os quais se defrontam e que produzem os eventos, que instituem os contornos específicos e heterogêneos com os quais as múltiplas estruturas são criadas, transformadas e atualizadas.

No âmbito das interações entre grupos sociais, Marshall Sahlins (2011, p. 61) afirma que “[...] as diferentes ordens culturais tem seus modelos próprios de ação, consciência e determinação histórica – suas próprias práticas históricas”. Contudo, não se pode considerar que ao longo da história essas distintas ordens culturais não tenham estabelecido relações entre si, e que isso não lhes tenha ocasionado transformações em seus padrões culturais, e mesmo, que tais relações não lhes tenham inclusive reforçado seus próprios padrões. Segundo ele:

[...] o mesmo tipo de mudança cultural induzida por forças externas, mas orquestrado de modo nativo, vêm ocorrendo há milênios [...]. Os elementos dinâmicos em funcionamento - incluindo o confronto com o mundo externo, que tem determinações imperiosas próprias e com outros povos – estão presentes por toda a experiência humana (SAHLINS, 2011, p. 09).

Não há uma espécie de cultura ‘pura’, isolada no tempo-espaço sob a qual não se tenham relacionado com outros grupos e com estruturas englobantes, ou que, progressivamente, de modo evolucionista venham ao longo do tempo se integrando, aculturando-se ao integrarem-se a estruturas culturais englobantes, dominantes, homogeneizadoras.

Ao longo da história, relações e bens do sistema mais amplo passam a ocupar espaço e sentidos na vida social dos povos ditos “periféricos ou primitivos”. “Em consequência, as mudanças históricas na sociedade local também estão em continuidade com o esquema cultural suplantado, enquanto a nova situação vai adquirindo uma coerência cultural de natureza distinta” (SAHLINS, 2004, p. 447-448).

Ou seja, ao longo da história, estes agrupamentos socioculturais têm passado por mudanças, decorrentes não somente de criações reflexivas, transformações internas em suas estruturas de significação, mas também provocadas por mediações sociais, decorrentes de encontros com outras culturas. Os encontros culturais fazem parte da história da humanidade e, “[...] os efeitos específicos das forças materiais globais dependem das várias maneiras pelas quais elas são mediadas nos esquemas culturais locais” (SAHLINS, 2004, p. 448).

As mediações sociais, interações culturais mediadas pela interferência de um terceiro, tal como conceituadas por Delma Peçanha Neves, são compreendidas como processos inerentes à atividade social humana, que colocam em “[...] relação dois termos por um terceiro, o mediador social, em razão da impossibilidade de estabelecer uma relação imediata; o engendramento recíproco dos três termos empregados no processo de criação contínua [...]” (CRESPI apud NEVES, 2008, p. 22), processo que “[...] alude também à relação dialética porque valoriza as representações e as transformações do mundo, a institucionalização, a conciliação, a conformação e o questionamento quanto às regras que legitimam reconhecidas

ordens sociais” (NEVES, 2008, p. 23), atuando em contextos históricos determinados, e por isso produtores de relações específicas e, portanto, não generalizáveis e homogêneas.

Segundo Sahlins (2004, p. 449), o estudo pormenorizado dos efeitos dessas interações e mediações sociais tem nos mostrado que “[...] a ordem global moderna foi decisivamente moldada pelos chamados povos periféricos, pelas diversas maneiras segundo as quais esses povos articulam culturalmente o que lhes estava acontecendo”. Ele prossegue: “[...] e a despeito das terríveis perdas sofridas, a diversidade não é morta. Ela persiste na esteira da dominação ocidental”.

As culturas desses grupos sociais têm sido transformadas por um processo que Geertz (2012) chama de ‘colagem’, sobreposições de estruturas de significação, sem que, para tanto, necessariamente algumas sejam eliminadas, por processos de aculturação e assimilação por padrões culturais dominantes.

Estes processos, promovem eventos que colocam em interação social estruturas de significação diversificadas que envolvem, de acordo com Geertz (2012, p. 93), visões de mundo, entendidas como “[...] aspectos cognitivos, existências [...]” do cotidiano da vida social, como o quadro que um povo, uma estrutura social, governos, partidos, administradores público estatais “[...] elaboram das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito da natureza, de si mesmo e da sociedade” cada qual a seu modo, buscando legitimar-se diante da outra; e *ethos*, compreendido como a moral, os valores, a estética do grupo social específico, de ser, de viver e de se reconhecer como tal etc., revelando “[...] o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete”.

São encontros que possuem, sob a compreensão de Bourdieu (2011), portanto, uma dimensão objetiva, factual, aquilo que pertence à estrutura, às condutas, normas, regras sociais, grupais, e uma dimensão subjetiva, simbólica, que envolve percepções diferenciadas, valores, sentimentos, emoções e construções múltiplas de representações sobre o real, os quais não apenas reproduzem estruturas culturais distintas, diferenciadas, como as transformam.

Sahlins, em seu texto sobre a viagem de capitão Cook ao Havaí, em Ilhas de História, escreve que:

[...] a transformação de uma cultura também é um modo de sua reprodução. Cada qual a sua maneira, chefes e povo [indígenas havaianos no século XVIII] reagiram ao estrangeiro de acordo com suas autoconcepções e seus habituais interesses. As formas culturais tradicionais abarcavam o evento extraordinário [o encontro com os ingleses], e, assim, recriavam as distinções dadas de status com o efeito de reproduzir a cultura da forma como estava constituída. Porém, [...], o mundo não é obrigado a obedecer à

lógica de reproduzir a cultura da forma pela qual é concebida. As condições específicas de contato com o europeu deram origem a formas de oposição entre chefia e pessoas comuns que não estavam previstas nas relações tradicionais entre elas (SAHLINS, 2011, p. 171).

Desse modo, a interação sociocultural, ao mesmo tempo em que intervém como mecanismo de reprodução cultural, produz fricções, incongruências e assimetrias de significação, conflitos, capazes de alterar padrões culturais cristalizados e produzir novidades, inovações. São movimentos que acontecem concomitantemente: reprodução e mudança, evocação da alteridade tradicional e transformação de si, ao mesmo tempo em que se negam, envolvem-se, pois toda “[...] reprodução da cultura é uma alteração, tanto que, na ação, as categorias através das quais o mundo é orquestrado assimilam algum novo conteúdo empírico” (SAHLINS, 2011, p. 179).

Para Geertz (2001, p. 76), são as assimetrias, o estranhamento do outro, que “[...] nos permitem situar onde estamos agora no mundo, como é estar nesse lugar e como gostaríamos ou não de ir”. Obscurecer este fato e a possibilidade de mudança de ideia que ele contém, é o que historicamente o etnocentrismo tem proporcionado, relegando ao estranhamento e às assimetrias o simples papel da diferença, o reconhecimento da diferença com relação à outra cultura, negando a possibilidade de compartilhamento e aprendizado entre si.

Segundo ele, atualmente as assimetrias entre padrões culturais tem sido cada vez mais enuviadas, como decorrência da globalização e da complexificação das relações sociais, porém, tal “embrulhamento cultural” não significa que as sociedades e grupos sociais estejam se tornando homogeneizados, mas que, pelo contrário, possam estar apenas transformando e recriando seus próprios padrões culturais, em conexão e interação com outros padrões culturais englobantes (GEERTZ, 2001).

1.2 – Modernidade, burocracia e interações socioculturais no contexto político brasileiro

O advento da modernidade e das sociedades modernas, cujo projeto entrou em voga a partir do século XVIII, foi marcado pela construção social de um imenso esforço intelectual de pensadores iluministas para desenvolver uma forma de racionalidade científica, técnica e instrumental, capaz institucionalizar globalmente uma forma de ciência objetiva, uma determinada moralidade e leis universais:

O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas (HARVEY, 1996, p. 23).

Com a modernidade emerge uma nova visão de mundo que se institui em nível global, a qual, em negação à tradição, ancora-se na construção social de um *ethos* baseado na racionalização técnica, instrumental e científica, desenvolvendo e disseminando uma visão de mundo crente na evolução da humanidade e na resolução dos problemas mais candentes dessas sociedades através do progresso técnico, tecnológico e científico.

Tal movimento histórico, segundo Sahlins (2004), permitiu que culturas diversificadas espalhadas pelo globo terrestre fossem transformadas, pela sua mediação social com esses novos padrões culturais instituídos no âmbito das sociedades modernas, transformações que em diversos níveis e gradações, têm permitido uma transfiguração da ação simbólica em um cálculo da ação pragmática. Neste novo contexto mundial, “a ordem simbólica é incluída em hierarquias de meios e fins, como motivações e interesses localizados no sujeito e realizados por um processo de escolha racional que também lhe é natural” (SAHLINS, 2004, p. 303).

Para Horkheimer (2002), o advento das sociedades modernas significou uma mudança na qualidade da percepção, apreensão e construção teórica das estruturas de significação, uma mudança na qualidade, no entendimento e na função que adquire a razão. Ela deixou de ter um caráter objetivo, passando a ter um caráter subjetivo, abandonando a natureza reflexiva sobre o processo da vida social global, transformando-se em uma dimensionalidade específica da vida cotidiana, assumindo um caráter formalista, racionalista e empirista, baseada em cálculos formais, probabilidades, objetivos e fins. “Na medida em que é subjetivada a razão se torna também formalizada” (HORHKEIMER, 2002, p. 17).

Há nesse movimento global, um processo de integração das culturas a um padrão englobante instrumental e pragmático da ação social simbólica, o qual se impõe socialmente enquanto modelo dominante. Este padrão desenvolve-se na divisão social do trabalho e “[...] se transfere para a vida do espírito, e esta divisão do reino da cultura é um corolário da substituição da verdade objetiva pela razão formalizada, essencialmente ‘relativista’” (HORHKEIMER, 2002, p. 28).

A divisão social do trabalho atua enquanto mola propulsora, que viabiliza social e globalmente esta transfiguração cognitiva da racionalidade da ação social, como meio de

controle e legitimação da dominação e acumulação capitalista, fenômenos que para Horkheimer(2002) tornam as forças de trabalho, de modo geral, momentaneamente e contraditoriamente incapazes de se perceberem criticamente em relação de expropriação e dominação.

Para Souza (2012), esse novo padrão cultural e organizacional institui ritmos, padronizações, rotinizações, normatizações e padrões comportamentais, em tese, assegurados pelo estabelecimento de contratos, planejamentos estratégicos, metas e avaliação de resultados, os quais constroem o desenvolvimento da ação social.

Nos Estados Nacionais Modernos¹ esse processo de instrumentalização e de formalização da razão, tal como compreendido por Max Weber (1978), consubstancializa-se na institucionalização da burocracia e da dominação legal como mecanismos hegemônicos de controle social legítimos do Estado e governos sobre os cidadãos.

Weber (1978) compreende que a dominação legal significa o controle exercido por meio de normas e regulamentos, elaboradas e executadas por instituições, estruturas sociais e hierarquias, manifestas em cargos impessoais, que condicionam a ação social dos indivíduos submetidos ao jugo de tais estruturas. Ela é superior a qualquer outro tipo de dominação sobre os seres humanos pela precisão, rigor disciplinar e confiança que fornece aos indivíduos e organizações.

O tipo monocrático de administração burocrática Weberiana tem como objetivo geral a busca racional dos interesses. Este tipo de organização é constituído por um aparato legal de normas e regras que devem ser seguidas por todos os membros associados; uma estrutura vertical, composta de diferentes cargos, que seguem uma hierarquia de poder, donde os cargos menos elevados devem obediência impessoal e racional (orientados pelas normas), aos cargos mais elevados. As autoridades não se vinculam pessoalmente e nem se apropriam dos cargos e meios de produção da empresa. Devem exercê-los de modo impessoal, racional, obedecendo às normas. Os funcionários estão sujeitos à autoridade no que diz respeito às suas obrigações formais, contratuais; são selecionados por meio de qualificações técnicas, remunerados com salários fixos e em dinheiro, estando sujeitos a um rígido e sistemático controle e disciplina no desempenho do seu cargo (WEBER, 1978).

¹ Estados Nacionais Modernos, tal como definidos por Max Weber, nesse estudo são compreendidos “[...] como uma forma moderna do agrupamento político, caracterizado pelo fato de deter o monopólio da violência e do constrangimento físico legítimo sobre determinado território (Campos, 2001, p. 12)”. São considerados instrumentos de dominação legítima de determinado agrupamento político, porque essa dominação é consentida por seus subordinados, baseando-se na violência, na força militar, em leis e em uma administração racional que lhe permite intervir em domínios diversos.

Nesse tipo ideal de organização burocrática, há um movimento de despersonalização da ação do indivíduo e da instituição, o qual constrange as individualidades e subjetividades, bem como padrões culturais assimétricos e diferenciados, baseados em relações tradicionais, pessoais, etc., promovendo homogeneização, padronização e dissolução de outras formas de relações sociais que não retroalimentem a racionalidade do sistema simbólico burocrático.

A dominância da burocracia enquanto modelo de gestão público estatal hegemônico tende a promover o enquadramento legal, instrumental e formal de distintas visões de mundo e *ethos* políticos, manifestos nas disputas entre partidos políticos. E problemas de ordem política tendem a tomarem uma conotação tecnoburocrática, administrativa, transmutando-se de problemas políticos, sociais a problemas técnicos e, portanto, dissociados de interesses divergentes e, por vezes, antagônicos. Cabe aqui lembrar que Weber, em momento algum vislumbra substituir ou negar a política a partir da emergência da burocracia e dominação legal, “[...] ele defende que a administração deve permanecer a serviço do governo e dos programas e partidos políticos[...]” (CAMPOS, 2001, p. 15), não devendo ser consumida e transmutada à organização burocrática, embora perceba a possibilidade de ocorrência desse fenômeno a médio e longo prazo.

Na prática, de acordo com Souza (2012, p. 41), nesse padrão cultural de organização social, especificamente quando nos referimos à atividade pública estatal, “[...] os que defendem esta ótica entendem a atividade política como uma disfunção das organizações e que estas deveriam ser administradas com racionalidade técnica e propósitos de eficiência”, a qual deveria ser controlada e executada por especialistas em administração, e não por sujeitos sociais políticos heterogêneos, agremiadores de interesses distintos, conflitivos, sincrônicos.

Para tanto, a participação política dos partidos políticos e a democracia (aceita na modalidade representativa), passam a (ou devem) adquirir um sentido técnico e instrumental, baseado na concorrência e competitividade, de modo a promover a construção social de partidos e especialistas em política altamente competitivos e eficientes, promotores da qualificação e manutenção da governabilidade (capacidade do governo legitimar-se perante os cidadãos) e do aperfeiçoamento da governança (capacidade técnica e política de gerir); isso é, ou deveria ser, capaz de assegurar o bom governo de uma nação e seu pleno desenvolvimento, de acordo com as considerações sobre o tema realizadas por Bresser Pereira (1998).

No âmbito do campo político, entendido ao mesmo tempo como:

[...] campo de forças e como campo de lutas que tem em vista transformar a relação de forças que confere a este campo a sua estrutura em um dado momento [...], [...]

lugar em que se geram na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns [...] devem escolher, com probabilidade de mal entendido, tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção (BOURDIEU, 2011, p. 164).

A participação política, tanto na elaboração quanto no controle executivo de grupos minoritários e constitutivos de baixos saberes e especializações técnicas burocráticas, é assimilada como disfuncional ao sistema burocrático. Tal como analisado por Bourdieu (2011), nessas novas configurações sociais, os Estados Nacionais passam, a serem governados por grupos e partidos de *expertos*, de especialistas de gestão pública, os quais quanto mais especialistas se tornam, mais afastam-se dos cidadãos, tanto quanto os afastam da construção social da política cotidiana, produzindo a visão de mundo política do desinteresse.

Referenciando-se em partes nas interpretações geradas por Neves (2008) e Bourdieu (2011), nesses novos contextos, emergem, enquanto necessidade de legitimação da dominação legal, os mediadores sociais. Entendidos como conectores entre sociedade civil e Estado burocrático, esses sujeitos articulam visões de mundo e *ethos* distintos, produzindo consensos e/ou dissensos, assimetrias e/ou simetrias, ao mesmo tempo em que assimilam, transmitem, criam e recriam os padrões culturais dos sujeitos sociais em relação de interação social, produzindo alterações nas visões de mundo e *ethos* de cada um. Dessa forma, atuam como um amálgama entre Estado e sociedade civil, legitimando ou questionando a dominação legal, ao mesmo tempo em que, no exercício prático de tal atividade, se profissionalizam, adquirindo novos saberes, práticas e conhecimentos, movimentos que podem propiciar a legitimação da dominação e controle destes e do Estado sobre os sujeitos restritos à condição de beneficiários, principalmente por meio do controle técnico e de saberes.

No âmbito do Estado, os agentes vinculados ao poder público, extensionistas rurais, etc., são compreendidos como “sujeitos alocados para dar existência às representações delegadas à administração e intervenção públicas, vivem *da* mediação[...]”, e por isso, considerados “[...] agentes da mediação profissional [...]” (NEVES, 2008, p. 28), e no âmbito da sociedade civil, no caso desse estudo, os quilombolas inseridos no Projeto de PAA, os quais cumprem papéis decisivos de liderança comunitária e regional, produzindo diálogos, conciliações, concertações, legitimando ou questionando os padrões de dominação, considerados como mediadores populares.

Tal interpretação de Neves (2008), corrobora, dessa forma, com as elaborações de Weber (1978), as quais indicam que a organização burocrática, e em seu enraizamento através da mediação social com a sociedade civil, centralmente por meio da execução de políticas

públicas, o domínio é fundamentalmente exercido por meio do saber. O saber técnico, profissional, acoplado ao conjunto de normas e condutas, confere poder sobre os demais na organização. O segredo profissional é aqui entendido como um produto da luta pelo poder. Para ele, a burocracia é superior no saber, tanto na técnica quanto nas esferas de seu interesse. O Estado mantém seu controle por meio do controle do conhecimento da tecnoburocracia.

E também com Bourdieu (2011), quando este busca compreender tais fenômenos sociais. Para ele, tal como para Neves (2008) e Weber (1978), o saber burocrático, normativo, aquele conhecimento administrativo dos processos e caminhos formais pelos quais um determinado procedimento necessita seguir, dentro de uma organização com a finalidade de obtenção de legitimidade, passa a ser utilizado como um mecanismo de dominação, um recurso de poder não somente legal, formal, mas também simbólico², na medida em que constrange o entendimento de tais saberes pelos cidadãos, os quais passam a outorgar a especialistas tecnoburocratas poderes de “administralização” de seus interesses e necessidades; é o fazer-se crer na especialidade do outro. Não somente a dominação legal, senão que a dominação simbólica se exerce centralmente pelo domínio da tecnoburocracia.

Bourdieu (2011) considera que o capital político internalizado, que é aquela capacidade e conhecimento adquirido socialmente e interiorizado individualmente, via participação em alguma organização privada ou instância do poder público estatal, de elaboração de projetos, normas, metas, objetivos, de percepção da dinâmica organizacional e de sua tradução em planejamentos, avaliações, de entendimento e compreensão de verbetes formalistas, é considerado como um recurso de poder sobre aqueles que não dominam tais conhecimentos.

Para Bourdieu (2011), quanto mais distantes e associados à estruturas de significação estranhas aos parâmetros tecnoburocráticos, mais sujeitos à dominação legal e simbólica estão os sujeitos, e mais fácil torna-se o domínio por aqueles que controlam tais saberes. O domínio de determinada área, direito, economia, política, humanidades, etc., é assegurado tanto pelo domínio do conhecimento específico, como também pelo domínio do saber administrativo burocrático a ele acoplado; quanto mais distantes do entendimento e apropriação de tais saberes estejam os cidadãos, mais factíveis de dominação legal e simbólica se tornam.

² O poder simbólico aqui é conceituado como sendo “[...] um poder que aquele que lhe está sujeito dá aquele que o exerce, um crédito que aquele o credita, uma *fides*, uma *autoctoristas*, que ele confia pondo nele a sua confiança. É um poder que existe porque aquele que lhe está sujeito crê que ele existe” (BOURDIEU, 2011, p. 188).

Porém, segundo Souza (2012), o domínio desses saberes por sistemas e indivíduos especializados, *expertos*, mediadores profissionais, ao mesmo tempo em que lhes empodera, tal como os grupos a eles vinculados, pode limitar e constranger as possibilidades criativas desses indivíduos e grupos, condicionando-os à reprodução de um determinado padrão cognitivo instrumentalizado, tecnoburocrático e formalista, ao mesmo tempo em que pode bloquear a participação e a compreensão de tais conhecimentos e procedimentos por sujeitos que não os dominem, tornando-os reféns e dependentes do saber e controle dos sistemas especializados.

Essa cultura de administração público estatal, dominante em nossas sociedades modernas, ao contrário de expressar, dialogar, e basear-se na promoção de alteridades e heterogeneidades sociais e culturais, visa antes ordenar-lhes, buscando pontos comuns no sentido da construção de empreendimentos comuns, o que, segundo Souza (2012), embora ‘pareça’ democraticamente razoável, ainda que sob uma perspectiva homogeneizante, oculta ao fundo o tenso jogo de relações de poder historicamente constituídos nas inter-relações entre grupos sociais que disputam políticas e recursos políticos e públicos no campo político, os quais tendem a ocupar ou não desigualmente instâncias públicas, como expressões das desigualdades sociais, políticas, econômicas presentes em tais sociedades.

Mais recentemente, Crozier (1981) ao analisar a burocracia, compreende que não se trata de entender a organização burocrática como a mais eficiente forma de gestão e dominação moderna, questionando a abordagem Weberiana, mas sim, de compreendê-la como um sistema problemático, que possui características próprias orientadas ao cumprimento de determinados interesses e objetivos, o qual se reproduz tendo como pressuposto constitutivo a realimentação de um circuito erro-informação-correções, cujo funcionamento não acontece satisfatoriamente.

Segundo o autor (1981), este sistema burocrático segue um padrão de impessoalidade nas regras e de centralização das decisões, que são tão bem estabilizadas no interior da organização, de modo que, quando uma regra não se adequa a uma situação concreta, a pressão dela resultante atua como retroalimentação da sua extensão e reforço, constituindo um círculo vicioso, que garante a perpetuação deste modelo de dominação legal.

Nesse sentido, caso diversidades culturais se apresentem como um problema em meio à construção e execução de um determinado Programa³, elas tendem a ser homogeneizadas, ou mesmo negligenciadas, como meio de retroalimentação do modelo anterior, dos programas previamente estabelecidos.

³ Ex.: enquadramento funcional da diversidade camponesa brasileira na categoria agricultores familiares – ver em Delma Peçanha Neves (2007): Agricultura Familiar: quantos ancoradouros!

Para Crozier (1981) quanto maior o grau de incerteza, maior a rigidez e a centralização das decisões. A centralização afasta aqueles que decidem daqueles que obedecem, afasta-lhes dos problemas reais, concretos e de qualquer possibilidade real substantiva de que estes problemas e de quem está diretamente vinculado a eles, possam empreender qualquer tipo de iniciativa, que consigam ter poder para propiciar qualquer tipo de mudança, experimentar inovações que possam colocar em risco a estrutura de poder consolidada.

Segundo o autor (1981) quanto mais ineficiente, do ponto de vista da habilidade e capacidade de se relacionar com padrões de significação diversificados, e quanto maior a pressão que estes padrões de significação diversificados exerçam sobre o sistema burocrático, tanto mais próximo de uma situação de crise social e mais instável, inseguro e incerto este sistema burocrático se transforma, tanto quanto mais propenso ao uso da coerção e da retroalimentação de suas incongruências⁴.

O equilíbrio desse sistema repousa na constituição de círculos viciosos relativamente estáveis que retroalimentam a impessoalidade e a centralização. Elementos inovadores podem ser incorporados na dinâmica da organização, ou serem rejeitados pelos mesmos mecanismos de impessoalidade e centralização, caso não sejam plausíveis aos que dominam. Isto confere certo grau de segurança aos participantes e ao funcionamento e evolução da organização e de seus interesses (CROZIER, 1981).

Considerando a pertinência do conjunto de tais elaborações teóricas acerca da institucionalização do modelo burocrático de gestão público estatal, as relações entre essas estruturas e diversidades culturais tenderiam a gerar alterações adaptativas nos padrões culturais dos grupos sociais subordinados à essa lógica administrativa. Processos de mão única, capazes de alterar padrões culturais dos grupos “atingidos” pela burocracia, mas incapazes de serem atingidos pela cultura desses grupos. A estrutura modifica a ação, mas não aparece como sendo capaz de ser alterada por ela; interação social que se traduz em aculturação e dominação do local pelo global.

Porém, se é possível afirmarmos que tais processos possam ocorrer, tal como elaboram abstratamente Weber, Crozier e Horkheimer, nos referenciando, para contraste, no que até o momento apresentamos sobre as compreensões e interpretações gerais de Geertz (2012) e Sahlins (2004, 2011) a respeito da cultura e mudança social, as formas que estes processos possam assumir empiricamente podem ser extremamente diversificadas, dependendo dos

⁴ Ex.: leis e normas anacrônicas, superadas pela própria dinâmica social.

contextos tempo-espaço em que possam se situar, podendo resultar em múltiplas determinações, que não nos autorizam a assumirmos que tais processos de racionalização da ação pública estatal possam estar gerando padrões de aculturação de diversidades culturais. Ao contrário, nos evocam a necessidade de buscarmos construir análises descritivas que nos possibilitem compreender as formas particulares que tais encontros entre racionalidades possam assumir, com o intuito de produzirmos compreensões menos generalistas dos processos sociais.

Nesse aspecto, estudos sociológicos e antropológicos contemporâneos (FERREIRA, 2007; LIMA, 1995) têm evidenciado que ao encontrarem-se padrões culturais homogeneizantes e dominadores com diferentes grupos sociais no Brasil, estes últimos tem antes transformado e recriado as condições de sua diversidade, do que abandonando-as, assumindo padrões racionais instrumentais, assimilando estruturas de significação da dominação, ao mesmo tempo em que lhes negam e se conectam a estruturas de significação tradicionais e localizadas, em consonância, em conflito, em relação por vezes ambígua entre si.

Tais estudos indicam que mesmo em regimes de tutela, disciplinarização e suposta ‘civilização’ de grupos indígenas, um dos mais coercitivos meios de aculturação e assimilação instituídos pelo Estado Brasileiro (dentre outros) em nossa história, tem guardado em si, enquanto memória que se atualiza na ação social cotidiana como resistência e reivindicação de sua alteridade, a persistência atualizada do padrão cultural indígena, transformado e colado a estruturas de significação externas, trazidas de fora, seja pelo Estado tutelar militarista, ou pela ação missionária católica ou protestante.

Outra autora, Delma Peçanha Neves, corroborando com tais possibilidades interpretativas para compreensão de contextos atuais de multiculturalismo e diversidade cultural, afirma que:

As sociedades ditas complexas são sempre produtos de amálgamas de várias visões de mundo diferenciadas, entre outros fatores, conforme a posição de classes ou a possibilidade de organização de minorias religiosas e étnicas. Mas o problema principal que subjaz a este reconhecimento da diversidade cultural é a desigualdade de direitos ou de chances. A sociedade multicultural, incorporando grupos de direitos e de acessos diferenciais, faz-se conhecida a partir de organização de representação social e política e da busca da consagração da diferença. O reconhecimento do pluralismo baliza então as formas de luta por justiça social, por vezes sustentadas em disputas pela conservação do patrimônio cultural de cada segmento, que assim se define pela diferenciação de visões de mundo ou de mentalidades. Portanto, as sociedades pluralistas deixam-se exprimir pela luta entorno da diferenciação cultural, cujos atos exaltam a reificação da noção de cultura; e pelo reconhecimento da rupturas na correspondência entre universos de significação e práticas, cujos efeitos conclamam os investimentos profissionais nas mediações culturais (políticas) (NEVES, 2008, p. 27).

Trata-se, portanto, de compreender que a institucionalização da burocracia, enquanto modelo de gestão público estatal, hegemônica no Brasil, repousa não somente sobre a homogeneização de um padrão racional de dominação legal, mas na persistência e emergência resignificada de visões de mundo e *ethos* políticos culturais diversificados, acionados, muitas vezes, em resposta a exclusões anteriormente produzidas por essa racionalização formal excludente, as quais conclamam direitos e reconhecimento de sua diferenças, como estratégias de disputa, acionadas no tenso jogo de relações (desiguais) que envolvem o campo político brasileiro.

Além disso, nos referenciando em estudos de José de Souza Martins (1999) e Jorge Osvaldo Romano (2009), a respeito da construção dos processos políticos e democráticos brasileiros, não poderíamos deixar de reconhecer que a institucionalização burocrática brasileira repousa sobre uma visão de mundo e *ethos* político baseados na violência, no patrimonialismo e no clientelismo político, traços culturais tradicionais e carismáticos, cuja burocracia, longe de conseguir eliminá-los através da instituição da dominação legal, tem antes se sobreposto e atualizado. A dominação legal, no Brasil, consegue tornar-se de fato hegemônica ao longo do século XX, como mecanismo de gestão e controle social, mas ao mesmo tempo, não deixa de carregar consigo traços históricos de formas de dominação carismáticas e tradicionais, baseadas no clientelismo e patrimonialismo político.

De acordo com tais estudos desses autores, compreendemos que, em um país cujo traço político agrícola e agrário fundamental é a articulação entre o moderno e o atrasado, entre a superação e a persistência de formas arcaicas de expropriação e violência, da persistência de formas patrimonialistas de dominação, associadas a discursos de modernização e progresso, à dominação legal burocrática, apresentam-se intrinsecamente conectas.

Isto quer dizer que a burocracia, ao instituir-se no Brasil, antes de esfacelar relações de dominação patrimoniais colonialistas tradicionais, associa-se a este padrão cultural político herdado, compondo um *ethos* particular e específico de gestão pública estatal, que ao mesmo tempo em que institui a despersonalização, impondo regras e contratos, oculta a sua estreita vinculação a interesses pessoais e patrimoniais específicos, como meio de assegurar a permanência e persistência de relações de poder que favoreçam politicamente grupos e setores políticos determinados:

A dominação política patrimonial, no Brasil, desde a proclamação da república, pelo menos, depende de um revestimento moderno que lhe dá uma fachada burocrático-racional-legal. Isto é, a dominação patrimonial não se constitui, na tradição brasileira, em forma antagônica de poder político em relação à dominação racional-legal. Ao

contrário, nutre-se dela e a contamina. As oligarquias políticas no Brasil colocam a seu serviço as instituições da moderna dominação política, submetendo a seu controle todo o aparelho de Estado. Em consequência, nenhum grupo ou partido político tem hoje condições de governar o Brasil senão que através de alianças com esses grupos tradicionais. E, portanto, sem amplas concessões às necessidades do clientelismo político (MARTINS, 1999, p. 20).

Além disso, esse autor afirma que o oligarquismo brasileiro se apoia em algo mais além desta relação simbiótica entre patrimonialismo e dominação legal. Segundo ele, o Estado se apoia também: “[...] na instituição da representação política como uma espécie de gargalo na relação entre a sociedade e o Estado. Não só os pobres, mas todos os que, de algum modo dependem do Estado, são induzidos a uma relação de troca com os políticos” (MARTINS, 1999, p. 29). Esta forma de ‘favorismo’, o clientelismo político, segundo ele:

[...] sempre foi e é, antes de tudo, preferencialmente, uma relação de trocas de favores políticos por benefícios econômicos, não importa em que escala. Portanto, é essencialmente uma relação entre os poderosos e os ricos e não principalmente uma relação entre os ricos e os pobres (MARTINS, 1999, p. 29).

Aqui o significado do direito humano fundamental, da cidadania, do público, adquire o sentido e conotação do favor pessoal e privado, sombra herdada da política colonialista e coronelista, traços culturais políticos administrativos eminentemente brasileiros, cuja burocracia, longe de conseguir esfacelar, tem antes se imiscuído.

Romano (2007) reconhece que com o advento do neoliberalismo no Brasil (década de 1990) acontece uma mudança no sentido dado às políticas públicas. Porém, ao invés de atualizar-se, ampliando pressupostos democratizantes, legalmente assegurados através da Promulgação da Constituição de 1988, ocorre, ao contrário, um recrudescimento do conservadorismo político, baseado na administralização dos processos políticos. O papel do Estado foi questionado pelos grupos políticos dominantes, associando-se a um processo de desmonte de instituições públicas, privatizações, liberalização e descentralizações, emergindo um processo de administralização gerencial das políticas públicas, um deslocamento da reflexão política das políticas, pela adesão a uma concepção administrativa-gerencial da coisa pública, fator desencadeador de um processo de despolarização destas. Segundo ele, esse processo promove o deslocamento da reflexão da alocação dos recursos do âmbito do conflito e das disputas políticas para o âmbito da “[...] ‘alocação racional’ [de recursos], do princípio da incerteza e para o da estabilidade; do objetivo do poder para o do lucro” (ROMANO, 2007, p. 04).

Nesses novos contextos, políticas e organizações corporativistas e setoriais de pressão e condução de políticas públicas para a agricultura vão dando lugar (mas não deixam de existir) à constituição de anéis burocráticos que se constituem em “[...] múltiplos círculos baseados em relações pessoais que ligariam de forma perpendicular interesses em subsistemas, englobando partes do governo, da burocracia, de empresas privadas, de sindicatos, entre outros” (CARDOSO, 1970 apud ROMANO, 2007, p. 158), constituindo redes de políticas envolvidas na negociação entre si, e no encaminhamento do atendimento do Estado aos seus interesses o que, segundo ele, significa que:

De forma sintética, a trajetória das relações entre Estado e sociedade no Brasil, nos últimos 30 anos, mostra continuidades e descontinuidades, considerando-se componentes não-democráticos e de nova governança democrática. Autoritarismo, patrimonialismo, clientelismo e corrupção continuam sendo componentes não-democráticos importantes no sistema de governança resultante de séculos de dominação do Estado por elites tradicionais e renovadas” (ROMANO, 2007, p. 318).

Portanto, o que se observa no âmbito da cultura das políticas públicas para a agricultura brasileira na contemporaneidade, é a persistência de traços arcaicos de relações de poder, presentes na atuação de determinados agentes políticos e redes de política, os quais, em que pesem conflitos e descontinuidades, têm sido assimiladas, resignificando-se e mesclando-se a padrões culturais político-administrativos modernizantes.

A cultura, tal como compreendida por Geertz(2012) e Sahlins, (2004, 2011), enquanto construção social de signos e significados, estruturantes e estruturadores da ação social, ao mesmo tempo em que alteráveis por esta, apresenta-se de modo descontínuo e diverso, sendo modificável, transformável, porém não plenamente homogeneizável, a partir de conexões entre culturas e racionalidades heterogêneas e modernizantes homogeneizadoras. Isso porque, a integração cultural não necessita ser exaustiva para que seja considerada um sistema integrado de significação, ela pode, e normalmente contempla, descontinuidades e conflitos, certas incongruências, hiatos, assimetrias.

Isso significa compreendermos que, mesmo em meio à aterradora tentativa mundial de racionalização e instrumentalização da ação social, tal como proposto por Weber (1978) e Horkheimer (2002), que diversidades culturais e conexões simétricas e assimétricas tem constituído o conteúdo e a forma das relações de interação e de mediação social entre culturas entre grupos e segmentos sociais heterogêneos.

Referenciando-me nas problematizações de tais autores, encerro o presente capítulo, nos aproximando de nosso objeto de estudo. Como e em que medida a construção social das

políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, da categoria jurídica remanescentes de quilombos, interferem na execução formal e cotidiana do PAA na Comunidade Remanescente de Quilombos Córrego das Moças, nos processos de construção e reprodução social da cultura do grupo, das relações de mediação social com a sociedade envolvente, materializada no PAA, bem como no processo de reconhecimento e identificação do grupo com a categoria remanescentes de quilombos.

2 PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DO PAA E DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO BRASIL

A intenção deste segundo capítulo é, de um lado, contribuir com a compreensão de processos de construção social das políticas públicas para a agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, desdobrando-se na emergência e desenvolvimento do Programa de Aquisição de Alimentos, e de outro, abordar a conceituação antropológica da categoria Remanescentes de Quilombos, bem como a construção e execução de políticas públicas específicas, dirigidas a esse segmento social.

Segundo Baré (2004, p. 106), o estudo antropológico das políticas de desenvolvimento, “[...] se define pelo que dizem as pessoas que a fazem: trata-se, portanto, de um conjunto de interações complexas entre lugares de reflexão ou de decisão macroeconômica, burocracias e administrações, grupos ou atores sociais”. Além disso, elas representam um ideal de consenso quanto à possibilidade de criação e desenvolvimento de um bom governo, que atenda e se antecipe ao cumprimento das heterogêneas demandas sociais apresentadas, latentes e potências, assumindo um caráter de “[...] regulação dos múltiplos problemas e contradições que afrontam as sociedades contemporâneas” (ROMANO, 2007, p. 01).

Tais processos assentam-se na construção e transformação social de complexas, conflituosas e assimétricas teias de significações, as quais se acoplam às diversas e heterogêneas redes de políticas em eventos sociais, onde múltiplos sujeitos desenvolvem habilidades específicas e disputam entre si no âmbito do campo político, sentidos e significados das políticas, bem como a “[...] alocação pública de recursos e oportunidades entre os diferentes grupos sociais com interesses e preferências [...]” (ROMANO, 2007, p. 01).

Para Grisa (2009), é no âmbito das arenas e redes de políticas que estas visões de mundo defrontam-se e são compartilhadas, cuja execução atua subjetivamente na produção, consolidação e transformação das identidades dos sujeitos envolvidos.

Nesse sentido, a tarefa que me propus nesse capítulo, é percorrer traços significativos das construções e institucionalizações de políticas públicas que vem sendo historicamente instituídas no âmbito do campo político, enfocando políticas agrárias, agrícolas e de segurança alimentar e nutricional e, especificamente, àquelas direcionadas aos Remanescentes de Quilombos.

2.1. – Antecedentes, emergência e desenvolvimento do PAA

As políticas públicas voltadas para a agricultura, instituídas por governos brasileiros durante o século XX, mantiveram-se estreitamente vinculadas aos interesses das oligarquias e classes dominantes agrárias e agrícolas brasileiras e estrangeiras. Historicamente, tiveram como objetivo principal assegurar o desenvolvimento do modelo agrícola agroexportador, promovendo, em contrapartida, uma crescente marginalização dos agricultores familiares, reproduzindo um padrão de desenvolvimento rural excludente e desigual, tal como analisadas e compreendidas por Mielitz Netto (2011) e por Leite (2000).

De acordo como Mielitz Netto (2011), quanto à agricultura familiar, em meio a esse contexto, aparecerá na arena do campo político brasileiro, sob tal denominação, somente em meados dos anos 1990, decorrente de um cenário macroeconômico de expansão do neoliberalismo no Brasil, de agravamento das questões sociais, e das diversas formas de pressões sociais que passaram a se constituir nesse período por movimentos sociais, sindicais e academia, promovendo a positivação social dessa categoria política emergente, bem como iniciando a construção e efetivação jurídica de políticas públicas específicas para esse segmento político.

Será, então, sob a égide de tais relações sociais e políticas, que reivindicações relacionadas ao crédito agrícola, provindas dos movimentos sociais do campo (gritos da terra), da leitura governamental daquele contexto e de formulações realizadas na academia, que em 1995 foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A implantação desse programa marcou “[...] a consolidação da agricultura familiar como categoria tanto no campo dos atores sociais rurais quanto em relação ao próprio Estado” (ROMANO e DELGADO, 2002, p. 285).

Mielitz Netto (2011) analisa que a partir dos anos 2000 – diante de um contexto político nacional relativamente mais favorável, as reivindicações das diversas organizações e redes de políticas vinculadas a agricultores familiares se ampliaram para além do crédito e assistência técnica, e temas como a comercialização da produção, o acesso a mercados e garantias de preços foram também sendo integrados na agenda política destas redes, de setores da academia e dos governos.

De acordo com Maluf (2007), ao mesmo tempo em que aconteceram tais construções políticas dos agricultores familiares, a partir dos anos 1980 e nos anos 1990, foram realizadas no Brasil diversas ações e reflexões sobre a questão da fome, alimentação e pobreza, processos que engendraram a construção social do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e de uma agenda de ações e políticas públicas, centralmente viabilizadas a partir da criação do Programa Fome Zero em 2002, e de sua continuidade, expressa no Programa Brasil Sem Miséria, CONSEA em 2003 e da Política Nacional de SAN em 2004.

Segundo Maluf (2007) e Mattei (2007a), em meados dos 1990, o tema da fome foi acolhido por diversas organizações sociais, ocupando papel significativo na mobilização e reflexão social sobre alternativas e possibilidades de redução das desigualdades sociais para a construção de modelos de desenvolvimento mais equitativos, a exemplo da “Campanha Nacional de Combate à Fome”, e da proposta de política nacional de SAN, criada pelo governo paralelo do Partido dos Trabalhadores (PT), os quais debateram temas como a solidariedade, ética, exclusão social, cidadania e a fome.

Dessa forma, novos agentes políticos foram emergindo, acolhendo reflexões acerca deste tema, constituindo redes de políticas, reivindicativas de políticas nacionais, com pautas, programas, proposições de ações públicas, disputando politicamente a legitimação nacional de marcos referenciais de política pública de SAN, até então inexistentes na realidade social brasileira, e enquanto política pública no âmbito do Estado Nacional brasileiro.

A matriz teórica de fundamentação da proposta da SAN destes agentes políticos:

[...] entendia a segurança alimentar como um objetivo estratégico do governo que nuclearia as políticas de produção agroalimentar, comercialização distribuição e consumo de alimentos, incorporando a perspectiva de descentralização e diferenciação regional. Em paralelo a tais ações, ocorreriam ações emergências de combate à Fome (MALUF, 2007, p. 82).

No ano de 1993 foi criado o I Conselho Nacional de SAN – CONSEA, em 1994, realizada a I Conferência Nacional da SAN, precedidas por uma série de processos de debates locais, regionais, estaduais, conseguindo “[...] introduzir a segurança alimentar na agenda nacional [...]” (MALUF, 2007, p. 83) além de contribuir com a criação de programas de alimentação e nutrição (descentralização da merenda escolar, escoamento de estoques, Programa de Alimentação do trabalhador, etc.).

Se, por um lado, esses debates encontraram acolhimento nos movimentos e organizações sociais, tais reflexões e referenciais de política não conseguiram alcançar

legitimidade e acolhimento pelos governos neoliberais nos anos 1990, as quais foram relegadas a um segundo plano durante os governos FHC. Nesse período, a discussão permanece acontecendo no âmbito dos movimentos sociais, constituindo-se uma agenda nacional de políticas para SAN, realizadas por meio dos fóruns brasileiros, da Cúpula Mundial da Alimentação, instâncias, dando origem às concepções e à política da SAN aprovadas na II Conferência de SAN de 2004, e na reinstituição da CONSEA em 2003, parâmetros que até hoje seguem orientando as atuais políticas e ações dessa área no Brasil. O documento desta cúpula mundial realizada em 1996 propôs a seguinte definição de SAN:

Segurança alimentar significa garantir, a todos condições de acesso a alimentos básicos que qualidade, em quantidade suficiente de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana (MALUF, 2007, p. 87).

Em 2001, foi lançado pelo Instituto Cidadania o Projeto Fome Zero, incorporando essas formulações sobre SAN, sendo que “este projeto foi a base do Programa Fome Zero instituído pelo primeiro governo Lula” (MALUF, 2007, p. 90). Instituído em 2003, no início o Programa Fome Zero, pretendia promover a SAN de todos os brasileiros, atacando as causas estruturais da fome. Para tanto, foram planejadas ações emergenciais e estruturais, tendo como premissa o combate à fome (MATTEI, 2007a).

Foi, então, como uma destas ações estratégias no âmbito das políticas do Programa Fome Zero, que o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foi concebido. Como uma das políticas estruturantes do Programa Fome Zero, visando implantar ações no âmbito das políticas agrícolas e de segurança alimentar, com o objetivo de fortalecer a política global de combate à fome (MATTEI, 2007a; MUELLER, 2007; GRISA et al., 2010; DELGADO et al., 2005).

O PAA foi implantado em julho de 2003, através da Lei 10.696/2003, tendo as seguintes finalidades:

- I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com sustentabilidade, ao processamento de alimentos e industrialização e à geração de renda;
(Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011);
- II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;
(Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011);
- III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, das pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;
(Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)
- IV - promover o abastecimento alimentar, que compreende as compras governamentais de alimentos, incluída a alimentação escolar;
(Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares; (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)
 VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar; e

(Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011)

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização. (Incluído dada pela Lei nº 11.512, de 2011) (BRASIL, 2003, p. 01).

Para Grisa et. al. (2010), a criação do PAA resultou da confluência entre os debates realizados nos anos 1990 no âmbito da agricultura familiar, que se constituiu enquanto sujeito político, passando a reivindicar direitos e acesso a políticas públicas diferenciadas, com os discussões vivenciadas no âmbito da questão da Fome:

Partindo de uma concepção intersetorial da segurança alimentar, o PAA integra as demandas de acesso aos alimentos às necessidades de mercado para os produtos da agricultura familiar. O Programa adquire os produtos dos agricultores familiares (com dispensa de licitação) e repassa-os aos programas públicos e organizações sociais que atendem pessoas com dificuldade de acesso aos alimentos ou em situação de risco alimentar (GRISA et. al., 2010, p. 139).

As modalidades do PAA – não cumulativas entre si - atualmente desenvolvidas consistem em Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação), Formação de Estoques (CPR Estoque), operadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Incentivo à Produção e Consumo de Leite (PAA - Leite), operada por municípios e estados; e desde julho de 2012 também com o lançamento da nova modalidade compra institucional, atendendo também hospitais, presídios e exército (BRASIL, 2010, 2013; CONAB, 2013).

Ao instituir-se legalmente, para ser viabilizado operacionalmente, o PAA passa a envolver uma complexa rede de agentes do poder público estatal, na qual os governos federal, estaduais e municipais tornam-se fundamentais na articulação entre produção e consumo, na comercialização dos produtos da agricultura familiar, na formação de estoques e destinação de alimentos a pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, construindo parcerias entre si e com organizações sociais da sociedade, como Organizações Não Governamentais (ONG's) e cooperativas de agricultores familiares, como “[...] processos de institucionalização das políticas, que comporta diferentes atores sociais, como agricultores, suas organizações e gestores públicos” (ZIMMERMANN, 2008, p.1).

No espectro federativo, o PAA é coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Desenvolvimento Agrário (MDA) e executado pelos estados, municípios e pela CONAB, estabelecendo convênios com associações e cooperativas

de agricultores familiares (BRASIL, 2010; 2013). A estes órgãos governamentais (MDA, MDS e CONAB), é conferida a responsabilidade de definir as normas e regulamentações necessárias à execução do Programa, como a “[...] sistemática de aquisição dos alimentos, preços pagos segundo diferenças regionais e condições da agricultura familiar, regiões prioritárias, condições de venda dos produtos, entre outras” (GRISA, 2009, p.11). Contando ainda com contribuições políticas do Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), segundo Grisa et. al.(2010).

De acordo com esses autores (2010), além deste arranjo institucional, a atuação destes órgãos tem sido acompanhada pelo CONSEA nacional e conselhos estaduais e locais, que se constituem em espaços destinados à participação e proposição politicamente ativa dos cidadãos, por meio de representantes de entidades da sociedade civil, em conjunto com agentes públicos locais, municipais, regionais e nacionais.

Espaços estes, segundo Almeida e Tatagiba (2012), considerados como importantes instrumentos na construção social participativa das políticas e programas públicos, refletindo conquistas inegáveis na construção de uma institucionalidade democrática. Dessa forma, para Triches e Schneider (2010), estes ambientes podem permitir avanços na superação de barreiras em direção à governança do processo, criando relações de confiança e respeito, concertamentos e benefícios para as partes, podendo contribuir com a construção social da democracia direta, em consórcio com a democracia representativa.

À medida em que esses agentes público-estatais, representantes de ministérios e secretarias públicas e da sociedade civil, inscritos no âmbito do CONSEA, são conclamados à se inserir no processo de enraizamento social de tal política, vão também, assimilando e atualizando a efetivação de uma visão de mundo e *ethos* burocrático na execução do PAA. Como *ethos* legítimo e legitimado, dominante na administração público-estatal, a burocracia acopla-se ao processo de regulamentação legal da execução do PAA, como imperativo de transparência e de legitimação pública de sua execução social. Instituído normas, regulamentações, leis, decretos e portarias⁵, tal qual instâncias impessoais, cargos e funções público estatais responsáveis pela execução e fiscalização do processo de implementação do PAA, atentando-se para as demandas e proveito daqueles setores de agricultores mais descapitalizados e precarizados:

⁵ Estas leis, decretos e portarias podem ser acessadas no site: <http://www.conab.gov.br> link: legislação e regulamentos. Também neste site é possível encontrar-se o MOC – manual de operações da CONAB, documento que elucida dúvidas sobre processos burocráticos de inserção e execução do programa.

[...] agricultores familiares e, prioritariamente, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais, demais povos e comunidades tradicionais e que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do caput do art. 3º da Lei 11.326, de 24/04/2006, organizados em grupos formais (cooperativas, associações, condomínios...). Deverá ser priorizada, também, a participação das mulheres [...] (CONAB, 2013a, p. 01).

Para participar do PAA, nas modalidades CPR- Doação e CPR – Estoque, os agricultores necessitam estar inseridos em algum dos grupos do PRONAF de A ao E, obter DAP⁶ (Documento de Aptidão ao PRONAF) individual, e estar associados a cooperativas, associações formalizadas, contendo CNPJ, ou cadastrarem-se individualmente nas Secretarias do Trabalho⁷. O limite atual, reajustado para exercício em 2014 (MDA, 2013), é de R\$ 6.500/família/ano para CPR-Doação e R\$8.000,00/família/ano para CPR-estoque ou para Projetos que contenham 50% dos cadastrados com Cadastro Único no MDS, ou produtos agroecológicos.

Na forma de inserção viabilizada por meio de associações e cooperativas, para começarem a participar no Programa, por exemplo, na modalidade compra direta, a entidade cooperada – associação, deve apresentar à CONAB uma proposta de participação contendo os produtos a serem comercializados, um cronograma de execução, as declarações de Aptidão ao PRONAF dos agricultores, ata de assembleia da entidade com declaração de aceitação da proposta de PAA a ser encaminhada, estatuto e ata de eleição da atual gestão da entidade fornecedora, certidões negativas junto ao INSS, FGTS, Dívida Trabalhista, Dívida Ativa da União e Receita Federal (ou respectivos extratos), sendo que para entregas em escolas há ainda outros itens específicos (CONAB, 2013).

O PAA começou a ser executado em 2004 com recursos do MDS. E em 2006, passou a contar também com recursos do MDA. De 2004 a 2010, o total aplicado no Programa pelos dois Ministérios foi de R\$ 3.392,34 bilhões e nos últimos quatro anos, participaram

⁶ DAP significa Declaração de aptidão ao PRONAF. Ela caracteriza a família como beneficiária do PRONAF, é documento obrigatório para a família poder acessar esta política, devendo ser obtida por órgãos competentes, como agências de extensão rural, entidades autorizadas legalmente, patronais ou trabalhistas. Para conseguir-se tal documentação é necessário apresentação de documentação pessoal CPF, RG, e declaração de vínculo com a propriedade da terra ou arrendamento. www.pronaf.gov.br

⁷ Esta última modalidade de inserção legal está atualmente em processo de implementação no Estado do Paraná. Objetivando ampliar o controle burocrático do Estado sobre processos de participação de agricultores familiares nesse Programa, tem tese, objetivando a redução de inconsistências legais e normativas. Nessa modalidade, o agricultor se cadastra na Secretaria e esta instância torna-se responsável pela gestão do Projeto.

aproximadamente, 149.950 agricultores beneficiários, 15.456.127 consumidores beneficiários, sendo adquiridas 3.100.258 toneladas de alimentos (BRASIL, 2012).

Desde sua criação, a participação de agricultores familiares e o volume de produção e de recursos destinados ao programa vêm crescendo ao longo dos anos. A maioria das pesquisas realizadas até o momento têm sido enfáticas na avaliação da positividade deste programa social quanto ao fortalecimento e consolidação da agricultura familiar. Como exemplos cito os estudos referencias de Grisa (2009), Grisa et. al (2010), Muller (2007), Muller, Fialho e Schneider (2007), Triches e Schneider (2010), Zimmermann (2008) e Matei (2007).

Contudo, apesar de os resultados obtidos nas avaliações da política, a demanda de participação dos poderes públicos locais na gestão e operacionalização desse Programa pode representar um fator limitante, à medida que “muitas prefeituras não estão acostumadas ou dispostas a trabalhar com projetos de cunho estruturante e não assistencialista ou, ainda, diferenças político-partidárias [...]” e que “a fragilidade de muitas organizações sociais [...] confluem para ruptura e a descontinuidade do Programa, colocando ‘em xeque’ tais resultados” (GRISA, et. al., 2010, p.156-157).

Segundo documento do III Seminário Nacional do PAA (GRISA et al., 2010), do conjunto total de agricultores que acessaram o PAA em 2009, 89,73% foram classificados como agricultores familiares, 7,68% assentados de Reforma Agrária, 1,10% pescadores artesanais, 0,85% agroextrativistas, 0,32% quilombolas, 0,16% indígenas e 0,15% trabalhadores sem-terra. Embora esses dados estejam tendencialmente em ordem crescente ao longo dos anos, observa-se que principalmente em relação aos dos povos tradicionais, e especificamente aos quilombolas, a participação ainda é limitada

Associado a esses dados, esses autores e também Muller (2007) acrescentam-se que, analisando o perfil dos agricultores beneficiados pelo PAA, segundo grupos do PRONAF, evidencia-se que 68% são pertencentes ao grupo AF, 24% ao grupo B e 8% ao grupo A e A/C, sinalizando que o programa tem contemplado principalmente os agricultores “mais capitalizados”, deixando “de fora” aqueles setores de agricultores familiares menos capitalizados e organizados, que seriam o principal foco de atuação do Programa, de acordo com a concepção do PAA, como, por exemplo, os quilombolas.

Nesse sentido, em que pese os avanços observados, centralmente sob o aspecto econômico, percebe-se que tal política ainda encontra restrita abrangência da totalidade de agricultores familiares atualmente existentes no Brasil, bem como tem apresentado estrangulamentos quanto à participação principalmente daqueles agricultores menos

capitalizados, organizados em associações e cooperativas, destituídos de documentos comprobatórios de propriedade ou arrendamento da terra, bem como destituídos do conhecimento dos saberes burocráticos necessários à inserção e gestão formal dos projetos de PAA.

Segundo informações coletadas em vídeos premiados pela CONAB no ano de 2012 (CONAB, 2012), quilombolas e indígenas apontam como positiva a sua inserção no Programa, por isto lhes possibilitar melhores condições de manutenção de seus meios e modos de vida, mas questionam e sugerem alterações no tratamento do Estado e governos com relação aos parâmetros, normas, regulamentos e procedimentos formais burocráticos exigidos para participação e gestão do PAA, demonstrando inadequações, dificuldades centralmente legais e formais para acesso desses grupos nessa política pública.

Nesse sentido, finalizo esse item reafirmando o caráter participativo e democratizante da constituição do PAA, bem como sua conexão com padrões organizacionais burocráticos, não enquanto algo socialmente dado e acabado, mas em movimento e em constante atualização em processos de lutas e disputas político-administrativas governamentais e extragovernamentais.

2.2 – Marcos conceituais e normativos do reconhecimento jurídico das Comunidades Remanescentes de Quilombos

Nesse item buscarei construir elementos teórico-empíricos de aporte necessário ao entendimento do que possa vir a compreender como a “questão quilombola”, recorrendo, para tanto, a uma revisão bibliográfica sobre o tema.

A base legal que atualmente assegura o direito à titulação das terras aos remanescentes de quilombos no Brasil, resulta de um longo processo social de organização e de reivindicação da inclusão político-institucional de especificidades constitutivas da formação étnica negra brasileira, tal como elucidado por Leite (2000). Impulsionados pelo Movimento Negro, tais processos sociais e políticos, desde os anos 1970, com ênfase nos anos 1980, tem buscado superar narrativas conservadoras e culturalistas de compreensão e inclusão social do negro na sociedade brasileira, visando a positivação desse segmento social, em busca da materialização e reconhecimento social, político e jurídico, de uma cidadania historicamente negada, com

propósito de “[...] promover o negro na sociedade brasileira para que ele goze dos direitos plenos de uma cidadania plena” (PEREIRA, 2007, p. 88).

Nesse contexto de lutas e reivindicações políticas, segundo Leite (2000) e O’dwyer (2002), territórios tradicionalmente ocupados por negros, como terreiros de religiões de matriz afrodescentes e áreas de comunidades negras rurais, passaram a ser reivindicadas legalmente, como resgates da dívida social pública cidadã histórica da sociedade e do Estado brasileiro com esses grupos étnicos, o que culminou, portanto, com a aprovação do Artigo 68º das Disposições Transitórias da Constituição Federal de 1988.

A aprovação desse Artigo Constitucional institui legalmente o termo jurídico Comunidades Remanescentes de Quilombos, estabelecendo que: “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (BRASIL, 2013b).

Além dessa base legal, dão sustentação a tal artigo, os artigos 215 a 216 da Constituição Federal de 1988, assegurando direito à preservação de sua cultura; e a Convenção 169 da OIT (firmada pelo decreto 5051/2004), estabelecendo o direito à autodeterminação de Povos e Comunidades Tradicionais (SEPPPIR, 2012).

Apesar de instituído constitucionalmente em 1988, somente em meados dos anos de 1990, por pressão política do movimento social negro junto ao poder público federal, a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) foi então chamada pelo Ministério Público Federal a realizar estudos com a finalidade de construir padrões conceituais para definir o que e como poderiam ser denominados remanescentes de quilombos, de modo a possibilitar o reconhecimento e a titulação dos territórios desses grupos étnicos. Segundo Eliane Catarino O’dwyer, uma das pesquisadoras promotora e coordenadora de algumas dessas pesquisas no âmbito da ABA:

A perspectiva dos antropólogos reunidos no Grupo de Trabalho da ABA sobre Terra de Quilombo, em 1994, é expressa em documento que estabelece alguns parâmetros de nossa atuação nesse campo. De acordo com esse documento, “o termo quilombo tem assumido novos significados na literatura especializada e também para grupos, indivíduos e organizações. Ainda que tenha um conteúdo histórico, o mesmo vem sendo ‘ressemantizado’ para designar a situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos do Brasil. (...) Contemporaneamente, portanto, o termo quilombo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma, nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio. (...) No que diz respeito à territorialidade desses grupos, a ocupação da terra não é feita em termos de lotes individuais, predominando seu uso comum. A utilização

dessas áreas obedece à sazonalização das atividades, sejam agrícolas, extrativistas ou outras, caracterizando diferentes formas de uso e ocupação dos elementos essenciais ao ecossistema, que tomam por base laços de parentesco e vizinhança, assentados em relações de solidariedade e reciprocidade (O'DWYER, 2002, p.17).

A noção de grupo utilizada por Eliane Catarino, é por nós compreendida e assimilada nesse estudo sobre os Remanescentes de Quilombos, de acordo com a definição de grupos étnicos proposta por Barth (1976), entendidos como portadores de cultura, que é a implicação ou resultado de uma característica da organização do grupo, e como um tipo organizacional, baseado em critérios de auto-atribuição e atribuição de/por outrem, em que são os próprios sujeitos quem definem os critérios que delimitam as fronteiras étnicas entre si e outro grupo social, por critérios de exclusão e inclusão, entre aquilo que consideram que seja parte de sua identidade, o que o consideram que não o seja.

Para Almeida (2002), faz-se necessária a ressemantização do termo quilombos e a ampliação da abrangência de situações entendidas como remanescentes de quilombos, remetendo-a à alteridade e à condição de cidadania negada a esses grupos étnicos, de modo a possibilitar a inserção legal nos marcos deste dispositivo, de situações de auto-atribuição de grupos étnicos que não necessariamente representam reminiscências de agremiações de escravos fugidos, como por exemplo, as Terras de Santo e Terras de Preto.

Desde meados de 1990, além desses estudos da ABA e de Almeida, outros estudos e laudos antropológicos foram e vem sendo realizados, corroborando para existência empírica e necessidade de reconhecimento político-jurídico das múltiplas e variadas formas que tais grupos étnicos possam se auto-definir como Remanescentes de Quilombos, como exemplos recorro centralmente aos estudos de O'dwyer (2002), da ABA (2006), de Arruti (2006), e também à revisões sobre o tema realizadas a partir dos estudos de e Rubert e Silva (2009) e Melo et. al. (2011), entre outros realizados.

Abrangendo, dessa forma, uma diversidade de situações caracterizadoras da condição de remanescentes de quilombos, desde àquelas vinculadas à festividades e rituais religiosos, como no caso na comunidade Conceição das Crioulas em Pernambuco (SOUZA, 2002); de heranças deixadas por fazendeiros aos negros, como no caso da Comunidade Remanescente de Quilombo Arnesto Penna no Rio Grande do Sul (MELO et. al. 2011); situações em que negros ex-escravos e descendentes de libertos migraram de uma região para outra, adentrando nas matas interioranas, como no caso de famílias que migraram de Minas Gerais, formando o quilombo Furnas de Dionísio no Mato Grosso (Bandeira e Dantas, 2002); e a centralidade das relações de parentesco em conexão com o modo de vida no campo, como nos estudos

etnográficos realizados no Vale do Ribeira de Iguape por Andrade, Pereira e Andrade (2000) e dos processos de surgimento e organização de CRQ no Rio de Janeiro, realizados por Marin (2009).

Como se pode observar, o termo remanescentes de quilombos, ressemantizado e recontextualizado, abrange um amplo espectro de situações que guardam em si alguns traços potencialmente comuns, mas raramente homogêneos e observáveis no conjunto dos casos estudados. Para Arruti (2006, p. 39):

As comunidades quilombolas constituem grupos mobilizados em torno de um objetivo, em geral a conquista da terra, e definidos com base em uma designação (etnônimo) que expressa uma identidade coletiva reivindicada com base em fatores pretensamente primordiais, tais como uma origem ou ancestrais em comum, hábitos, rituais ou religiosidade compartilhados, vínculo territorial centenário, parentesco social generalizado, homogeneidade racial, entre outros. Nenhuma dessas características, porém, está presente em todas as situações, assim como não há nenhum traço substantivo capaz de traduzir uma unidade entre experiências e configurações sociais e históricas tão distintas.

Para Ilka Boaventura Leite (2000, p.335): “O quilombo, na atualidade, significa para esta parcela da sociedade brasileira sobretudo um direito a ser reconhecido, e não propriamente e apenas um passado a ser lembrado”. Para ela:

[...] de todos os significados do quilombo, o mais recorrente é o que remete à ideia de nucleamento, de associação solidária em relação a uma experiência intra e intergrupos. A territorialidade funda-se imposta por uma fronteira construída a partir de um modelo específico de segregação, mas sugere a predominância de uma dimensão relacional, mais do que de um tipo de atividade produtiva ou vinculação exclusiva com a atividade agrícola, até porque, mesmo quando ela existe ela aparece combinada a outras fontes de sobrevivência. Quer dizer: a terra, base geográfica, está posta como condição de fixação, mas não como condição exclusiva para a existência do grupo (LEITE, 2000, p. 344).

A relação que o grupo estabelece com a terra demarca a possibilidade de permanência de determinadas relações sociais e de produção da existência. Para Leite (2000, p. 344) “[...] é o que propicia condições de permanência de continuidade das referências simbólicas importantes à consolidação do imaginário coletivo, e os grupos chegam por vezes a projetar nela sua existência, mas, inclusive, não têm com ela uma dependência exclusiva.

Nesse sentido, os quilombos representam atualmente visões de mundo e *ethos* particulares, baseados em representações simbólicas particulares, e relações de reciprocidade e parentesco, cujo traço comum de unidade representa trajetórias e memórias de esperança e empenho na construção de meios e modos de constituição de uma vida melhor para si e seus

familiares, marcados por uma trajetória de violência, expropriação e resistência, por conjuntos específicos de crenças, códigos sociais e morais, os quais lhes caracterizam como grupo étnico, e lhes possibilitam o reconhecimento legal, bem como a assunção à condição de beneficiários de políticas públicas.

2.3 – Instituição do direito, mobilização e reconhecimento legal

Inserindo-se grupal e publicamente em processos de identificação e reconhecimento legal, os remanescentes de quilombos, apoiados centralmente pelo Movimento Social Negro⁸, passam a construir um novo movimento de reivindicação e organização social, e vão em busca de direitos, entrando nas disputas travadas no campo político brasileiro, reclamando não somente a titulação de suas terras, mas tudo que lhes seja necessário, e historicamente negado, à melhoria de suas condições de vida e reconhecimento de sua alteridade.

Será, então, nos anos de 1990 que os quilombolas começam a emergirem como agentes políticos específicos no âmbito das disputas do campo político brasileiro, iniciando a construção de demandas concretas para atendimento de seus interesses⁹, impulsionando a ação social de órgãos federais como INCRA, Ministério Público Federal e da ABA. A aprovação do Artigo 68º na atual Constituição Federal, além de assegurar a titulação das terras desses grupos étnicos, tem impulsionado a criação de condições também para a emergência e reivindicação pelos quilombolas de demandas políticas específicas e articuladas, permeando questões amplas e abrangentes, tais como políticas educacionais, de infraestrutura, econômicas, sociais, culturais e ambientais.

Mesmo com tais esforços, foi somente após 15 anos de não aplicabilidade do Artigo 68º, que a partir de 2003, foram aprovados três decretos federais, reguladores dos processos de reconhecimento e titulação das terras quilombolas, bem como para regulamentar a construção social de planos, projetos, propostas de desenvolvimento e de promoção da igualdade racial aos quilombolas e seus territórios:

⁸ Além de pesquisadores, organizações e segmentos sociais governamentais e não-governamentais.

⁹ Com destaque para as resoluções obtidas no I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, o qual estabeleceu um conjunto de demandas em diversas áreas a serem mediada com o poder público, a partir da elaboração e entrega de uma carta à Presidência da República (SEPPIR, 2004)

[...] o Decreto 4.883 transfere do Ministério da Cultura para o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA –, a competência de regulamentar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas por comunidades Quilombolas; o Decreto 4.886 que estabelece a promoção de igualdade racial; e o Decreto 4.887 que regulamenta os procedimentos para o reconhecimento, demarcação e titulação dos territórios quilombolas a fim de atender ao art. 68[...] (FIDELIS, et. al. 2010, p.01).

Para elaboração, coordenação e execução de tais programas e políticas, constitui-se no Brasil, nesse período um corpo especializado de instituições e de mediadores público-estatais e quilombolas, responsáveis por conhecer, compreender e transformar em Programas e Políticas Públicas as demandas desse segmento social, de modo a organizar, sob a ótica racional-legal a elaboração, coordenação e execução de ações voltadas ao desenvolvimento desses grupos étnicos.

Esse corpo político-administrativo especializado, passa então, por um lado, a aglutinar: a) os quilombolas, organizados em associações comunitárias legalmente formalizadas, responsáveis pela mediação com o poder público em âmbito local e regional; a Coordenação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombos – CONAQ e coordenações, comissões, conselhos estaduais, regionais de quilombolas, responsáveis pela mediação do Estado nos âmbitos regionais, estaduais e nacional; e por outro lado, b) o Estado e instituições apoiadoras, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e de Reforma Agrária, o segundo, responsável pela titulação dos territórios quilombolas; a Secretaria de Políticas e de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), responsável pela “[...] formulação, coordenação e articulação de diretrizes e políticas para a promoção da igualdade racial e a proteção dos direitos de grupos étnico-raciais, com ênfase na população negra” (SEPPIR, 2004, p. 17); a Fundação Cultural Palmares (FCP), responsável pela certificação das comunidades remanescentes de quilombos; além de pesquisadores, especialistas, antropólogos, juristas e historiadores, universidades, institutos de pesquisa de apoio, como por exemplo, o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA), programas de pós-graduação em Antropologia Social, entre outros, responsáveis pela construção dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação dos Remanescentes de Quilombos, construindo parcerias com o INCRA.

Além desses três decretos federais aprovados em 2003, em 26 de novembro de 2007 foi aprovada a Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, instituindo o “[...] Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos, da Fundação Cultural Palmares, também auto-denominadas terras de preto, comunidades negras, mocambos, quilombos, dentre outras denominações [...]” (SEPPIR, 2012, p. 09); e também em 20 de novembro desse mesmo ano a

Instrução Normativa INCRA nº 57, regulamentando os procedimentos para “[...] identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes de quilombos”.

Como desdobramentos concretos da ação desses agentes e do conjunto de tais regulamentações, até o presente momento a Fundação Cultural Palmares (2013) identificou 2.187 comunidades como Comunidades Remanescentes de Quilombos das quais, 1.845 possuem certidão de auto-identificação, e 270 possuem processos em aberto que ainda não possuem certidão emitida. A maioria se concentrando nas regiões norte (Maranhão – 468 identificadas e 305 certificadas, Pará – 133 e 153, Piauí – 64 e 65) e nordeste (Bahia – 469 e 557, Pernambuco – 108 e 117, Alagoas, 61 e 61) tais regiões são seguidas pelo estado do Minas Gerais, com 171 certificadas e 199 identificadas. No sul, o Rio do Grande do Sul possui 92 certificadas e 93 identificadas, Santa Catarina, 11 e 11 e o Paraná 34 certificadas e 36 identificadas.

Quanto às tramitações de processos de titulação das terras quilombolas realizadas pelo INCRA¹⁰, de acordo com dados desse órgão, do ano de 2005 até 2013, a partir da publicação do decreto 4887, foram emitidos 157 Relatórios de Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), 73 portarias, 53 decretos e somente 20 titulações emitidas (INCRA, 2013).

Não consegui compreender o processo de sincronicidade entre esses dados, obtidos diretamente de relatórios e quadros sínteses desses respectivos órgãos públicos (FCP e INCRA), com os dados apresentados no relatório de diagnóstico do Programa Brasil Quilombola, realizado pela SEPPIR (2012), o qual identifica, também tendo como referência dados da FCP e INCRA, a existência de 2.176 comunidades identificadas, 1886 comunidades certificadas, 1.167 processos abertos para titulação no INCRA e 190 comunidades tituladas.

¹⁰ Cumpre a esse órgão, mediante certidão de auto-reconhecimento emitido pela Fundação Palmares: realizar estudos da área, confeccionar Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), receber, analisar e julgar eventuais contestações, publicar uma portaria de reconhecimento que declara os limites do território quilombola, seguida da realização de desintrusão de ocupantes não quilombolas mediante desapropriação e/ou pagamento de indenização e demarcação do território, processo que culmina com a concessão do título de propriedade à comunidade, que é coletivo, pró-indiviso e em nome da associação dos moradores da área, registrado no cartório de imóveis, sem qualquer ônus financeiro para a comunidade beneficiada (INCRA, 2013)

2.4 – Envolvimentos e des- envolvimentos dos quilombolas com Programas e Políticas Públicas

Pesquisas recentes realizadas com a temática da regularização fundiária de territórios quilombolas Fidelis et. al., (2010); Maia e Ferrante, (2012); Silva, (2012) tem evidenciado a existência de significativa morosidade na operacionalização nacional de tal política, motivada tanto por estrangulamentos estatais burocráticos, quanto pela falta de quadros técnicos nas instituições responsáveis por reconhecer, gerar laudos técnicos e operacionalizar processos de reconhecimento e titulações.

O Programa Brasil Quilombola (PBQ), principal polo aglutinador e organizador das demandas político-legais dos remanescentes de quilombos, coordenado pela SEPPIR, foi lançado em 2004, contendo as diretrizes de atuação e interlocução dessa instância com gestores públicos e comunidades quilombolas¹¹.

Tendo como objetivo promover o desenvolvimento sustentável dessas comunidades, esse Programa congrega ações de titulação e regularização fundiária e políticas sociais, produtivas e afirmativas, atendendo às especificidades históricas e contemporâneas desses grupos étnicos:

[...] garantindo os direitos à titulação e a permanência na terra, à documentação, à alimentação, educação, saúde, esporte e lazer, à moradia adequada, trabalho descente, serviços de infraestrutura (saneamento básico, transporte, água, luz, telecomunicações) e previdência social (SEPPIR, 2004, p. 26).

Embora balizando-se pelo princípio da transversalidade¹², diretriz da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, a construção social desse Programa permitiu apenas sutis aproximações entre cidadãos e Estado, ouvindo as demandas dos remanescentes em visitas de campo, ao mesmo tempo em que se manteve distante, na medida em que a sua elaboração estratégica e coordenação foram restringidas a órgãos públicos e especialistas (à SEPPIR,

¹¹ Esse Programa além de ser coordenado pela SEPPIR, articula-se a diversos ministérios, secretarias, ao IBAMA, INCRA, FUNASA, Delegacias Regionais do Trabalho, governos estaduais e municipais e conselhos na elaboração e execução de suas ações propostas.

¹² Por transversalidade da administração público estatal a SEPPIR compreende: gestão descentralizada, envolvendo instâncias do poder público federais, estaduais e municipais e gestão democrática, que “[...] implica em estabelecer interlocução com as associações representativas das comunidades quilombolas e demais parceiros não governamentais, considerando-os agentes ativos na formulação e monitoramento da política” (SEPPIR, 2004, p. 21).

centralmente), delegando aos quilombolas apenas a participação representativa em processos de execução e avaliação das políticas contidas no âmbito desse Programa.

Emergem nesses contextos, como mecanismos legais necessários à mediação político-institucional dos remanescentes com o Estado na execução desse Programa Governamental, as associações comunitárias de remanescente de quilombos. Exigências legais que passaram também de diferentes formas, a possibilitarem a construção social de diversas formas de organização social, de representação e de mediação política dos quilombolas.

A formalização legal das associações remanescentes de quilombos, devidamente registradas em cartórios, possuidoras de CNPJ, cargos impessoais, presidente, vice-presidente, tesoureiros e secretários, tem lançado tais sujeitos sociais à integração ao universo da racionalização e padronização organizacional burocrática contemporânea, ao controle do Estado exercido por meio da dominação legal, conforme descrito por Weber (1978), quando estes tornam-se beneficiários de políticas públicas.

Estas características, que pelo que até então discorri a respeito dos processos de construção das condições organizacionais dos quilombolas, centralmente por O'dwer (2002), não parecem fazer parte (ou não faziam até então) da vida cotidiana desses grupos étnicos, haja vista que, tal como descrito nos relatórios antropológicos apontados no item anterior, esses grupos étnicos normalmente se organizam com base em laços de parentesco, ancestralidade e reciprocidade, permeados por relações pessoais, baseadas em normas, regras e simbolismos criados e mantidas pelo grupo, como partes constitutivas, inclusive, de seus processos de auto-identificação e construção de identidades.

Com relação à essas questões e a possíveis dificuldades político-administrativas que os quilombolas poderiam vir a vivenciar em processos de busca de acesso, gestão, formulação e monitoramento de tais políticas, o Programa Brasil Quilombola previa a realização de capacitações “[...] que visem capacitar gestores e demais atores da comunidade” (SEPPPIR, 2004, p. 28), incentivando a participação, controle social e a apropriação pelos quilombolas de conhecimentos e saberes constitutivos do padrão burocrático de gestão público-estatal.

No entanto, Lima (2013, p.118), em estudo sobre os desdobramentos das políticas públicas na CRQ's Kalungas, localizada no estado em Goiás, afirma que desde que a comunidade se inseriu na agenda de políticas públicas do Governo Federal em 2002, “[...] têm-se verificado uma emergência étnico-cultural dessas comunidades motivada pelo reconhecimento de seu território e por políticas públicas que lhes beneficie”. Porém, essa autora analisa que tal processo empiricamente tem sido viabilizado pela mediação e capacitação dos

quilombolas por interferências externas, realizadas por outras organizações sociais, e não o Estado, tal como proclamado pelo Programa Brasil Quilombola.

Canto, em 2008, apresentou um estudo sobre Quilombos e a materialização de direitos através das políticas públicas, tendo como parâmetro a análise da formatação e alcance das políticas na Comunidade Quilombola Recanto dos Evangélicos, localizada no município de Santa Maria – RS. Nesse estudo ela identificou que:

Há conflitos de orientação no contexto das políticas públicas específicas, fragmentando-se as organizações administrativas do aparato Estatal. Além disso, há empecilhos burocráticos e desafios do formato de políticas que limitam seu alcance. Aparecem agentes de universidade, ONGs e entidades para atuar nos quilombos com projetos em prol de ações e intermediar relações com o Estado. As políticas públicas se mostram problemáticas no que tange a sua formatação, tal como a de regularização fundiária e, no alcance. A totalidade das políticas propostas não tem chegado até os quilombos, não sendo plenamente efetivadas. Dentre os fatores desencadeantes disso estão: falta de acesso a informação pelos quilombolas, entraves burocráticos (exigência de documentação que a comunidade não possui), problemas operacionais (setorização e fragmentação), falta de recursos humanos qualificados, falta de interlocução entre instâncias do governo, recursos demoram a chegar no quilombo, baixa execução orçamentária e, considerando-se que são políticas recentes, requerem constante ajuste e monitoramento. Consequência de tudo é que os direitos básicos ficam, muitas vezes na esfera abstrata (CANTO, 2008, p. 04).

Em outro estudo etnográfico, sobre políticas públicas e mediação social na comunidade de Casca – Mostardas no Rio Grande do Sul, Paulo Sérgio da Silva (2007) destaca a persistência de formas verticais e coercitivas de mediações que agentes sociais externos às comunidades quilombolas têm mantido com estes sujeitos, como limitantes da construção de agendas e redes de políticas, bem como de acúmulo de capitais políticos a partir dos quilombolas. Ele ressalta as dificuldades desses sujeitos no entendimento de códigos normativos, reguladores e burocráticos; o afastamento dos quilombolas de processos de elaboração de políticas e a restrição de tais processos a sistemas de especialistas em política, os quais tem favorecido o domínio dos sistemas especializados sobre os quilombolas, reproduzindo situações de violência simbólica, implicando na mudez dos quilombolas, na sua não participação social e/ou revolta quanto a essas formas de mediação. Nas palavras do autor:

A análise das dificuldades de implementar, de modo mais incisivo a participação da comunidade nos Projetos permitiu verificar que a administração pública, com um sistema funcional, está destituída de uma linguagem capaz de penetração no universo social e simbólico quilombola. Mais do que isto, em grande medida, os mediadores sociais não conseguem atingir a uma ética discursiva, consensualmente afirmada por meio de uma percepção quilombola (SILVA, 2007, p. 79).

Santos e Doula (2008), em estudo sobre políticas públicas e quilombolas, desafios à prática extensionista em Minas Gerais, enfatizam a necessidade de inserção dos quilombolas nos sistemas econômicos socioculturais como premissa para o desenvolvimento local. As autoras destacam o desconhecimento da questão quilombola nos órgãos públicos estatais de extensão rural - EMATER, os quais, para efeitos de operacionalização do trabalho de assistência técnica, enquadram as Comunidades Remanescentes de Quilombos em categorias genéricas de agricultores, desconhecendo (e/ou desconsiderando) as suas especificidades étnicas. Para essas autoras, “[...] a atitude homogeneizante por parte dos agentes de desenvolvimento impossibilita que a cultura quilombola seja valorizada e preservada” (ibid. p. 80).

Essas autoras (2008) também assinalam que a simples sobreposição de proposições políticas, tais como Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e Brasil Quilombola, mantém o contexto institucional anterior, baseado na homogeneização e na transmissão de conhecimentos, não assegurando a garantia do direito essencial à posse coletiva das terras, ou mesmo o reconhecimento dos quilombolas como “[...] sujeitos ativos nas articulações socioculturais face aos espaços que ocupam” (ibid., p. 75). Para elas, a materialização de tais políticas devem ser coetâneas à construção social do auto-reconhecimento e reconhecimento social e político do grupo étnico, como potencializadores da condição de agência dos quilombolas e promotores do desenvolvimento local, dando ênfase à necessidade de repensar-se a formação dos agentes de assistência técnica.

Quanto ao balanço governamental das ações desenvolvidas no âmbito do Programa Brasil Quilombola, ainda em vigor atualmente, o relatório governamental de diagnóstico das ações desenvolvidas por esse Programa lançado em 2012, aponta para a construção de um “[...] notório crescimento da inclusão das demandas quilombolas, refletindo também ações orçamentárias” (SEPPPIR, 2012, p. 12), contribuindo com o atingimento das metas previstas nos Programas Brasil Sem Miséria, Plano Brasil Maior e Plano Plurianual 2012-2015, apontando para a necessidade de maior articulação entre os ministérios, enfatizando a importância da criação de conselhos gestores estaduais e seminários de ações integradas do PBQ, com a participação de representantes de órgãos público estatais e de quilombolas, com vistas à qualificação da ação, abrangência e eficácia do Programa.

Em que pesem os avanços observados, esse relatório aponta para as dificuldades de acesso dos quilombolas aos programas por falta de comunicação e dificuldades no trato com questões formais, burocráticas, fragilidade das organizações e redes quilombolas, o que

dificulta a sua participação em conselhos, espaços de elaboração, monitoramento e avaliação de políticas, cortes orçamentários, e por fim, a resistências de algumas comunidades no seu mapeamento e mobilização, “[...] fruto de se sentirem OBJETO DE ESTUDO de universidades e governos (sobreposição de diagnósticos)” (SEPPPIR, 2012, p. 31).

Quanto às análises até então realizadas sob a ótica dos órgãos públicos estatais e de universidades, o documento de avaliação do acesso das comunidades quilombolas aos programas do MDS, produzido em 2009 pela Fundação Euclides da Cunha de Apoio Institucional à Universidade Federal Fluminense, Núcleo de Pesquisas Sociais Aplicadas, Informações e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense, Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, indica como resultado, a inexistência de condições adequadas de acesso à saúde, educação de qualidade, desemprego generalizado e emprego precário, poucas famílias que conseguem viver somente de renda agrícola, situações de insegurança alimentar, principalmente no nordeste, dificuldades de acesso a água potável e locomoção dificultada.

Apesar disso, os autores salientam que a falta de recursos e a percepção de que os Programas sociais são insuficientes, não impacta a sua demanda pelos mesmos, a qual é afetada por especificidades relativas à gestão dos programas, especialmente evidenciadas no despreparo de servidores públicos municipais para atender aos quilombolas, e à ausência de informações sobre como se inserir e monitorar o andamento dos processos, além de dificuldades de locomoção. Apesar de tais elementos, reconhecem que o atual governo tem atentado mais para a assistência social a tais grupos, em relação a outros governos. De todos os programas do MDS, o Programa Bolsa Família é o mais conhecido e acessado, além do recebimento descontínuo de cestas básicas (FEC-UFF et. al., 2009).

Sobre as percepções dos quilombolas, esse documento registra que eles tendem a achar difícil participar de tais programas, mas analisa-os como um direito, por serem brasileiros e por pagarem impostos; manifestam relações de desleixo e tratamentos a que são submetidos em agências, postos de saúde, prefeituras; evidenciam certo grau de desconfiança com poderes públicos municipais, por considerarem pouco receptivos e, além disso, “[...] é notório certo grau de dúvidas quanto à transição do mundo das promessas para o plano da materialização” (MDS, 2009, p. 09); percebem também a fragmentação e descompasso entre ações federais, estaduais e municipais, e consideram os programas sociais como “[...] incapazes de solucionar os seus inúmeros problemas” (FEC-UFF et. al., 2009, p. 09).

Quanto aos problemas identificados no acesso e participação em Projetos do Programa de Aquisição de Alimentos, destacam a falta de informações, especialmente em relação a prazos de apresentação de solicitações e tramitação dos processos para liberação dos recursos, como pode-se perceber no seguinte diálogo:

E. O que você acha desses programas, vamos começar pelo PAA que você acha do PAA:

- Olhe eu achei que o PAA é muito enrolado.

E. Muito enrolado como?

- Enrolado por causa que... tá nas pessoas que faz o papel, por que nós por enquanto não consegue fazer né, fizeram já vai fazer quase um ano e meio que fizeram, agora que pegaram o mantimento que a gente plantou, colheu e passou pra eles, e nem sei que dia eles vão nos pagar, então tá enrolado na hora do pagamento que a nossa parte tá limpa.

E. Certo, enrolado porque tem burocracia?

- Isso

[Liderança comunitária] (FEC-UFF et. al., 2009, p. 11-12)

Além disso, o documento indica que foram levantados problemas quanto aos documentos que são exigidos para acesso a esses Programas e ações, como projetos, legalidade das associações e falta de informações dos participantes (FEC-UFF et. al., 2009).

Em relação à inclusão produtiva e à SAN, o documento enfatiza a premência de se expandir a distribuição de cestas básicas, com as devidas correções administrativas públicas, e também sugere a complementariedade entre cesta básica, o Programa Bolsa família e a expansão da presença do PAA nas comunidades quilombolas (FEC-UFF et. al., 2009). O PAA, no âmbito do atendimento a esses grupos étnicos, passa a ser considerado parte das políticas sociais desenvolvidas pelos atuais governos, desconfigurando-se seu traço estruturante, para assumir com mais premência, seu caráter assistencial emergencial, não estruturante.

Em outro estudo, Paula Melo (2009) analisa o chamamento público de projetos 2009 – apoio financeiro a Projetos de Fortalecimento das Atividades Produtivas em Comunidades Quilombolas, iniciativa do MDA, iniciada em 2005, seguindo algumas orientações diretas do Programa Brasil Quilombola e da PNATER. Nesse estudo a autora analisa que há dificuldades de comunidades tradicionais participarem dessas políticas, indígenas, quilombolas e outros. Segundo ela, também as ações de fomento à produção nessas comunidades pelo Governo Federal tem sido pontuais. Destaca que alguns quilombolas têm participado do PRONAF, na categoria B de microcrédito, porém não se tem informações mais precisas desses processos. Para ela a política de ATER, apesar de ter como princípio assegurar assistência técnica e extensão rural aos quilombolas, tem tido uma abrangência e capacidade de atendimento restrito a modelos de apoio a projetos, carecendo de ações continuadas e de maior capacidade estrutural.

Além do PBQ e de ações específicas dos ministérios vinculadas às diretrizes desse Programa, outras ações governamentais significativas também começaram a ser realizadas paralelamente a partir de 2006 envolvendo quilombolas, mas extrapolando o alcance das ações do governo dirigidas a esses grupos, envolvendo também indígenas, ribeirinhos, quebradeiras de côco, terreiros de matriz afrodescendente, etc., compreendidos com os Povos e Comunidades Tradicionais, circunscritos no âmbito da criação, em 2006, da Comissão Nacional de Comunidades Tradicionais, e da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e o Programa de Aceleração do Crescimento Quilombola em 2007; no ano de 2012, com a criação do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, com o intuito de formular e monitorar o desenvolvimento de políticas públicas específicas para esses grupos; e por fim, no ano de 2013, culminando com a aprovação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana 2013-2015.

Essas políticas, tal como a composição da Comissão Nacional, apresentam aprimoramentos institucionais com relação às políticas e dispositivos organizacionais estabelecidos no Programa Brasil Quilombola, dando mais ênfase à participação quilombola e de outros Povos e Comunidades Tradicionais, estabelecendo diretrizes para a criação de dispositivos organizacionais em nível local, regional, estadual e nacionais para assegurar a participação social quilombolas na construção, concepção, aprovação, monitoramento e avaliação de políticas, projetos e Programas, implicando no central respeito à diversidade sócio cultural e ambiental desses grupos, e às suas formas características de organização e modo de vida. Porém, por se tratarem de processos, políticas e Programas atualmente em curso e recentemente instituídos, não foram encontrados estudos de análise sobre o tema.

Do panorama até então descrito, destaco os avanços obtidos na construção de corpos especializados na elaboração, coordenação e execução de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento das CRQ's, bem como os incrementos na participação, ainda que representativa, dos remanescentes de quilombos nesses processos, a princípio limitada a espaços de execução e monitoramento das políticas, e mais recentemente, ampliando-se para a elaboração e coordenação. No entanto, destaco também os constrangimentos e limitações que o modelo de gestão burocrática e representativa tem exercido sobre os quilombolas, como fatores conflitivos, desestimulantes e reprodutores de formas legais e simbólicas de dominação e violência para com esses sujeitos sociais.

3 O VALE DO RIBEIRA PR: FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL, ETNOGENESE QUILOMBOLA, PROGRAMAS E POLÍTICAS PÚBLICAS

Esse capítulo tem como objetivo caracterizar dinâmicas socioculturais, produtivas e políticas do Vale do Ribeira Paraná, compondo elementos significativos, constitutivos da racionalidade quilombola, correlacionando-os com os Programas de Desenvolvimento até o presente momento executados nesse território, e com os processos de reconhecimento e identificação das Comunidades Remanescentes de Quilombos.

3.1 – Características e dinâmicas ambientais, socioculturais e econômicas

O território do Vale do Ribeira está localizado na Bacia Hidrográfica Ribeira do Iguape, abrangendo as regiões sudoeste do Estado de São Paulo e leste do Estado do Paraná (Figura 1).

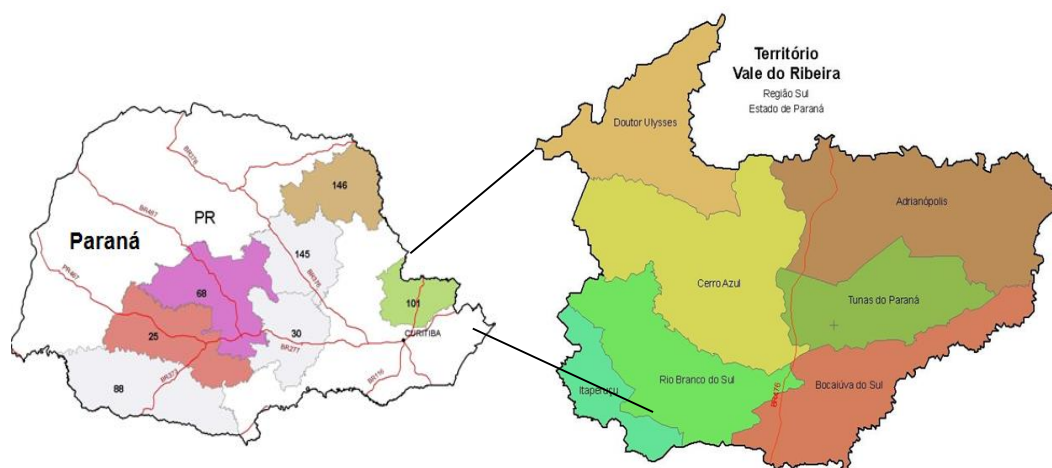


Figura 1 – Mapa do Estado do Paraná (à esquerda) e dos Municípios do Vale do Ribeira-PR–território 101 (à direita).

Fonte: SDT/MDA (2012).

No Paraná, segundo dados do IPARDES (2007) o Vale do Ribeira ocupa 7,6% de seu território, 21,5% de toda essa Bacia Hidrográfica, sendo composto pelos municípios de Cerro Azul, Doutor Ulisses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul, Bocaiúva do Sul, Tunas do Paraná e Adrianópolis. Esse conjunto de municípios reúne 99.352 pessoas, representando 1,0% da população estadual. O município de Adrianópolis, possui uma população total de 6. 709 habitantes e uma área territorial de 1.349,34 Km, sua sede distancia-se 130 km da capital desse Estado.

De acordo com estudos do Departamento de Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER, 2008) e também de Valter Bianchini (2010), o predomínio de relevo acidentado, montanhoso, cuja classe predominante situa-se no intervalo entre 20% e 45%, tem constrangido a adoção de modernas tecnologias de agricultura (máquinas, implementos e insumos), condicionando esse território à manutenção e adaptação de manejo mínimo do solo, mantendo, atualizando e desenvolvendo-se na região um tipo de agricultura e de campesinato¹³ específicos, historicamente construídos, baseados na execução de práticas de cultivo manuais com uso de ferramentas e máquinas simples (enxadas, foices, matracas, etc.), rotação com áreas de pousio, predomínio de culturas perenes, áreas de pastagens extensivas, e reflorestamento de pinus.

Além do relevo, a segunda característica natural, marcante do *ethos* das populações camponesas locais, é a presença dos rios, entre outros, especialmente o Rio Ribeira, que nasce

¹³ Para compreensão desse campesinato que se constituiu no do Vale do Ribeira, assumi as concepções de campesinato desenvolvidas por Chayanov (1974), Maria Nazareth Baudel Wanderley (1996, 2003) e por Neves (2007). Para Chayanov, o campesinato representa uma categoria social específica, uma unidade de produção econômica, cuja constituição organizativa baseia-se no trabalho familiar, na produção de valores de uso diversificados; no bem estar familiar, objetivando um equilíbrio mínimo entre produção/consumo/bem estar/trabalho doméstico, e não uma taxa média de lucro, conectando-se a mercados e instituições de diferentes formas, a depender dos contextos. Adotando a perspectiva sociológica francesa e também elementos desta perspectiva econômica de Chayanov, tanto Wanderley(2003) quanto Neves (2007) compreendem o campesinato como um processo social em constante transformação, que coloca em permanente interação social tanto as raízes históricas, valores, memórias e comportamentos sociais, políticos, econômicos do grupo, quanto elementos totalmente novos, mediatizados por relações de interação social, os quais estes sujeitos sociais estabeleçam em cada contexto que se situam historicamente. Além desses elementos, Wanderley (2003), compreende que o campesinato na atualidade representa uma parcela específica da agricultura familiar, que possui uma cultura e racionalidade própria, uma forma específica de inter-relação social, autonomia (econômica) relativa com produção para subsistência, mas não somente, se transformando socialmente em interação com as demais formas sociais, econômicas e políticas, porém preservando elementos constitutivos dessa condição camponesa. Tais construções sociais, no caso brasileiro, assumem particularidades históricas as quais, segundo Wanderley (1996), decorrem das especificidades da formação sociohistórica do nosso país, que promoveram a construção de um campesinato marcado pelo latifúndio como modelo dominante, pela herança da escravidão; um campesinato que não conseguiu se constituir enquanto tal; fruto da precariedade e da instabilidade; da combinação entre produção para autoconsumo e venda para mercados; marcado pela luta por território e pela migração entre regiões e fronteiras; por unidades de produção que empregam e se empregam a outrem; e pelo assalariamento parcial como necessidade estrutural.

no município de Cerro Azul, segue dividindo os municípios de Itaperuçu e Castro, margeando o município de Adrianópolis, fazendo divisa na margem esquerda com o Estado de São Paulo, desaguando no mar (Figura 2). Fonte de peixes para alimentação humana, de água para consumo doméstico, escoadouro de gentes, de mercadorias e de cultura, tem sido navegado por embarcações rudimentares, permitindo a circulação, mobilidade e socialização entre habitantes das comunidades formadas na faixa que compõe o trecho norte do município de Adrianópolis, atuando como elemento estruturador da vida ambiental, social, econômica e cultural desse território e das populações que habitam historicamente suas margens e proximidades.



Figura 2 – mapa de localização da bacia hidrográfica do Rio Ribeira

Fonte: UNICAMP (2013).

A terceira característica natural significativa, com influência estrutural nas relações agroecossistêmicas¹⁴ e na cultura das populações camponesas locais e regionais, é a presença

¹⁴ A noção agroecossistêmica aqui adotada referencia-se no conceito de agroecossistemas desenvolvido por Gleissman (2003). O agroecossistema é compreendido como a manipulação de um determinado ecossistema, entendido como sistema funcional de relações complementares entre organismos vivos e seu ambiente, delimitados por fronteiras arbitrárias no tempo e no espaço, cuja relação mantém um equilíbrio estável e dinâmico, pela ação humana com vistas à realização de agricultura. Segundo ele, um agroecossistema é criado quando a manipulação humana e a alteração de um ecossistema são realizadas com o propósito de estabelecer uma produção agrícola. Há

da mata. Fonte alimentos, caça, madeira, frutas, ervas, palmito, compõe elemento cotidiano da vida desses grupos. As atuais áreas de mata nativa ainda restantes nesse território (Floresta Ombrófila Mista – Floresta da Araucária e Floresta Ombrófila Densa), sendo em grande medida, ocupadas por Parques e Áreas de Preservação Permanente, fatores desencadeadores de conflitos ambientais.

Segundo estudos do ITESP (2000), Fidelis et. al. (2010) e Salles (2010), por serem constituídas a partir de lógicas preservacionistas, a institucionalização legal dessas áreas de preservação ambiental no território do Vale do Ribeira tem sido acompanhada pela emergência de diversos conflitos ambientais, envolvendo agricultores locais e regionais, órgãos de fiscalização ambiental, Institutos de Terras do PR e SP, Ministério Público Federal, ONG's e movimentos sociais.

A partir dos estudos de Carril (1995), ITESP (2000), Fernandes et. al. (2007), Sahr et. al. (2011), compreendi que as raízes históricas da formação social e étnica do campesinato negro e caboclo¹⁵ do Vale do Ribeira Paraná, atualmente em parte reconhecidos como CRQ's e CNT's, remontam ao período compreendido entre os séculos XVII e XIX, a partir da exploração do ouro de aluvião do Rio Ribeira de Iguape, inicialmente realizado no Estado de São Paulo, concentrada nos municípios de Eldorado, Xirica e Iguape, espalhando-se para a região do Alto Vale do Ribeira, atingindo as margens Paranaenses do Ribeira e o Litoral desse estado, dando origem às cidades de Curitiba e Paranaguá.

De acordo com Carril (1995) e Wachowicas (apud BIANCHINI, 2010), desde o século XVI há registros de bandeiras portuguesas paulistas e de espanhóis na região à busca de minerais preciosos. Tais eventos foram acompanhados de presença indígena nativa, capturada e escravizada, centralmente Tupis-guaranis, dando início aos processos de extração desses recursos naturais na região.

uma mudança no padrão co-evolutivo do ecossistema, abrangendo, desse modo, para além de todas as espécies possíveis de existirem em tais condições ambientais, humanos que passam a realizar agricultura.

¹⁵ Quando me refiro a caboclos nesse estudo, anoro-me, por um lado, na construção teórica realizada por Arlene Renk, quanto à caracterização desses grupos étnicos no sudoeste catarinense, entendida como uma categoria construída pela oposição entre grupos étnicos imigrantes europeus - colonos de origem, e “[...] os nativos, desclassificados como **caboclos[brasileiros]** (S.l. p. 01). “À medida em que o caboclo se apresenta como diferente dos colonizadores, utiliza sua precedência no solo. ‘*O caboclo é o segundo brasileiro. O primeiro é o índio*’. ‘*Ele não tem origem, como os italianos e os alemães. Ele é brasileiro. É do Brasil*’” (SAVOLDI e RENK, 2008, p. 13). E, por outro lado, também nas descrições realizadas por Antônio Candido, em *Os Parceiros do Rio Bonito* (2010, p.27), o qual caracteriza os caboclos como “[...] o mestiço, próximo ou remoto de branco e índio, que em São Paulo, forma talvez a maioria da população tradicional”. No Vale do Ribeira Paraná, em específico na Comunidade Remanescentes de Quilombos Córrego das Moças, essa categoria é representada pelos Bugres, entendidos como a mistura de índio (com outras etnias não especificadas), presentes na historiografia oral e arquitetônica da comunidade.

Os Tupis-guaranis conheciam a navegação fluvial, a cerâmica, a rede e a agricultura. Nesta atividade, para limpeza do terreno, utilizavam queimada da vegetação e “[...] em covas abertas com ferramentas manuais, plantavam milho, amendoim, mandioca, algodão e fumo. Após algumas colheitas, o declínio da produtividade levava ao abandono da área cultivada e à abertura de nova área de cultivo” (BIANCHINI, 2010, p. 95), isso permitia a manutenção do equilíbrio físico-químico e biológico do agroecossistema local. Além da produção agrícola, esses grupos praticavam a caça, a pesca e a coleta de frutos da mata.

Segundo do documento do ITESP (2000, p.61):

A presença indígena na região imprimiu dinâmica peculiar na formação dos contingentes populacionais do Vale do Ribeira, deixando legado cultural e tecnológico que foi apropriado e redefinido pelas populações negras e ribeirinhas em São Paulo: as técnicas da pesca, a agricultura itinerante e a própria toponímia regional.

A escravidão negra no Estado de São Paulo, teria se efetivado mais tarde, principalmente a partir do século XVI adquirindo expressividade nos séculos XVII até o século XIX, tornando-se a principal força de trabalho escrava da exploração do ouro de aluvião do Ribeira. Os negros africanos, teriam vindo principalmente de Guiné, Angola e Moçambique, entrando pelo Porto de Santos, sendo levados para Iguape e outras localidades rio acima (em direção ao sul da região do Vale do Ribeira de São Paulo, podendo terem atingido o Vale e o Litoral do Paraná também) (CARRIL, 1995).

Há registros nos relatórios antropológicos e cartografias sociais realizadas em CRQ's do Paraná - João Surá e São João (FERNANDES, 2007; SAHR et. al., 2011), de que neste período alguns negros teriam fugido dessas áreas de mineração, vindo a instalarem-se nessas localidades do Paraná, preenchidas de matas nativas e ‘inóspitas’, ocupando áreas próximas dos rios, desenvolvendo a caça, pesca, coleta de frutos e palmito da mata, além de praticarem agricultura, adotando sistemas de produção análogos aos praticados pelos indígenas, constituindo as famílias de descendência das atuais famílias reconhecidas como CRQ

Com o declínio da exploração do ouro, em meados e final do século XIX, em decorrência da descoberta de minérios em Minas Gerais, muitos exploradores migraram para essa nova região, alguns levando consigo os escravos, mas em sua grande maioria, abandonando-os na região. Outros exploradores, sob o regime de sesmarias, começaram a desenvolver na região sistemas de produção de arroz e pecuária extensiva em São Paulo, nos campos nativos de Curitiba e nos Campos Gerais, algumas delas, em direção ao Vale do Ribeira Paraná (CARRIL, 1995; BIANCHINI, 2010).

Esse novo cenário possibilitou aos negros e indígenas que se mantiveram e que se espalharam pela região, a formação de bairros rurais pelo território do Vale do Ribeira durante o século XX, desenvolvendo-se a partir da reprodução social de um tipo de ‘Agricultura Itinerante’ ou ‘Tradicional Camponesa’¹⁶, apresentando elevado grau de auto-suficiência e reduzida integração mercantil, constituindo-se a partir de uma economia de mínimos vitais:

Dir-se-á então, que um grupo ou camada vive segundo mínimos vitais e sociais quando se pode, verossimilmente, supor que com menos recursos de subsistência, a vida orgânica não poderia ser possível, e com menor organização das relações não seria viável a vida social, teríamos fome no primeiro caso e anomia no segundo [...] (CANDIDO, 2010, p. 33).

Os bairros rurais, tal como compreendidos por Antônio Cândido, em *Os Parceiros do Rio Bonito* (2010) e por Maria Isaura Pereira de Queiroz, em *Os Bairros Rurais Paulistas* (1973), constituem unidades culturais e sociais, mais ou menos dispersas, de elevado grau de homogeneidade interna, ligadas por sociabilidades de vida rústica, abrangendo os níveis familiares, de vizinhança, entre os bairros e a região.

A subsistência e o equilíbrio interno das famílias nesses bairros do Vale, tal como compreendido por Chayanov (1974), especificamente no Município de Adrianópolis, durante a primeira metade do século XX, foi assegurado em grande medida pelo trabalho familiar, na agricultura, pela pesca, caça e em alguns casos, com o desenvolvimento de indústrias artesanais domésticas de fabricação de farinha de milho, mandioca, taiada e rapadura, assegurando à família o provimento de uma dieta mínima básica, rica em cereais, como milho, arroz, feijão, sendo complementada pela carne provinda de pequenas criações, como galinhas, porcos e animais caçados e pescados.

Do ponto de vistas das relações ‘contratuais’, na maior parte das vezes informais, desenvolveu-se nesse município um sistema típico de parceria adotado até meados do século XX, o sistema de safra, no qual, segundo Bianchini (2010), o dono do terreno, sitiante ou fazendeiro permitia às famílias instalarem moradias em sua área territorial, em alguns casos,

¹⁶ Agricultura Tradicional Camponesa, tal como compreendida por Fidelis (2011), ou agricultura itinerante segundo a compreensão de Antonio Candido (2010), são denominações diferentes para nomear os sistemas de produção tradicionais que se constituíram na região. Baseados na roçada, amontoa e queimada da quiçaça, capuava (capim alto) ou mata primária, secundária em regeneração), ou da derrubada e queima da mata fechada, os agricultores instalam roças de milho, mandioca, feijão, arroz, abóbora, etc., abandonando tal região assim que a produtividade declina, ou que percebem que os ciclos de produção se esgotaram naquele solo. Nessa hora partem então para a derrubada e limpeza de outra área e deixam aquela em repouso, criando quiçaça, até que seja restituído seu equilíbrio físico-químico-biológico, quando então retornam a ela, limpando, queimando e plantando roça novamente. Esse *ethos* camponês tradicional mantém o equilíbrio do agroecossistema local e regional, segundo Fidelis (2011).

formando gérmenes de bairros rurais. Nessas localidades os parceiros plantavam fumo para vender em Itaoca – SP, roças de milho, abóbora, arroz e feijão, (entre outros produtos), e ao encerrar o ciclo produtivo do milho, deixavam parte da produção na área para o sitiante ou fazendeiro soltar os seus porcos na área para engorda. Em Adrianópolis, esses porcos eram criados soltos nessas áreas, e quando adquiriam peso ideal para venda, formavam-se “cargueiros de porcos” que eram tocados por peões montados em mulas até Curitiba ou Sorocaba em São Paulo, para serem vendidos nessas cidades. Na volta, em alguns casos, eram trazidos mantimentos externos necessários ao uso dos sitiantes e parceiros, como sal, tecidos, etc.

Essa forma de parceria, no entanto, não assegurava o pleno equilíbrio dos parceiros, os quais associavam-se entre si, desenvolvendo práticas de ajudas mútuas, encontrando nos parentes e vizinhos importantes sustentáculos, cujas principais expressões se referem a trocas de dias e mutirões, e também, por exemplo, na divisão de carnes entre o grupo, repartindo-se com os vizinhos um animal abatido, como na localidade de Ivaporunduva – Vale SP (Queiroz, 2006), na construção de casas, e na organização das festas do bairro.

De forma análoga ao descrito por Candido (2010), Queiroz (1973) e Fernandes (2007), a religião e as festividades religiosas, nesse contexto, também se constituíam, e ainda se constituem, como importantes simbologias incitadoras de práticas e valores de solidariedade e coesão grupal. A religião, baseada em um catolicismo popular ou em um evangelismo emergente¹⁷, atuava e atua nesses bairros e comunidades como fator de regulação dos comportamentos e normas sociais da coletividade, contribuindo também na concentração e dispersão dos moradores do agrupamento.

Outro traço importante na cultura desses grupos, que vem desse contexto e se manifesta também na contemporaneidade, são as percepções e usos do tempo. Baseando-se em uma lógica temporal simbólico-cosmológica e agroecossistêmica, imiscuindo-se a um quase “comensalismo” com o meio ambiente - terra, água e mata, tal como analisado por Antonio Cândido sobre a cultura dos caipiras de São Paulo em *Os Parceiros do Rio Bonito* (2010), esses grupos étnicos orientam-se, por um lado, pelo calendário religioso, guardando-se dias santos, datas comemorativas, velórios e enterros; por outro, pelos ciclos naturais (clima, precipitação, estações do ano e luas) de produção e de caça dos bens alimentares desejados.

Com o advento da modernização da agricultura a partir de 1960, no Vale do Ribeira Paraná, especificamente no município de Adrianópolis, as relações econômicas entre as

¹⁷ Igrejas pentecostais ou neopentecostais. No rural brasileiro se refere principalmente às igrejas da Congregação Cristã no Brasil, presente também na Comunidade Córrego das Moças, mas também à Igreja do Evangelho Quadrangular, Assembléia de Deus, etc.

famílias camponesas, os bairros rurais e a sociedade envolvente, se intensificaram. Com a decadência do uso de banha de porco e sua substituição pelo óleo vegetal, a atividade de suinocultura na região entrou em decadência, sendo substituída pela produção de feijão, mamão e banana, para venda a atravessadores que passaram a buscar nas casas dos camponeses as mercadorias, ou para venda por atravessadores na Central de Abastecimento – CEASA - de Curitiba.

Nas visões de moradores dos bairros de Porto Velho, Tatupeva e Córrego das Moças, as décadas de 1960-70 e por volta do início dos anos 1980, são representadas como épocas em que havia venda e fartura, os camponeses plantavam bastante mamão, feijão e banana, as terras produziam bem, os caminhões vinham buscar na estrada, não faltava venda e os preços eram bons. Os anos de 1980-90 são representados pelas populações locais como períodos de dificuldades, quando diversas pessoas e famílias saíram para as cidades em busca de trabalho, pois na região “não tem mais como viver da lavoura” (Anotação de caderno de campo, agosto 2013, fala de um dos mediadores técnicos e sociopolíticos observados).

Ao irem saírem de suas áreas rurais e irem para as cidades em busca de emprego e trabalho, os camponeses venderam suas terras para fazendeiros pecuaristas e empresas de reflorestamento de pinus. No âmbito das relações de trabalho, intensificando também processos migratórios, gerando também alterações nos perfis de suas formas de desenvolver pluriatividades¹⁸, com redução de indústrias artesanais e compatibilização entre a manutenção da produção camponesa, com pelo menos um dos membros da família, geralmente o homem, em assalariamento temporário ou permanentemente.

Sob o aspecto econômico, o Vale do Ribeira Paraná vem sendo historicamente representado como uma região de baixa densidade populacional e com níveis de estagnação econômica, permanecendo à margem dos principais ciclos econômicos do estado.

Durante o século XX, a sua economia manteve-se estruturada a partir da exploração de minérios, principalmente controlada por empresas multinacionais, como o Grupo Votorantim, da pecuária extensiva, controlada por fazendeiros migrantes, principalmente de Minas Gerais e de São Paulo (a partir de 1950-60), e do reflorestamento de pinus (a partir de 1970-80), abrigando parcelas significativas da força de trabalho camponesa local e regional, coexistindo e pressionando tais formações sociais.

¹⁸ A pluriatividade refere-se a unidades produtivas familiares multidimensionais, onde a família pratica atividades agrícolas e não agrícolas, como por exemplo, pequenas indústrias artesanais, podendo conciliá-las a atividades externas – como assalariamentos temporários, assalariamento permanente de um dos membros da família, como estratégias de reprodução social do núcleo familiar camponês (SCHNEIDER, 2003).

Como demanda energética à extração de minérios na região, nos anos de 1980 foi construído um projeto de uma Usina Hidrelétrica no Rio Ribeira de Iguape, a Usina de Tijuco Alto. Por prever o alagamento de amplas margens de territórios ocupados por populações tradicionais ribeirinhas e quilombolas, em sua maioria territorializadas às margens do Rio Ribeira, tanto nas margens Paranaenses quanto Paulistas, esse projeto promoveu a construção de diversas mobilizações sociais das comunidades ribeirinhas e quilombolas da região, originando o Movimento dos Ameaçados por Barragens – MOAB, processos sociais que no Estado de São Paulo motivaram a auto-identificação e reconhecimento legal das CRQ'S desse território:

Para as comunidades negras do Vale do Ribeira, a negritude aparece como reação aos problemas já apontados e tendo como base a possibilidade no campo jurídico, de fazer valer o seu direito de permanecerem nas terras. [...] A consciência de que assumir a negritude é condição fundamental, amplia-se não só da necessidade de conquista do direito ao reconhecimento das terras, mas principalmente pela reflexão sobre a alteridade, permitindo recompor a autonomia frente aos dominantes e a dignidade em defesa de seus valores culturais (CARRIL, 1995, p. 178).

Quanto às áreas de reflorestamento de pinus, segundo Paula Souza apud Quadros (2009), a partir da década de 1970, com a restrição do relevo, o Estado estimulou por meio de incentivos fiscais, os plantios comerciais de madeira de pinus na região. Além de basear-se em relações de trabalho por vezes extenuantes, com baixos salários e irregularidades trabalhistas (CORADIN, 2012), Paula Souza (apud QUADROS, 2009) descreve que os quilombolas relatam que tal exploração intensificou a disputa pelas terras da comunidade, contribuindo para a desorganização das atividades coletivas e familiares, estimulando a saída de camponeses para trabalhar na produção de pinus, favorecendo que o quilombo fosse novamente lançado em um cenário de grande invisibilidade social.

A pecuária extensiva no município de Adrianópolis, teve seu período de expansão principalmente em meados do século XX, com a chegada à região de mineiros e alguns paulistas (de Itaoca - SP), que aos poucos foram comprando terras dos camponeses locais, muitos dos quais endividados, ocupando áreas de capoeiras e de antigas roças, formando pastos, fazendo fronteira com as áreas de expansão do reflorestamento de pinus, o que deu origem à atual bacia leiteira do município e à Cooperativa COPLAR.

A produção e manutenção de uma estrutura fundiária altamente concentrada, associada à falta de infraestrutura, estradas de ligação entre esses municípios e os principais centros econômicos regionais (Curitiba), além dos constrangimentos e conflitos ambientais, são

apontados por Valter Bianchini (2010) como os principais limitantes da integração do Vale do Ribeira Paraná aos principais ciclos econômicos vivenciados no Estado do Paraná, reproduzindo uma economia regional estagnada e altamente degradante dos recursos naturais e humanos locais e regionais.

Para o Deser (2008) e para Bianchini (2010), tal quadro condiciona atualmente o Vale do Ribeira Paraná a apresentar um dos piores Índices de Desenvolvimento Humano do Paraná e do Brasil - a média dos sete municípios do território é de 0.682, enquanto no país é de 0.772 e no estado 0.787 (IPARDES, 2007) -, tornando-se, a partir de meados dos anos 2000, objeto de diversos Projetos de Desenvolvimento Territorial, sendo classificado como um dos oito “Territórios de Cidadania” desse Estado, passando a receber estímulos à intervenção do Estado a partir da construção e execução de Projetos e Programas especificamente elaborados e ‘adaptados’ às condições regionais.

3.2 –Programas e perspectivas de desenvolvimento

Diante desse contexto, desde os anos 1970 o Governo do Estado do Paraná vem procurado desenvolver ações no Vale do Ribeira, “[...] compatibilizando ações de desenvolvimento econômico, combate à pobreza e conservação dos solos e da água, encontrando muitas dificuldades na ação sistêmica para alcançar essas três dimensões do desenvolvimento” (BIANCHINI, 2010, p. 123):

Sem um impacto direto do processo de modernização da agricultura em que o crédito, a pesquisa e assistência técnica e o cooperativismo com um conjunto de políticas públicas mudaram a agricultura do Paraná, o Território do Vale do Ribeira terá a partir dos anos 1970 um conjunto de ações de Programas Governamentais com ênfase na agricultura da região. Entre esses Programas podemos destacar o PRODELAR (Programa Integrado de Desenvolvimento do Litoral e Alto Ribeira) em 1976, o PRÓ-RIBEIRA (Programa de Apoio à População Carente do Alto Ribeira) em 1980, o PRÓ-RURAL (Projeto Integrado de Apoio ao Pequeno Produtor Rural), com apoio do BID de 1981 a 1986, o PARANÁ RURAL de 1986 a 1997, com apoio do BIRD, e o PARANÁ 12 Meses, executado pelo Governo do Estado entre janeiro de 1998 e abril de 2006, também com apoio do BIRD (BIANCHINI, 2010, p. 123)

Do conjunto desses Programas, o primeiro, o PRODELAR, priorizou o desenvolvimento de ações no litoral do Paraná, colocando em segundo plano o Vale do Ribeira, pois “[...] o Governo do Estado, ao lançar o PRODELAR em 1976, não viu no desenvolvimento

da agricultura do Vale do Ribeira uma das atividades motoras de um projeto de desenvolvimento para a região... A fragilidade da assistência técnica e da pesquisa, a ausência de cooperativas, de agências do Banco do Brasil e de agroindústrias e canais de mercado, impossibilitavam a consolidação de cadeias como a da horticultura, do leite e da laranja” (BIANCHINI, p. 124-125).

O segundo Programa, o Pró-Ribeira, que visava articular ações produtivas e ações sociais, consegue, por meio do serviço da Assistência Técnica da EMATER, produzir um consistente diagnóstico da região, porém, após três anos de sua execução, conseguiu apenas disponibilizar material apícola para 12 agricultores. Uma das principais dificuldades apontadas na execução desse Programa foi a falta de assistência técnica (BIANCHINI, 2010).

Nas diretrizes do terceiro Programa executado, o PRÓ-RURAL, “[...] aparece a necessidade de ampliação da estrutura da ATER¹⁹, da pesquisa, do apoio ao associativismo, criação de associações e melhoria de infraestrutura e dinamização do uso do crédito rural” (BIANCHINI, 2010, p. 129). Concretamente, o quadro técnico da EMATER foi ampliado, incentivando a adesão dos agricultores às linhas de crédito rural, incrementando as principais cadeias produtivas da região (leite), tendo alcançado um número reduzido de agricultores e beneficiado os agricultores com melhor nível de tecnologia.

Por sua vez, o Paraná Rural, Programa que previa ações de conservação do solo e das águas, priorizou áreas mais férteis e com dinâmicas produtivas intensivas do Estado (norte e oeste), classificando o Vale como a última área de prioridade de ação desse Programa, o que correspondeu, na prática, à sua tênue aplicabilidade nesse território, restringindo-se à atuação com 12 agricultores em Cerro Azul.

O Programa Paraná 12 Meses, tendo como eixos estruturadores o desenvolvimento social e produtivo, o fortalecimento institucional e o desenvolvimento tecnológico, teve como meta “[...] reduzir a pobreza rural e promover o gerenciamento dos recursos naturais do Estado[...].” (Bianchini, 2010, p. 140). Nesse sentido, as prioridades do Programa para a Mesorregião Litoral e Alto Ribeira foram o combate à pobreza rural, comunidades, manejo e conservação dos recursos naturais. Em decorrência da tipologia de agricultores beneficiários adotada, o Programa acabou privilegiando os agricultores mais capitalizados e organizados. De modo geral, suas ações se resumiram ao apoio a obras de infraestrutura, como estradas, reabilitação de asfalto, saneamento e habitação rural.

¹⁹ Assistência Técnica e Extensão Rural.

Apesar de ter como um de seus eixos estruturantes o fortalecimento institucional, contou apenas com a estrutura organizacional de Conselhos Municipais. Para Bianchini (2010, p. 144), a EMATER, vinda de processos verticalizados de Programas anteriores, “[...] não estava preparada para um forte trabalho de Planejamento Participativo, organização de grupos e projetos integrados de desenvolvimento local”. Nesse sentido, o Paraná 12 meses continuou reproduzindo a estrutura organizacional burocrática, hierarquizada e centralizada de Assistência técnica, não contribuindo com a construção social do fortalecimento institucional de organizações associativas e cooperativas de agricultores camponeses no Vale, restringindo-se às ações descritas acima.

De acordo com esse autor (2010), próximo ao final do período de execução do Paraná 12 Meses, a partir de 2004, contando com um rearranjo de agentes nas disputas do campo político brasileiro, instituídas no espaço governamental Federal e Estadual, tendo como suporte a recém criada Secretaria de Desenvolvimento Territorial, o território do Vale do Ribeira passou a ser priorizado para atuação dessa Secretaria e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, constituindo-se como um dos oito “Território da Cidadania” do Paraná, espaços prioritários para o desenvolvimento de ações de Combate à Pobreza e Inclusão Produtiva.

Também segundo Bianchini (2010), para tanto, passaram a constituir em nível territorial, estadual e nacional, os Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, contando com assentos da sociedade civil, organizações de agricultores familiares, prestadoras de Serviço da Assistência Técnica, instâncias dos Poderes Públicos municipais e regionais, com o objetivo de articular, acompanhar as execuções, validar, deferir e indeferir a construção e execução de programas e projetos para os territórios, visando-se, dessa forma, ampliar a participação democrática e controle social da elaboração e execução de Programas e políticas públicas nesse território.

No Vale do Ribeira, esse Conselho foi constituído e atualmente conta com a participação de prefeituras e secretarias municipais, cooperativas e associações de agricultores familiares e prestadoras de serviços técnicos, tais como a Cooperativa de Comercialização da Agricultura Familiar – COOPAFI Cerro Azul, Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras, alguns Sindicatos Rurais, o Sistema das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, Cooperiguaçu – Cooperativa de Prestação de Serviços e EMATER’s regionais.

Desse modo, observa-se nas últimas décadas (1990, com ênfase nos anos 2000 - em decorrência de tais aportes governamentais oferecidos), incrementos na participação,

construção, desenvolvimento, articulação institucionalizada e representativa de organizações sociais e sociedade civil em Programas e Projetos de Desenvolvimento Territorial voltados ao Vale do Ribeira.

No entanto, mesmo com tais avanços no atendimentos das demandas do camponeses da região, Bianchini (2010) aponta que “[...] muitos projetos são inviabilizados no território[...]”, em função de que os municípios frequentemente não apresentam a documentação exigida para acessar políticas públicas, tais como certidões negativas de débitos, dificuldades de oferecerem contrapartidas exigidas pelo Governo Federal, em função de problemas orçamentários, e da falta de organizações sociais com capacidade para monitoramento das obras. Tal quadro favorece que somente aqueles grupos sociais e instituições mais capitalizadas social, econômica e juridicamente, consigam acessar recursos públicos por meio de programas governamentais, em detrimento daqueles menos capitalizados.

Bonato e Gomes (DESER, 2008, p. 54), refletindo acerca da visão governamental atual sobre o Vale, analisam que “as atuais características de elegibilidade como território de pobreza, induzem a uma avaliação sobre o Vale do Ribeira como um ‘Sistema Agrário’ estagnado, ou em declínio [...]”, cuja “qualificação desta condição de estagnação ou declínio aponta para cenários ‘sem perspectiva de desenvolvimento’. Diante de tal ‘frustração econômica’, condizente com uma visão economicista de desenvolvimento, baseada em diretrizes do Banco Mundial (Bianchini, 2010), esses autores contrapõe tais apontamentos, demonstrando a existência de sistemas agrários em transmutação no Vale do Ribeira. Baseados na experiência dos Sistemas Agrofloretais desenvolvida pela COOPERAFLORESTA nos municípios de Adrianópolis e Barra do Turvo há mais de dez anos. Os quais, vinculando-se a redes sociais agroecológicas e constituindo-se a partir de práticas metodológicas baseadas na educação popular, apontam para outros horizontes de desenvolvimento do território e de democracia.

Nesse sentido, em síntese, o que se percebe no Vale do Ribeira Paraná é a existência de uma vasta riqueza de recursos naturais, terra, água, minerais e biodiversidade, elementos constitutivos da cultura do campesinato local e regional, na atualidade, predominantemente sob o controle e exploração por empreendimentos capitalistas altamente degradantes do meio ambiente e da força de trabalho camponesa local e regional, cabocla e negra. Quadro que potencialmente tende a ser modificado, através tanto da ampliação e qualificação desses sujeitos sociais e Políticas e Programas governamentais, quanto pela emergência e desenvolvimento de iniciativas da sociedade civil, como a experiência com Sistemas Agrofloretais da COOPERAFLORESTA

3.3 – Etnogênese das CRQ's do Vale e o papel dos mediadores sociais

A partir dos anos 2000, que por meio da institucionalização de demandas históricas do movimento negro, capituladas pelo Governo do Estado, que o quadro histórico de invisibilidade dos negros no Paraná vivenciará fricções e descristalizações significativas, com os processos de auto-identificação e de reconhecimento de CRQ's nesse Estado.

Através da constituição do Grupo de Trabalho Clovis Moura (GTCM), e da reativação do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG), através do Programa Terra e Cidadania, o mito do branqueamento e da democracia racial, tal como compreendido por Hofbauer (2007), manifestos na percepção social legitimada do mito da existência de um 'Paraná branco' começa ser descristalizado, 'descobrimo-se' como um estado multiétnico, congregando a maior população negra e quilombola dos Estados do sul do Brasil, cuja população negra representa “[...] 23% IBGE, AC, 2000; 24,5% IBGE, PNAD 2007” da população total desse Estado (GOMES, SILVA e COSTA, 2008). De acordo com o presidente do GTCM, Glauco Souza Lobo:

O Estado, por muitos anos, foi apresentado como um local de descendentes de europeus, com uma pequena parcela de orientais e outra, menor ainda, de indígenas; a invisibilidade negra era sentida e vivida. Depois do Censo de 1988, com o recorte étnico-racial na metodologia do IBGE, descobriu-se que o Paraná é o estado mais negro da região Sul do País (GOMES Jr., SILVA e COSTA, 2008, p. 15).

Durante os anos de 2005 a 2008 esse Grupo de Trabalho (GTCM), composto por equipes interdisciplinares especializadas, realizou mapeamentos, visitas às comunidades, com potencial de identificação e reconhecimento, buscando compreender os históricos de ocupação territorial, formação étnico-racial, religiosidade e usos dos recursos naturais, produzindo dois Relatórios de Trabalho (2005-08; 2005-2010), que juntamente ao ITCG, nos oferecem hoje importantes bibliografias de consulta sobre tais grupos étnicos no Estado do Paraná.

Atualmente estão certificadas pela FCP 36 CRQ's no Paraná, 12 delas concentrando-se no Vale do Ribeira, das quais, 08 no município de Adrianópolis (Figura 3 e 4). Além destas, também foram identificadas 20 CNT's (não-certificadas) das quais duas concentram-se também no município de Adrianópolis. Além desses dados oficializados, estima-se que existam pelo menos 100 comunidades desse segmento social no Estado (GTCM, 2010).

Para Arruti (2006), a etnogênese, o ressurgimento, visibilização, ou a “viagem de volta” dessas Comunidades contempla dois processos principais: um primeiro no qual ocorre o *reconhecimento* do grupo na esfera pública, o qual concebe que os conflitos tomem uma dimensão pública e reverberem em direitos mais amplos, processo este denominado por João Pacheco de Oliveira de *objetivação político-administrativa*. E o segundo, relacionado:

[...] à *auto-identificação* do grupo de acordo com o novo enquadramento categorial, o que implica o grupo passar a reconhecer que o desrespeito a que está submetido é parte constituinte (eventualmente constituinte) de sua identidade coletiva e fonte de uma identificação tanto moral quanto de mobilização política válida (ARRUTI, 2006. P. 44).

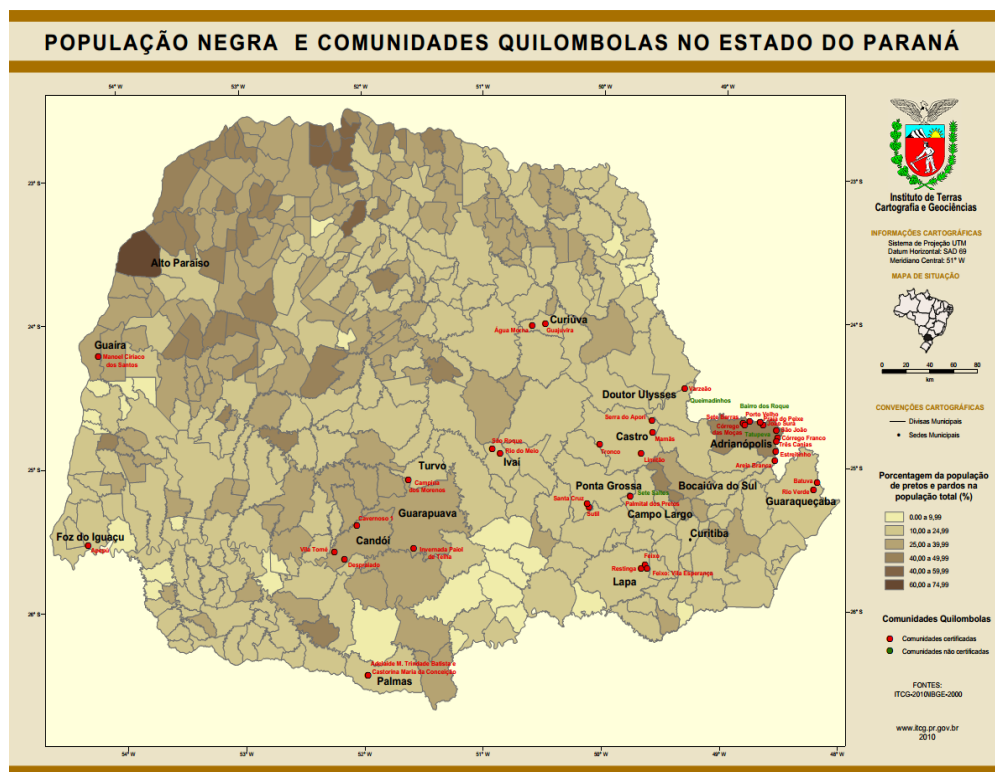


Figura 3 - Mapa de localização das CRQ's do Estado do Paraná

Fonte: ITCG (2010)



Figura 4 - Mapa das Comunidades Quilombolas no Município de Adrianópolis.
Fonte: ITCG, 2009.

A partir do momento em que aqueles antigos bairros rurais compostos pelos camponeses negros, foram auto-identificados e reconhecidos como CRQ's, a partir do ano de 2005, um conjunto de políticas públicas, projetos e programas governamentais, contidos no âmbito do Programa Brasil Quilombola, foram implementadas nessas localidades.

Das ações governamentais realizadas no município de Adrianópolis, de acordo com Relatório de Trabalho do Grupo Clovis Moura (2010), destaca-se a instalação de luz elétrica, construção de três telecentros no João Surá, Porto Velho e na Vila da Colônia, a construção de uma cozinha comunitária da Vila Motta, pela Eletrosul e Companhia Estadual de Energia Elétrica – COPEL; a instalação de caixas de água e fornecimento de água potável pela Companhia de Saneamento e Esgoto do Estado do Paraná - SANEPAR, nas Comunidades Sete Barras e Córrego das Moças; construção de 90 casas de alvenaria pela Companhia de habitação do Estado do Paraná - COHAPAR, nas comunidades João Surá, Praia do Peixe, Porto Velho, Córrego das Moças, Sete Barras, Bairro dos Roque; instituição do ensino médio da Escola Fundamental do João Surá, atividades formativas, relacionadas à construção e positividade étnico-racial desses grupos promovidas pela Secretaria da Educação do Paraná - SEED; e a destinação de recursos públicos específicos por município para contratação de agentes

comunitários para atendimento à saúde das populações quilombolas, através da Secretaria de Saúde – SESA.

Também de acordo com esse estudo (GTCM, 2010), No âmbito do reconhecimento jurídico, antropológico e mapeamento geográfico, o ITCG, em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente - SEMA, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Universidades Estaduais e INCRA, realizou a construção de mapas e cartografias sociais das Comunidades Tradicionais e Remanescentes de Quilombos do Paraná, de Relatórios, Laudos Antropológicos, livros e materiais sobre esses grupos étnicos no Estado, três encontros Terra e Cidadania dos anos 2005 a 2008, promovidos pelo ITCG, abordando a temática da regularização fundiária nesses territórios, entre outros temas.

Além dessas agências governamentais, passaram a atuar na região diversas Organizações Não-governamentais (ONG'S), desenvolvendo projetos de Extensão Universitária com ações de sensibilização e conversão à produção agroecológica (Instituto Agroecológico), organização social e política (Comissão Pastoral da Terra), além de agências prestadoras de serviço de ATER (COOPERIGUAÇU e EMATER).

A década de 2000 representa, portanto, no município de Adrianópolis, a assunção do Estado, nas esferas federal e estadual (e municipal – na agricultura) como mediador sócio-político central na relação com as CRQ's do Vale do Ribeira, seja diretamente por meio de agências públicas estatais, ou via ONG'S. Fatores potencialmente desencadeadores de novas mudanças sociais e culturais das unidades familiares e bairros, agora passando a ser denominados por CRQ's (Areia Branca, Estreitinho, Três Canais, Córrego dos Franco, São João, João Surá, Praia do Peixe, Porto Velho, Córrego das Moças e Sete Barras) ou como CNT's (Bairro dos Roque e Tatupeva).

Nestes processos, os remanescentes de quilombos começam a construir novas relações sociais de mediação, novos motivos e formas de sair, de compreender e de se compreender em seu território, de participar, de conhecer, refletir, descobrir e se descobrir etnicamente, acionando e atualizando memórias, em contato com organizações e discussões étnico-raciais, re-delimitando as fronteiras de si, como grupos étnicos, em relação com a sociedade envolvente. Eventos significativos que ganham vida nas dinâmicas sociais desses grupos, produzindo mudanças, adaptações em suas culturas, práticas e visões de mundo. Movimentos de visibilizar-se e de se fazer visibilizar, de se organizar, de grupalizar e de se institucionalizar:

[...] a partir do que veio o grupo Clovis Moura para cá, ai conversando, esclarecendo a gente ficou, somos quilombolas então, ai assumimos essa identidade, mas na

verdade todo o histórico nosso por questão da tradição, família, que vivia todo tempo isolado a gente não sabia. Bom, a partir do que foi reconhecido, aí que a gente começou a entender um pouco desse processo, porque a gente estava isolado, porque a gente tinha uma vida própria aqui, mas ao mesmo tempo, a gente não participava da questão política, das políticas públicas, depois ficou bem mais esclarecido para nós, depois de 2005 para cá que a gente teve acesso à informação, participando de eventos, acompanhando mais as políticas públicas, o Governo do Estado e o Governo Federal, essas políticas públicas todas, então a partir dali para cá que a gente foi tomando mais conhecimento (Entrevistado mediador quilombola A.C.).

São mediações sociais que resignificam, adaptam e constituem novas representações, visões de mundo e *ethos* entre os sujeitos envolvidos, viabilizados pela construção social de novas formas de mediação e de mediadores sociais, promovendo a emergência e constituição de pelo menos duas novas categorias de interlocutores: por um lado, os mediadores sócio-políticos quilombolas, e por outro, mediadores técnicos e sócio-políticos representantes do poder público estatal ou de ONG's.

Entendida como atividade social e cultural dialética, a mediação social e a ação social desses mediadores, centralmente técnicos e sócio-políticos, não se limita à simples conexão entre fragmentos de realidades e execução normativa de formalismos político-administrativos, pois como sujeitos produtores da realidade social:

Eles articulam fragmentos de significados produzidos em contextos diversos e diferenciados, escutam demandas, apoiam-nas, legitimam-nas ou as condenam. Operam na construção dos novos tipos de usuários ou beneficiários, alçados à condição de mediados. Por uma ação de bricolagem, pela acumulação de pequenos detalhes, eles administram acasos e elaboram respostas legítimas à ineficácia institucional e à falta de recursos. Fazem-se, nesse caso, e por vezes reificadamente, representar o Estado mediante atos e situações e um conjunto de atividades que articulam [...]. Através da comunicação com esses mediadores, o beneficiário institucional também pode sistematizar ações e significados dispersos, construir expectativas e resistências, socializar modos de ação orientados por quadros de pensamento, nesta arena instituídos; enfim, tentar agir sobre as instituições que lhe integram (NEVES, 2008, p. 30).

Entendidos como indivíduos que passaram a assumir papéis de representação e de comunicação entre os interesses dos remanescentes de quilombos e agências externas, “enquanto princípio, os mediadores sob a condição de representantes delegados, integram os representados no domínio de outras categorias de linguagem, assegurando a possibilidade de falar de si, do outro e do mundo” (NEVES, 2008, p. 34). Estas mediações são materializadas, no caso em questão, através da formalização das Associações Comunitárias de cada uma das CRQ's.

Dessa forma, os processos de formação sociocultural e etnicidade e dos grupos quilombolas do Vale envolvem a visibilização social e política de grupos étnicos historicamente escravizados, transformados em um tipo específico de campesinato.

Tais grupos sociais vieram sendo mantidos durante séculos à margem do acesso a políticas públicas, processos que recentemente estão sendo friccionados pela crescente visibilização social, política e cultural desses grupos, pelo seu reconhecimento social e legal, e por sua inserção formal em programas e política públicas.

Esses quadros potencialmente desenvolvem condições para a promoção de situações capazes de gerar processos de mudanças na cultura e nas mediações sociais historicamente estabelecidas por esses grupos étnicos com a sociedade envolvente, bem como em suas relações de dependência e autonomia.

3.4 – Emergência e desenvolvimento do PAA em Adrianópolis

Todo esse processo de inserção do Estado como mediador e executor central de programas e projetos no conjunto dessas comunidades, aconteceu concomitante à construção legal de Associações Comunitárias dos Remanescentes de Quilombos, em cada uma das comunidades reconhecidas, instâncias constituídas como órgãos de mediação legítima entre os interesses dos quilombolas e o Estado.

Como esses processos aconteciam ao mesmo tempo em cada uma das comunidades, esses grupos locais sentiram a necessidade de se articular, propiciando a emergência de uma rede social autônoma, articuladora das comunidades quilombolas do Vale, composta por mediadores quilombolas de cada uma das comunidades reconhecidas. Esse movimento originou a Coordenação das Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira Paraná - COAQUIVALE, cujas funções principais eram manter os quilombolas articulados, refletir, propor e avaliar os Programas, projetos em curso, construir demandas e mediações com a sociedade envolvente.

A estrutura organizacional, bem como a demanda político-econômica do PAA em Adrianópolis, se origina, por um lado, desse processo organizativo-político autônomo dos quilombolas e, por outro, de sua vinculação à organizações e mediadores técnicos e sócio-políticos locais e regionais, ligados à Cresol e à mediadores técnicos da Secretaria de

Agricultura de Adrianópolis, contando com o apoio e motivação da Companhia Nacional de Abastecimento – Paraná.

Na visão dos quilombolas, havia a demanda por alguma alternativa que contribuísse com a melhoria das condições de sua permanência no território, como camponeses. Na visão da Cresol, havia a necessidade de atingir agricultores que não podiam acessar crédito, e também encontrar alternativas viáveis àqueles que estavam endividados, pois haviam adquirido recursos provenientes de projetos de PRONAF e não estavam conseguindo quitar suas dívidas, gerando diversos problemas financeiros à Cresol neste município. Na visão dos mediadores técnicos, havia muitos projetos sendo realizados no local, porém a agricultura estava “ficando de fora”.

Como até o ano de 2009, ano em que a COAQUIVALE se manteve atuante, não havia cooperativas e associações de agricultores familiares formalizadas e atuantes em Adrianópolis, nesse período 20 agricultores familiares (quilombolas e não-quilombolas) de Adrianópolis começaram a participar do PAA por meio de um projeto executado pela Cooperativa da Agricultura e Pesca Familiar - COOPAFI – do município de Cerro Azul. Nesse projeto os agricultores de Adrianópolis tiveram muitas dificuldades com transporte dos alimentos e reclamam com a demora dos pagamentos nesse projeto.

No ano seguinte, como alternativa, mediadores técnicos da prefeitura municipal juntamente mediadores quilombolas da COAQUIVALE, decidiram utilizar uma das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos desse município para acessar o PAA. Para tanto, buscaram uma das associações que estivesse sem pendências judiciais para concorrer ao edital.

A Associação escolhida foi a da Comunidade Sete Barras. Seus representantes e moradores recompuseram a diretoria da Associação, contemplando dois membros da Comunidade Sete Barras e dois membros da Comunidade Córrego das Moças, pois segundo eles, naquele contexto não haviam pessoas suficientes somente no Sete Barras para assumir a Associação. Por se tratarem de bairros próximos, os quais faziam reuniões conjuntamente durante o processo de reconhecimento, mantendo relações políticas, sociais, de parentesco e vizinhanças, optaram por compor essa diretoria mista.

De acordo com informações coletadas de documentos internos da gestão dos Projetos de PAA, obtidos em campo com informantes da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras, no ano de 2010 o projeto foi aprovado na Modalidade Compra Direta com Doação Simultânea (vigente 2010/2011), em nome da entidade jurídica da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras, contemplando 58 agricultores familiares,

quilombolas e não quilombolas, somando um montante total de R\$ 212.899,92. No cadastramento dos fornecedores, se autodenominaram como quilombolas 40 fornecedores e 18 como agricultores familiares.

Desde o início da construção desse projeto, o discurso proferido pelos mediadores técnicos da prefeitura e acolhido pelos quilombolas e camponeses não-quilombolas do município, foi de que esse projeto deveria ser includente. Tomada como uma das “normas internas” do PAA de Adrianópolis, esta representação se faz presente ainda hoje nas narrativas dos mediadores técnicos e sócio-político locais, sendo assimilada também pelas narrativas dos mediadores quilombolas e camponeses não quilombolas que participam do Programa:

Entrevistado mediador técnico G.: aqui a gente tem assim, o X que nos abriu as portas, o que a gente está fazendo aqui é uma continuidade do que ele deixou, e para que isso crescesse, que isso era a intenção dele, a intenção era ser inclusivo, trazer mais pessoas das cidades que se enquadrem nesse grupo e estar trazendo eles para cá.

Tanto étnica quanto socialmente, nesse sentido, o projeto, embora legalmente representado pela Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras, contemplou tanto quilombolas quanto não quilombolas, buscando-se priorizar aqueles agricultores em condições mais precárias e com dificuldades financeiras, fossem eles quilombolas ou não. Os mediadores quilombolas, nesse contexto, não viram problemas em inserir-se sob a formalização da Associação Sete Barras, agricultores não-quilombolas no Projeto, assimilando a narrativa “includente” proferida pelos mediadores técnicos. A intenção geral era buscar-se alternativas de comercialização para os agricultores familiares do município, centralmente para aqueles em situação precária e endividados:

Entrevistado mediador quilombola. A.C.: [...] houve um avanço, a partir do momento que as pessoas começaram a entender que eram sujeitos de direitos e que estava na constituição essa aproximação das políticas públicas, e esses encontros um pouco mais de participar dos eventos e, porque há esse trabalho pedagógico que tem que incentivar, mostrar os caminhos e tal, e isso percebemos assim com muita dificuldade porque até o momento nós estávamos isolados, não sabíamos de tudo isso. Nós não participava, fomos percebendo assim a questão dessa política que é sobre o PAA, que nós estamos conversando. Para ajudar fortalecer um pouco mais a questão financeira das famílias que não, que as famílias todas carentes, precisando passando alguma necessidade, e aí vimos essa oportunidade de participar desse programa, e toda da burocracia, da documentação tal, que precisava de resolver, e a gente conseguiu acessar.

[...]

Entrevistado mediador quilombola A. C.: O que acontecia, as vezes o indivíduo tinha produção mas não tinha comercialização, ele não conseguia vender o produto dele para pagar as dívidas que era o PRONAF, ele tinha produção mas não estava conseguindo vender o produto, aí que surgiu o PAA [...].

De acordo com dados obtidos nesses mesmos documentos da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras, no final de 2011, foi aprovado um segundo Projeto de PAA no município, na mesma modalidade (vigência 2011/12), utilizando-se da mesma entidade jurídica, praticamente duplicando a quantidade de fornecedores e o montante total do projeto. Foram cadastrados nesse Projeto 126 agricultores, totalizando um montante de R\$563.869,04.

Durante esses dois Projetos (2010 a 2012), a coordenação, articulação e demandas burocráticas, como prestações de contas, regulamentação de documentações, cadastros, etc., foram executadas por mediadores técnicos da prefeitura de Adrianópolis. Nesse período ONG's e agências públicas estatais estaduais e federais, deixaram de atuar com a mesma intensidade na localidade.

No primeiro ano de execução do PAA (2010), foi conseguido um caminhão para fazer as coletas e entregas dos alimentos, pelo Conselho de Desenvolvimento Territorial do Vale do Ribeira, ficando sob o controle da prefeitura de Adrianópolis, que se responsabilizou por manter o meio de transporte em circulação, com motorista e manutenção, realizando as entregas dos alimentos no município e algumas trocas entre os municípios do Vale – Circuito do Vale -, entregando também os alimentos do PAA no Banco de Alimentos de Curitiba e Associação de Agricultura Orgânica do Paraná - AOPA.

Foram construídas três rotas de coletas e entrega de alimentos, as quais ainda permanecem sendo executadas na atualidade. Na primeira delas, a rota das hortaliças, todas as segundas-feiras são realizadas entregas de alimentos nas escolas e Associações de Pais e Mestres do município de Adrianópolis. Bem cedo ou domingo à tarde, o caminhão passa nas comunidades, agregadas por bloco de proximidade, para realizar as coletas de hortaliças, uma semana no Tatupeva e Porto Velho, e outra semana no Sete Barras e Córrego das Moças, depois disso, segue para a sede do município e faz as entregas.

Há uma vasta lista de alimentos que durante o ano podem ser entregues, porém, os principais enviados às escolas e Associações de Pais e Amigos dos excepcionais - APAE's, semanalmente, são hortaliças, abóboras, mandioca, palmito e frutas de época, como limão, laranjas, acerola, jabuticaba e banana. Tentou-se fazer com que os agricultores entregassem feijão, atentando para a importância desse alimento nas escolas, mas os mesmos não entregaram por não terem produção suficiente para que as entregas não prejudicassem a sua subsistência, ou por considerarem o preço muito baixo e, segundo eles, não compensar.

Além dessa rota, organizou-se outra da banana, donde são entregues cerca de 180-200 caixas de banana semanalmente no Banco da Alimentos do CEASA de Curitiba, e mais recentemente, também na AOPA, com sede no Município de Colombo – região Metropolitana de Curitiba. Este segundo local de entrega era específico para o envio da produção de banana de grupos de agricultores do PAA Adrianópolis que estão em processo de Certificação Orgânica pela Rede de Certificação Agroecológica Participativa - ECOVIDA. Nessa rota, cada comunidade ou bloco de comunidades entrega uma vez por mês. A título de exemplo, na primeira semana o João Surá pode entregar, na segunda o bloco Tatupeva e Porto Velho, na terceira o bloco Córrego das Moças e Sete Barras, e na quarta o bloco Barra Linda, Laranjal e Descampado, sendo que somente esse último bloco não possui nenhuma comunidade quilombola ou negra tradicional, constituindo-se como economias camponesas, conforme a definição de Chayanov (1974).

A última rota é composta pela coleta de alimentos diversificados, banana, abóboras, mandioca, hortaliças, realizada nas Comunidades São João e Córrego dos Francos. Por se tratar de áreas distantes da sede do município de Adrianópolis, e de difícil acesso pelas estradas internas desse município, marginais ao Rio Ribeira, vias nas quais ter-se-ia que atravessar balsas, não compatíveis com o peso de um caminhão carregado. O melhor acesso a esses grupos se deu pela BR 116, rodovia que liga os estados de PR e SP. O caminhão sai carregado da sede de Adrianópolis (com os produtos da rota da banana), descarrega em Curitiba, entra na BR 116, segue até o município de Barra do Turvo, já em São Paulo, chegando até essas comunidades. Já nessas localidades, os alimentos são carregados, o caminhão passa a noite no local e no dia seguinte, descarrega no Banco de Alimentos do CEASA em Curitiba. Para que esses quilombolas possam entregar esses alimentos no caminhão, transportam seus produtos em cestos de taquara sobre mulas, desde suas casas por cerca de 3,5 km até chegar ao local onde o caminhão consegue ter acesso. Essa rota é realizada uma vez por mês.

Para contribuir na comunicação, montagem e articulação das cargas, foi contratado pela Associação do Sete Barras, um remanescente de quilombos de uma das comunidades. Para ele realizar seu trabalho, foi comprada uma moto com recursos da Associação, para avisar as pessoas das entregas e reuniões.

Nesse período, como a gestão do Projeto foi centralizada pela Secretaria de Agricultura do Município, a execução operativa bem como todas as decisões estratégicas eram tomadas de modo centralizado e vertical por mediadores técnicos da prefeitura, sendo apenas ratificadas com os representantes da Associação Sete Barras e das demais comunidades:

Entrevistado mediador técnico. CEO: [...] nós com o X fazíamos as leis, e pergunte para eles [se] fizeram as coisas do PAA, você vai ter algumas coisas que são leis né, leis internas do PAA [...]

P: leis internas do PAA?

Entrevistado mediador técnico. CEO: sim, veja algumas coisas. Foram eles que decidiram que tinha que ter uma reunião mensal na comunidade? Pergunte outra coisa: foram eles que decidiram que tinha que ter uma ata? Como diz a CA, dos quilombolas do Porto Velho, está na ata tal assunto, foi decidido lá... Significa, agora já está colocado na cultura deles. Então qualquer reunião entre três ou quatro pessoas tem que fazer uma ata porque já é decisão formal, mas isso não era assim.

[...]

Entrevistado mediador técnico. CEO: [...] E o que acontecia, o que nós pensava, nós ia implementando, daí nós só ratificava com eles, entendeu? Não tinha um processo assim autônomo deles, deles agora acharem que o agora o nosso problema é jovens, agora nosso problema é a climatizadora. Não, era nós mesmo.

Constituindo, dessa forma, uma corpo administrativo de especialistas, tecnoburocratas, tais como compreendidos por Bourdieu (2010), responsáveis pela gestão do Projeto, composto por mediadores técnicos sócio-políticos restritos ao âmbito da Secretaria de Agricultura do Município, sob a tutela dos quais, tanto mediadores quilombolas quanto agricultores restritos à tarefa de fornecedores, estiveram mantidos sob controle e gerenciamento. A gestão do Projeto, nesse período, portanto, mostrou-se fortemente verticalizada, centralizada e coercitiva, baseada no controle dos saberes e ações burocráticas de execução e coordenação do Projeto. Prevalecem, nestes processos, sobre formas de dominação tradicionais a carismáticas, formas de dominação legais, exercidas por esses mediadores técnicos e sócio-políticos circunscritos ao âmbito da Secretaria da Agricultura do Município.

No ano final do ano de 2012 (vigência 2012/2013), foi aprovado pela CONAB um terceiro projeto de continuidade do PAA da Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras na modalidade CDAF-Doação Simultânea, contando com 124 fornecedores cadastrados, sendo 64 deles denominados como agricultores familiares e 59 como quilombolas, totalizando um volume de 180.000 Kg de alimentos comercializados.

Naquele ano, o processo organizativo do PAA sofreu alterações, gerando mudanças nessa configuração organizacional, em decorrência de eventos e rearranjos políticos eleitorais locais. Tais eventos demonstram que, longe da dominação legal conseguir caminhar, vinculando interesses de diferentes campos políticos locais em disputa no município.

Esses acontecimentos demonstram que ao invés da dominação legal caminhar a passos largos e solitários na gestão público-estatal brasileira, independentemente tanto de interesses e disputas políticas locais e regionais quanto de oportunismos pessoais e políticos, tem tropeçado cotidianamente no clientelismo e no patrimonialismo político, viciação pendular cujas

consequências podem vir a ser das mais amargas possíveis, tal como já nos alertara José de Souza Martins (1999) e Jorge Romano (2009).

No momento desses conflitos e de transição que representou o ano de 2012, em que os técnicos da prefeitura estavam por sair da coordenação do Projeto, os remanescentes de quilombos e agricultores familiares participantes do PAA assumiram o controle burocrático e político do processo, mantendo e fortalecendo a organização do conselho gestor do Programa, o qual, como resíduo social capitulado da organização da COAQUIVALE, se mantivera funcionando nesse período anterior, precariamente é verdade, como instância de legitimação da dominação legal dos mediadores técnicos, construído a partir da delegação de um ou dois representantes de cada uma das comunidades quilombolas.

A partir de meados de 2012, esse conselho gestor começou a se reunir mensalmente, e em meados do ano de 2013, bimensalmente, constituindo-se como instância deliberativa máxima do processo do PAA em Adrianópolis, atualizando normas internas de funcionamento do PAA e adaptando as condições organizacionais locais às exigências e enquadramentos legais da CONAB. Além disso, essa instância organizativa elegeu um novo coordenador, um agricultor de uma das comunidades locais, contratou duas novas pessoas, residentes nas proximidades da cidade de Adrianópolis, para fazerem a operação de prestação de contas, e mais um nova pessoa para atuar nas cargas, todos eles moradores da cidade de Adrianópolis ou de comunidades não-quilombolas participantes do PAA.

Essas reuniões, aos poucos, têm capacitado social e politicamente os mediadores quilombolas e não-quilombolas conselheiros, os quais, aprendendo a reunir-se, a tomarem decisões, a resolverem problemas, a construírem conhecimentos, de modo direto e mais constante, acerca das atualizações regulatórias e normativas do Programa, provinda da CONAB. Por meio desse processo de socialização e mediação social, aos poucos eles vêm adquirindo a visão do todo, aprendendo novas habilidades, expressando a fala, manifestando-se, construindo diálogos, trocas de experiências, consensos e dissensos, se habituando ao construir junto, de modo coletivo, passando a ter mais contato com o tema das políticas públicas, com organizações de agricultores familiares e instancias do poder público ligadas à produção e comercialização agrícola.

Associando-se às lógicas das reuniões do conselho gestor, foram instituídas reuniões mensais em cada uma das comunidades, para discutir os encaminhamentos tomados, e a serem tomados, pelo conselho gestor do PAA, constituindo-se também, como espaços onde os pagamentos do PAA começaram a ser realizados.

Durante a construção dessa nova configuração técnico-político-organizacional, a EMATER foi reativada, passando a participar de reuniões em comunidades e das reuniões do Conselho do PAA. Nesse período, a atuação da secretaria de Agricultura entra em decadência; a Associação passa a significar esse processo organizacional complexo envolvendo o conjunto das comunidades participantes do PAA, tanto quilombolas quanto não-quilombolas, funcionando por si mesma. Porém, ainda dependente do caminhão e do motorista da prefeitura, além de manter dependência da estrutura física da EMATER, sede administrativa do processo de operacionalização do PAA.

Nesse ano de 2013, no período da pesquisa a campo, estava em fase de elaboração o quarto projeto de PAA pela Associação Sete Barras (vigência 2013/2014), contemplado um total de 124 agricultores fornecedores, e um montante total de R\$ 806.000,00. Esse projeto foi aprovado pela CONAB, após as prestações de contas da Associação terem passado por intenso processo de fiscalização pela CONAB, já no último trimestre de 2013, e de não ter sido encontrada nenhuma irregularidade legal em suas prestações de contas. Desde o início de sua execução, em 2010, porém, até a finalização da pesquisa este novo projeto não se encontrava em fase de execução, tal qual todos os demais Projetos de PAA do Estado do Paraná.

4 INTEGRAÇÃO DA COMUNIDADE CÓRREGO DAS MOÇAS AO PAA

De acordo com o que discorri, centralmente no capítulo anterior, para que possa seguir adiante, descrevendo e analisando como os quilombolas da CRQ's Córrego das Moças tem negociado sua relação com a racionalidade burocrática do PAA, resgato momentaneamente elementos descritos no capítulo anterior, para explicitar, ao mesmo tempo em que para salientar, que a dita racionalidade quilombola, constitui a partir de e traz consigo, de modo atualizado, dinâmico, aberto e em movimento, historicamente situado, a marca e a trajetória da exploração, da escravidão e da violência física e simbólica cometida contra os negros, índios, e caboclos no Vale, frente a relações de produção e políticas clientelistas, patrimonialistas e de patrono-cliente.

Ao mesmo tempo em que traz consigo também as marcas, memórias e trajetória da negociação e busca incansável pela sua liberdade e autonomia relativa, em relação a si mesmos, transcendendo padrões culturais subordinados, e com o meio, em relação de mediações sociais, desenvolvendo uma busca incansável por autonomia relativa, frente a relações de exploração e subordinação, tal como formulada por Ploeg(2008).

Organizando-se por meio da construção social de valores regras, costumes e práticas, visões de mundo e *ethos*, baseados em relações pessoais, de parentesco, amizade, vizinhança e reciprocidade e mágico-religiosos, desenvolvem historicamente relações de solidariedade coletivas, mecanismos de coesão grupal, tecem estratégias cotidianas e coletivas de resistência à relações de opressão.

Além disso, é um campesinato que se constitui em meio e em estreita relação, análogo a um comensalismo, tal como proposto por Candido (2010), com a mata, com os rios, com a fauna e flora do bioma Mata Atlântica, desenvolvendo-se a partir de sistemas de produção tradicionais, baseados na coivara, migrantes entre si e o meio, autossustentáveis em si mesmos, tal como proposto por Fidelis (2011).

As políticas, programas políticos, nesses contextos, historicamente assumem, por um lado, a invisibilização e a negligência desses grupos sociais e étnicos, sendo capitaneadas para contextos de maiores capitais sociais e econômicos do estado do Paraná, e por outros, como recentemente explicitados, através dos processos de reconhecimento das CRQ's do Vale do Ribeira Paraná, a projeção para dentro e para fora, de uma trajetória, memória e vivência, que se explicita, para si e para o meio (etnogênese), externalizando quem são, o que querem e o que

desejam, negociando a construção de novas identidades, políticas, como meios e estratégias de qualificação de suas condições camponesas.

Nesse sentido, esses grupos étnicos, se apropriam da identidade quilombola, bem como das políticas e programas políticos à sua disposição, recriando, construindo uma identidade específica com a qual se consideram quilombolas, como meios e estratégias de reprodução social de sua condição camponesa negra.

Dessa forma, o presente capítulo, último deste estudo, visa descrever, compreender e analisar como tal racionalidade, circunscrita no âmbito da CRQ's Córrego das Moças, tem se relacionado com a racionalidade do PAA. Esse capítulo tem como objetivo descrever e analisar as relações sociais entre a CRQ Córrego das Moças e o PAA. Nos itens seguintes, ao descrever as relações familiares, do grupo e de mediação, analisarei as interferências, modificações e adaptações geradas a partir dessa integração, centrando-me na descrição e análise das seguintes categorias: sistemas de produção, condição camponesa, mercados, organização social, mediações sociais, etnogênese, dependência e autonomia.

4.1 – Caracterização do grupo

O Córrego das Moças está localizado entre as demais CRQ's do município de Adrianópolis, distando-se 37 Km da sede do mesmo, e a 12 Km do povoamento mais próximo – Colônia, cujos acessos ocorrem por estrada de chão e onde os habitantes dessa comunidade tem acesso a posto de saúde, educação em nível básico, fundamental e médio, além de comércio e entretenimento.

Constituída em meio a um vale, margeando córregos de acesso ao Rio São Sebastião e ao Rio Ribeira, a localidade é composta por um agrupamento social de cerca de 20 famílias e 68 habitantes. Registra-se que o bairro foi formado há mais de duzentos anos (GT Clovis Moura, 2010). Atualmente (figura 5) faz fronteira com a CRQ's Sete Barras, com áreas de reservas da Companhia Brasileira de Alumínio – CBA, separados pelo Rio São Sebastião, e com os terrenos dos fazendeiros de gado Durvalino e Albertinho, sendo também atravessada pelas terras deste segundo.



Figura 5 – Mapa de localização da CRQ's Córrego das Moças.

Fonte: da autora (2013)

Legenda: traços em laranja – estradas principais; em amarelo - caminhos e estradas secundárias; em azul escuro – Rio São Sebastião; em azul claro – rios e córregos afluentes do São Sebastião; em vermelho – casas; com pontilhados – áreas de roças; e circunferências verdes com fundo rosa – hortas.

Dessas 20 famílias, no Projeto de PAA executado em 2011/12, havia 18 agricultores cadastrados, dos quais cinco eram mulheres e 17 homens (Associação dos Remanescentes de Quilombos do Bairro Sete Barras, S. l.). Para o projeto de 2012/2013 o número de mulheres cadastradas ampliou. No novo projeto, 2013/2014, aprovado, mas ainda por ser executado, este número manteve-se praticamente constante em relação ao Projeto anterior. Observa-se, que, ao longo dos anos, a participação das mulheres tem sido significativamente incrementada nesse Programa. Embora no projeto de 2011/12 se observe uma predominância de cadastros

masculinos, na prática, em grande medida, foram e vem sendo as mulheres que tem plantado e vendido para o PAA.

Ao adentrar no universo de caracterização e compreensão das famílias e grupos familiares que compõe os moradores do Córrego das Moças, utilizarei o conceito de famílias nucleares e extensas, desenvolvido por Eric Wolf (1976, p. 88), entendidas como “[...] *nuclear* ou conjugal, que consiste em homem e mulher casados e sua prole, e *famílias extensas*, que agrupam em uma única estrutura certo número de famílias nucleares”. E o conceito de blocos familiares, desenvolvido por Antônio Candido, como sendo “[...] a vizinhança imediata de membros da mesma família, formando dentro do grupo, um subgrupo coeso e mais disposto à solidariedade vicinal [...] os quais, nesse caso estudado, atuam ao mesmo tempo como “[...] um prolongamento da família nuclear, mergulhando ambos no sistema inclusivo do bairro [...]” (CANDIDO, 2010, p. 236-237)

A família nuclear do Sr. José e Dona Diva²⁰, sua esposa, bem como seus descendentes em parte ainda residentes na localidade, como camponeses, constituem a mais antiga família radicada na localidade. De acordo com informações coletadas do Relatório do Grupo Clovis Moura (2010) e do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná, (2008) o Sr. José nasceu em 1928, filho de Theodora, a qual nasceu na região em 1909, e neto de Olívia que nasceu aproximadamente em 1860. Ele conta que seu bizavô, que era descendente de índio, bugre - índio misturado -, foi pego a laço e escravizado para trabalhar para um dono de terreno da localidade (Anexo F).

A segunda família mais antiga da localidade, é composta pelos descendentes de Dona Lúcia e do Sr. João²¹. Ela foi nascida e criada nas proximidades da comunidade, à beira do Rio Ribeira, próximo à Localidade da Colônia. Ao casar-se com João, morador nativo da região, que trabalhava para o Sr. José, compraram um lote do INCRA em meados dos anos 1960²², e

²⁰ O nome do Sr. José e de Dona Diva são fictícios, na medida em que negocieei com todos os entrevistados a preservação de suas identidades verídicas.

²¹ Essas identificações – nomes – também são fictícios, na medida em que negocieei com todos os entrevistados preservação de suas identidades pessoais.

²² Nos anos de 1960, seguindo a política nacional do Colonização do Brasil, o INCRA atuou na região do Município de Adrianópolis loteando vastas áreas, historicamente não-ocupadas ou ocupadas por nativos, formalizando alguns lotes ocupados por posseiros, e vendendo outros lotes de 10 alqueires a moradores locais e migrantes que quisessem adquiri-los, cobrando, segundo eles, preços acessíveis. Muitos posseiros e sem-terras locais e regionais conseguiram ter acesso à terra com esse processo do INCRA, boa parte dos antigos lotes do Córrego das Moças, de Dona Lúcia e Sr. João e mesmo do Sr. José, foram respectivamente comprados e legalizados com esse processo público-estatal. Dona Lúcia conta que quando vieram morar no Córrego das Moças, tinham somente quatro vizinhos, depois que os outros moradores foram chegando: “[...] tinha um tal de Alfredo aqui, o Isidoro lá encima, o tal de Martinho Crioulo, no outro lado do Córrego para lá, e o tal de Luís Tabaquá ali embaixo [...]”. Tempo depois, muitos desses moradores, acabaram perdendo esses lotes, ou parte deles, com endividamentos em bancos, não cobertos por prejuízos em safras, “contratempos”, desgastes naturais dos solos,

vieram morar no Córrego das Moças. Eles tiveram 10 filhos, dos quais, quatro ainda residem na localidade, formando famílias nucleares, e uma família extensa, composta por uma viúva, seu filho e nora. Dona Lúcia e a parentela que compõe seus filhos, genros, noras, netos e netas formam o maior bloco familiar do grupo.

Os demais moradores são compostos por famílias nucleares agregadas em pequenos blocos familiares, compostos predominantemente por famílias nucleares. Os cônjuges de alguns desses casais são provindos de blocos familiares de localidades vizinhas e próximas, cuja origem, descendência e parentela se situa, em parte, na comunidade Sete Barras, em parte provenientes do núcleo Córrego dos Malaquias, e mais alguns, provenientes de famílias e blocos familiares vindos do sertão²³ morro acima.

As casas dos moradores do Córrego das Moças (Figura 6), construídas próximas umas das outras, margeando as estradas de acesso à comunidade, são predominantemente de alvenaria, a metade delas construídas pela COHAPAR nos últimos anos, tendo cinco cômodos (cozinha, sala, dois quartos, banheiro e área de serviço) e aproximadamente 42m², as demais casas possuem metragens semelhantes ou algo mais amplo. Praticamente em todas as casas há fogão a lenha de barro ou de tijolo. Na localidade há luz elétrica, água tratada e não há internet e nem telecentro. Em decorrência da inserção do grupo no PAA, foi construído um anexo na casa da atual presidente da Associação, para abrigar os moradores em dia de reunião do grupo. Nesta mesma residência foi construída um câmara fria para refrigeração da banana, possuindo cerca de 16 m².

doenças nas cultivares plantadas, falta de mercados, o que propiciou que fazendeiros locais comprassem vários lotes, ampliando exorbitantemente a concentração fundiária na localidade do Córrego das Moças, restando apenas pequenos lotes para moradia e plantio de roças, lotes estes que aos poucos foram e vem sendo parcelados entre os descentes, e comprados por outros moradores que vieram se instalar na localidade posteriormente.

²³ Sertão para eles significa localidade mais retirada, de difícil acesso e sem recursos públicos e sociais. Localidade de vida difícil, de mato fechado, morro. Mato preto e Morro Branco, são algumas dessas localidade afastadas mencionadas pelos remanescentes no campo.



Figura 6 – Foto de localização e caracterização da CRQ's Córrego das Moças.
Fonte: da autora (2013).

Na comunidade do Córrego das Moças há uma igreja evangélica²⁴ e uma capela católica. Mensalmente os moradores católicos - que são minoria - do Córrego das Moças, Córrego dos Malaquias e Sete Barras, se reúnem nas missas na capela. Aqueles indivíduos e famílias que são evangélicas se reúnem semanalmente em cultos na igreja localizada na sede da Comunidade Córrego das Moças.

Observei a campo que essas diversificadas cosmologias cumprem papel relevante na estruturação das visões de mundo e *ethos* dos quilombolas, construindo e institucionalizando valores sociais, construções morais, rituais, festividades e comportamentais dos quilombolas, de modo análogo ao modo como foram estudados e compreendidos por Candido (2010) e Queiroz (1973).

Com relação às faixas etárias do grupo, percebeu-se presença significativa de casais e viúvos aposentados; casais de meia idade produzindo e expandido suas plantações e também associando-se a alguns trabalhos externos; casais jovens, que começam a reproduzir a condição camponesa semelhante ao *ethos* dos seus pais, sendo apoiados por estes na maior parte das

²⁴ Congregação Cristã do Brasil.

vezes; e crianças e adolescentes de até 18 anos. Passados os 16-18 anos, fase em que se formam no ensino médio, boa parte dos jovens costuma casar-se e construir suas vidas na localidade, como camponeses, assalariando-se na medida do possível e necessário, ou saindo da localidade, migrando para centros próximos como Curitiba e Região Metropolitana.

Quanto à dieta alimentar e nutricional dos moradores, o consumo de carne nas famílias não é diário e nem generalizado, é considerado mistura, aquilo que agrega ao tradicional prato comum de todos os dias: o virado de feijão branco (carioquinha ou rosinha) com farinha de milho amarela, por vezes acompanhado de mais alguns ovos e/ou saladas, principalmente couve. Carne bovina é praticamente inexistente, aparecendo somente em dias de festa, quando a parentela trás e assa. As carnes mais comuns consumidas esporadicamente são de suíno e aves, especialmente galinhas caipiras, quando é possível dispor; quando não, são também esporadicamente substituídas por linguças compradas do supermercado.

4.2 – Condição camponesa, sistemas de produção e de comercialização

Nesse item me deterei à descrição e análise da relação entre a produção e reprodução dos sistemas de produção da agricultura camponesa Tradicional Quilombola, a técnica, divisões sociais do trabalho e relações de mercado, em processo de integração com padrões produtivos e normativos estabelecidos pelo PAA.

Estruturalmente, como sistema de Agricultura Camponesa Tradicional (FIDELIS, 2011), nas chamadas “roças”, os quilombolas do Córrego dos Moças plantam milho e feijão, em consórcio ou rotação de culturas com abóboras, mandioca, batata-doce, nas proximidades de suas casas mantém quintais com criação de galinhas soltas, hortas, temperos e ervas medicinais²⁵, além da produção de pomares, bananais, cana-de-açúcar (Figura 7). Em alguns casos, mantém áreas de pastagem com criação de gado como reserva de renda e venda.

²⁵ Mil em ramas, cominho, cebolinha verde, salsinha, arruda, guaco. Essas foram algumas variedades observadas em um dos canteiros de plantas medicinais e condimentares de uma das mães de uma das mulheres que entrega para o PAA. No geral, eles e elas não costumam plantar ervas medicinais separadas das hortas, plantam juntas, e também realizam predominantemente coletas extrativistas na mata, quando necessitam de algum “remédio” caseiro. A diversidade de plantas identificadas a campo foi vasta, porém, como não era objeto de estudo, não me ative ao seu registro em caderno de campo. Identifiquei, porque necessitei durante a pesquisa de campo, arnica silvestre, picão e erva de São João. Também observei tansagem, guanxuma e boa deusa.



Figura 7 – Foto de uma “roça” tradicional da CRQ’s Córrego das Moças.
Fonte: da autora (2013).

Há centralidade no trabalho familiar, cujos “[...] níveis de intensidade e o desenvolvimento continuado dependem criticamente da quantidade e qualidade do trabalho” (PLOEG, 2008, p. 61), priorizando-se a otimização de recursos internos da propriedade, desenvolvendo relações parcialmente dependentes e vinculadas a mercados.

Essas famílias orientam-se para a “[...] a produção e crescimento do máximo de valor agregado possível”, e não pela obtenção de uma taxa média de lucro, sendo que a “[...] base de recursos disponíveis é quase sempre *limitada* [...]”, “[...] por tendência, intensiva[...]” (PLOEG, 2008, p. 60-61).

Nessa condição camponesa “os recursos sociais e materiais disponíveis representam uma unidade orgânica e são possuídos e controlados por aqueles que são diretamente envolvidos no processo de trabalho” (idem p. 60), buscando-se manter um equilíbrio interno, não dividindo-se entradas e saídas de renda, bem como não se calculando custos e “lucros”

específicos, de modo análogo à racionalidade econômica camponesa descrita por Chayanov (1974).

A partir de 1960 e até a atualidade, esses camponeses têm plantado em áreas que conseguiram comprar do INCRA, que herdaram e que foram regularizadas por este órgão governamental, ou que passaram a cultivar por meio de parcerias estabelecidas com fazendeiros de gado vizinhos, retribuindo com parte de produção gerada ou com prestígio, confiança e lealdade ao fazendeiro. A forma como esses camponeses tem estabelecido parcerias historicamente e na atualidade com esses fazendeiros locais, buscando recursos necessários à obtenção dos seus meios de vida, constitui-se em uma forma específica de relação patrono-cliente, tal qual compreendido por Eric Wolf:

Os parceiros do contrato patrono-cliente, porém, não trocam mais serviços e bens equivalentes. As ofertas do patrono são mais imediatamente tangíveis. Ele fornece ajuda e proteção, contra as exações – tanto legais quanto as ilegais – das autoridades. O cliente, por sua vez, retribui com recursos mais intangíveis. Entre eles, em primeiro lugar, temos a demonstração de estima. O ‘cliente tem um forte senso de lealdade com relação a seu patrono e anuncia isso aos quatro ventos. Fazendo isso, ele estimula constantemente os canais de lealdade, cria boa vontade, aumenta o nome e a fama de seu patrono e lhe garante uma espécie de imortalidade’ (Kenny, 1962: 136). Uma segunda contribuição do cliente ao seu patrono é a que assume a forma de informação sobre as maquinacões de outros. Uma terceira forma de contribuição, consiste na promessa de apoio político (WOLF, 2003, p. 109).

Com a inserção do grupo no PAA, observou-se que os sistemas de produção tradicionais, baseados no cultivo de roças de feijão e milho, em alguns casos, consorciadas com mandioca, batata-doce e abóboras, manteve-se constante, basicamente restrita à subsistência familiar. A banana, fruta tradicionalmente produzida e consumida por esses grupos étnicos, também manteve relativa estabilidade, por limitantes estruturais, tendo em vista a pressão por terra que o grupo vivencia. De início, para entrega no PAA, foram sendo utilizados bananais antigos, áreas que foram plantadas por avós e pais, que comercializaram em ciclos anteriores, ou formações pequenas, 10-20 pés plantados no entorno das casas. Com a continuidade das entregas para o PAA, esses bananais passaram a receber manejos mais cotidianos, tendo em vista a ampliação e qualificação intensiva da produção.

As alterações sociais e técnicas mais significativas observadas nos sistemas de produção a partir da inserção do grupo no PAA se referem às hortas. Sistemas de produção historicamente restritos à esfera tempo-espacial de trabalho das mulheres e à subsistência do grupo, mantidos com o plantio principalmente de couve e cebolinha, e em alguns casos com maior diversidade,

como beterraba, pimentão, pepino, alface, almeirão, temperos e ervas medicinais, passaram a constituir-se como o baluarte de comercialização desse grupo no PAA.

De início, foram sendo vendidos excedentes de produção já instalados nas hortas dos quintais, vendendo-se maços de cebolinha e couve, principalmente. Depois de algum tempo, passaram a produzir mais couve e cebolinha, principais produtos comercializados até o presente momento, ampliando-se as áreas plantadas, as quantidades e diversidades, plantando-se também alface, almeirão, beterraba, repolho, abobrinha verde, pimentão, etc., a depender da época do ano, passando, em alguns casos, a integrar o uso de esterco bovino e de coberturas mortas:

Entrevistado quilombola O.: “[...] no começo a gente tinha o pouquinho que tinha a gente entregava né.

Pesquisadora: O que era?

Entrevistado quilombola. O: alface, a couve, o cheiro verde, o almeirão, que a gente entregava, depois a gente passou a entregar mandioca, o pouquinho que a gente tinha ali, daí que a gente aumentou um pouco mais a horta, que ficou aquele tamanhinho que você viu lá.

Por tratarem-se de hortas construídas em grande medida em várzeas ou em relevos acidentados, mantidos principalmente pelas mulheres, estruturalmente, a técnica de construção tradicional das hortas baseia-se na confecção de canteiros pequenos, “muchões” ou “capõezinhos”, de baixa elevação, não retilíneos, e nem paralelos, obedecendo o fluxo da água, permitindo a sua passagem, rumo aos córregos e rios (Figura 8).



Figura 8 – Foto do sistema das hortas tradicionais quilombolas
Fonte: da autora (2013).

Os canteiros são mantidos capinados, limpos, não utilizando-se cobertura vegetal nem adubações, plantados e mantidos utilizando-se os recursos naturais disponíveis no solo, também não costuma-se irrigar, somente em épocas de maior seca:

Pesquisadora: [...] como vocês aprenderam fazer esse jeito de horta?
Entrevistado quilombola. O: a gente aprendeu porque a gente já via os pais da gente fazendo, que daí o pai ensinava o jeito da gente fazer as coisas por aqui, se desse uma chuva forte, e que desse bastante enxurrada de água não prejudicasse a planta da gente, porque muita gente que não fazia do jeito que a gente fez lá, quando dava a chuva forte que descia aguada dos morros, eles levava os canteiros, entupia tudo com água, terra que vinha, sujeira, e daí o pai ensinou a gente trabalhar daquele jeito, daí a gente aprendeu daquele jeito e continuou daquele jeito, porque escapa de todo lado. Daí você chega tem um canteiro daqui para lá, outro daqui para cá, outro de atravessado, mas a água tem o espaço para ela sair.

Essas estruturas de produção de hortas tradicionais tem, por um lado, sido modificadas, sendo intensificadas e ampliadas, associando-se, em alguns casos, a manejos ecológicos, técnicas explicadas por mediadores técnicos e assimiladas pelos agricultores, principalmente em cursos de curta duração com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e

EMATER, adaptando as técnicas ensinadas às condições materiais e racionalidades locais, mantendo-se relativo grau de independência de insumos e recursos externos. Por outro lado, em menor grau e número, elas também vem sendo substancialmente modificadas pela adoção modelos tecnológicos convencionais, provenientes da revolução verde²⁶, e/ou orgânicos de cultivo de olerícolas, com uso intensivo de adubação orgânica, compra de mudas e sementes selecionadas e produção em canteiros retilíneos e paralelos (Figura 9). Essas hortas predominam em áreas planas, ou de várzea, onde não corre-se o risco de erosão, e onde recursos como esterco bovino são abundantes e, sobretudo, em áreas onde são os homens que conduzem as atividades.



Figura 9 – horta quilombola convencional.

Fonte: da autora (2013).

²⁶ A revolução verde, processo de racionalização, padronização e industrialização da agricultura moderna ocorrida no Brasil a partir de 1960, no âmbito das hortas, instituiu formas convencionais de plantio e cultivo de olerícolas, sendo compostas por canteiros retilíneos, levantados em áreas planas ou semi planas, com plantio homogêneo de espécies por canteiro, cultivares industrializadas, uso intensivo de fertilizantes químicos e agrotóxicos para controle de doenças, inços e insetos.

Os recursos materiais necessários à produção das hortas, como terra, esterco, mudas e água, são, por um lado, obtidos por meio da intensificação do que eles dispõem, fazendo mudas próprias, usando áreas de terras que as famílias ainda conseguiram manter, sustentando-se em relações de reciprocidade e parentesco do grupo; por outro lado, mobilizados através da atualização e ressignificação de relações de patrono-cliente; e por outro lado ainda, apoiando-se na organização legal do grupo, mediando interesses da comunidade com prefeitura e instancias governamentais ligadas à agricultura.

A terra, principal recurso escasso, necessário a ampliação das hortas, para aquelas famílias que não tem espaços territoriais suficientes, que são a maioria dos atuais integrantes do PAA, por um lado, tem sido garantida por meio da manutenção de relações patrono-cliente com fazendeiros locais, os quais têm legalizado contratos de parceria, arrendamentos e comodatos com agricultores do grupo. E por outro, contando com a solidariedade interna dos moradores da comunidade, estabelecendo relações de arrendamento e comodato como agricultores quilombolas que ainda tenham terra e documentações, permitindo, dessa forma, a inserção legal de um maior número de quilombolas dessa comunidade no PAA.

O esterco bovino curtido não é comprado, tem sido doado por uma das fazendas de gado vizinhas da comunidade. São utilizadas também relações de mediação do tipo patrono-cliente tal como analisadas por Wolf (2003), mantidas principalmente pelo bloco familiar da descendência de Dona Lúcia, para o qual alguns de seus descendentes trabalham por dia e como parceiros. A manutenção de tais relações, além de propiciar que esse bloco familiar consiga meios materiais escassos (terra e esterco), tem possibilitado a manutenção de mediações entre as lideranças da comunidade com o fazendeiro, de modo a convencê-lo a deixar as demais famílias que queiram, virem coletar e utilizar o esterco produzido na sua fazenda nas hortas que estão sendo construídas para venda no PAA.

De forma análoga ao que fora descrito nos estudos de Sahlins, em *Ilhas de História* (2011) e Ferreira (2007), percebi que para este caso estudado, a integração formal burocrática desse grupo no PAA não tem gerado desintegração relações tradicionais e específicas de caracterização da cultura grupo. Ao contrário, compreende-se que tal integração, ou seja, a assimilação do padrão burocrático de organização e gestão de políticas, tem acontecido de forma ora simétrica, ora assimétrica, acionando, ao mesmo tempo em que atualiza e reforça, conferindo novos sentidos e significados, a históricas relações tradicionais de dominação baseadas em relações patrono-cliente. Os quilombolas, não tendo recursos próprios como terra

e insumos necessários à intensificação e qualificação da produção de olerícolas, adaptam as relações patrono-cliente às suas novas demandas, angariando benefícios produtivos em troca do prestígio social, dependência e subordinação ao fazendeiro.

Quanto às padronizações dos produtos vendidos, no começo, eram praticamente inexistentes, por se tratar de excedentes de produção que havia nas propriedades, plantados para subsistência, sem cuidados maiores e sem perspectiva de venda, seguindo as possibilidades de produção oferecidas pela terra e manejos tradicionais do grupo.

Seguindo suas visões de mundo e *ethos* camponeses, da forma como a terra provinha às plantas, era o modo como começaram a comercializar. Somente após receberem reclamações das escolas, do Banco de Alimentos do CEASA de Curitiba e da AOPA, foram estabelecidas, pelo coordenador do Projeto, normas internas, estabelecendo cotas de 10 maços de cebolinha por cadastrado por entrega, atendo-se também para a padronização dos maços de olerícolas:

Entrevistado quilombola. S: [No começo] [...] nós ia e descarregava no CEASA, só que lá eles escolhiam o que eles queriam. Queriam ficar com o melhor, [...], o pessoal [...] entregava de abundancia assim, não selecionava muito os mais ou menos, os bom só que podia mandar. O X. cobrava: oh, só entregar o que está em boa situação. Que as vezes [...] eles enfiavam por baixo das caixas ai a gente não... ai quando a gente chegava lá eles iam descarregar, as caixas tinha um...

Pesquisadora: pezinho pequeno, tamanho diferente, estragado...?

Entrevistado quilombola: É, alguns mais fracoso, daí tirava lá e os caras: oh mas como vocês trazem isso aqui! Nós estava na caixa, a gente só pegava e carregava, os bonitinho estava por cima, ai mandava a gente colocar na caixa de novo, e a gente trazia para cá.

Dessa forma, por meio de constrangimentos legais e sociais estruturais e externos, aos poucos os quilombolas começaram a assimilar os padrões de convencionais de apresentação dos produtos exigidos tanto pela CONAB, quanto pelas escolas e pelo coordenador do Projeto. Tal assimilação tem acontecido de forma assimétrica e permeada por tensionamentos. Por um lado, essa assimilação promove alterações internas, com ajustes do grupo ao demandado legalmente, e por outro, adaptações dos padrões legais exigidos pelo Programa às suas condições locais sociais, culturais e naturais.

A dominação legal, tal qual proposta por Weber (1978), se impõe ao grupo enquanto meio de acesso destes a tais benefícios e recursos decorrentes de sua adesão a esta política pública. Tal feito, porém, longe de desintegrar elementos da cultura do grupo, promovendo aculturação e desintegração das visões de mundo e *ethos* dos quilombolas pela sobreposição da cultura burocrática de organização social, utiliza-se, reforça e ressignifica, conferindo novas funcionalidades às relações de parentesco, amizade, confiança e de patrono-cliente existentes

no grupo, compondo um quadro de colagem, sobreposições simétricas e assimétricas entre culturas e padrões culturais, tal como proposto por Geertz (2012) para compreensão das interações culturais da atualidade.

Em campo, acompanhei uma das coletas de olerícolas e observei que embora semelhantes, nenhuma produção familiar conseguia ser exatamente padronizada com relação à outra. Cada agricultor(a) constrói para si um padrão único, seguindo mais ou menos a orientação geral estabelecida: ou faz-se maços grandes ou pequenos. Além disso, dependendo da qualidade da terra, da irrigação, do manejo executado, aparecem discrepâncias e diferentes apresentações dos produtos.

A produção de olerícolas por esse grupo, não pode ser equiparada à uma produção fordista fabril, está, entendida de acordo com a compreensão de Pinto (2007), sob o risco de ser compreendida de modo reificado por uma racionalidade subjetivada, tal como descrita por Horkheimer (2002), desde que são centralmente produções camponesas de caráter artesanal, manual e individualmente produzidas por grupos familiares distintos, em condições naturais semelhantes e discrepantes, porém, sem a utilização de muitos recursos tecnológicos capazes de lhes padronizar e controlar os efeitos naturais, o que confere a esses produtos padrões únicos, por vezes dispare e não homogêneos, tal como solicitado pelos consumidores e pela racionalidade tecnoburocrática instituída no PAA.

No âmbito da divisão social do trabalho na unidade de produção, as hortas historicamente tem sido desenvolvidas como atividades predominantemente executadas por mulheres, entendida como atividade de alargamento do trabalho doméstico. Ao princípio da operacionalização do PAA, predominaram as mulheres na entrega de alimentos, vendendo as produções excedentes em seus quintais, depois ampliando, recebendo a “ajuda” de seus cônjuges somente para levantamento de canteiros e também na documentação, na maior parte das vezes, entregando na cota de seus esposos.

À medida em que o PAA foi sendo visto pelo grupo como uma alternativa positiva, que a desconfiança foi sendo rompida, alguns homens também passaram a investir nessa produção, estabelecendo inovações na estrutura de produção dessas hortas, promovendo fricções nas representações simbólicas do grupo, a respeito da forma como historicamente essa divisão social do trabalho na unidade produtiva tem sido estabelecida:

Entrevistado Mediador Quilombola DC: tem alguns com um dizer: ah, meu serviço é plantar feijão, milho e mandioca, a horta é para as mulher, claro que não, homem também pode plantar horta, não vê o passarinho lá, está tratando os filhos dele com horta, tratando os passarinho dele com horta, o dizer dele que quem lida com horta é

mulher, ele não, é serviço pesado. [...] É nós fazemos todo mundo, não tem nada a ver mulher com homem, nós fazemos tudo junto”.

Mesmo assim, embora alguns homens tenham se inserido na produção de hortaliças para venda no PAA, também mantendo-se envolvidos na produção de roças e em plantios, colheitas de bananais e pomares, boa parte dos cônjuges masculinos, principalmente aqueles cuja quantidade de terra da família é insuficiente, praticamente restrita ao lote de moradia e um quintal, essas atividades são realizadas predominantemente aos finais de semana e em dias em que eles não trabalham fora, pois boa parte deles continua assalariando-se permanente ou temporariamente no reflorestamento de pinus e roçada de pasto, principalmente.

Mantendo-se boa parte dos agricultores ainda vinculados a mercados de trabalho externos e à remuneração de aposentadorias, a renda obtida pela venda de alimentos para o PAA, atua de modo complementar no orçamento familiar, podendo variar de 600-500 a 50-40 reais mensais, a depender do que e quanto se planta e vende, sendo equiparado, em alguns casos, quando são mais baixas, à renda obtida pelo Bolsa Família:

Entrevistado quilombola L: [...] Hoje em dia a gente tem o bolsa família que ajuda a gente, tem lá de vez em quando se a gente precisar, tem uma cesta básica para pedir lá né, então essas ajuda hoje em dia está bem melhor.

As famílias não costumam fazer nenhum tipo de cálculo econômico de entradas e saídas da unidade de produção, tanto a remuneração obtida por meio de trabalho assalariado ou temporário, de aposentadorias e de Bolsa Família, quanto do PAA. Seguindo a lógica camponesa de circulação de dinheiro e de renda na unidade de produção, referenciando-me em Chayanov (1974) e em Ploeg (2008), esses recursos são utilizados para o que for necessário, buscando-se manter um equilíbrio mínimo:

Pesquisadora: [...]. E esses recursos, para que vocês consumam usar?
 Entrevistado quilombola J: olha, nós sempre aplicamos...
 Entrevistado quilombola C: usa para tudo, porque daí a gente tem que limpar, tem que cuidar, usa para comprar as coisas que precisa, usa para comprar roupa se precisa...
 Pesquisadora: não faz essa separação, entra e vai para o que precisar?
 Entrevistado quilombola C: é, o dinheiro vai para onde está mais necessitado.

Predominantemente, a renda obtida com a venda de alimentos para o PAA é utilizada para a compra de alimentos processados e que não são produzidos na unidade de produção, principalmente as ditas “misturas”, carne de porco, linguiças, farinha de milho, óleo de soja, sal, açúcar, café, margarina, pão, bolachas, refrigerantes, etc., enriquecendo e/ou industrializando a dieta alimentar da família. Também são utilizados para a compra de roupas,

principalmente pelos jovens, materiais escolares para os filhos e, em alguns casos, para compra de mudas de olerícolas.

Mesmo com esses estímulos comerciais do PAA, e mais recentemente também do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a racionalidade econômica do grupo permanece seguindo uma orientação camponesa, tal como descrito e analisado por Candido (2010), Ploeg (2008), Chayanov (1979), voltada ao bem estar e melhoria das condições de vida da família e das cultivares e animais produzidos, vislumbrando, ao final e de modo continuado, a manutenção de um equilíbrio mínimo da unidade de produção, e não uma taxa média de lucratividade. Essa característica compõe elemento prático e simbólico estrutural e estruturador das visões de mundo e *ethos* dessas famílias.

Na perspectiva dos entrevistados, as razões e motivações de inserção no PAA, aparece inicialmente o incentivo de mediadores técnicos, e, aos poucos, motivações do próprio grupo:

Pesquisadora: [...] E por que vocês decidiram entrar no PAA?

Entrevistado quilombola. LU: ah, é que aí essa turma aí que vendia aí de primeiro, falava para mim ah entre sua boba que você vai dar bom, continua vendendo com nós que se Deus quiser você vai melhorar as coisas para você. Que sempre a gente vivia meio em precisão né, e eu meio com medo de entrar né, porque de primeiro a turma falava. Ah isso aí vai dar problema, isso aí vai complicar todo mundo mais tarde. Daí eu pensei comigo, quer saber de uma coisa, eu vou entrar, eu pensei podia vender, aquela vez podia vender um monte maço, comecei vendendo as verduras, fui plantando um pouquinho de cebola, fui entregando, fui plantando couve, fui entregando e assim foi indo. E por sorte eu enxerguei bastante ajuda desse lado aí de venda de verdura.

As razões econômicas, orientadas por essa racionalidade camponesa, predominaram nas motivações internas para inserção dessas famílias no PAA. Para elas, o PAA significa uma venda, um meio de escoar produtos que estavam sendo perdidos ou dados aos animais nativos e criados, às famílias e aos vizinhos, produtos que estavam sem meios de comercialização:

Pesquisadora: por que vocês decidiram entrar no PAA?

Entrevistado quilombola. M: ah porque a gente plantava perdia, o que plantasse tinha que dar para as criação. Mas e daí como apareceu o PAA, a gente achou melhor vender, é um dinheirinho a mais que entra.

Entrevistado quilombola: é pouco, mas é uma rendinha que entra, uma rendinha boa.

Entrevistado quilombola mediador. D.C: só não tem uma renda maior porque oh a hortinha deles.

Entrevistado quilombola. M: não tem como plantar mais.

Dessa forma, observa-se que o PAA tem significado, para eles, tanto um meio de venda quanto de obtenção de uma renda extra, que na maior parte dos casos, é complementar no orçamento familiar, mas significativa, principalmente para as mulheres e jovens que participam

do Programa. Com essa remuneração, esses indivíduos tem podido reduzir a dependência financeira de seus pais e maridos, o que para as mulheres, é visto como algo positivo:

Pesquisadora: A, e o dinheiro que vem da verdura é seu?

Entrevistado quilombola. LI: é meu para comprar as coisinhas para as crianças, para mim, daí esse já sai fora para mim.

[...]

Pesquisadora: mas esse dinheirinho que está vindo ele dá uma ajudinha assim....

Entrevistado quilombola LI: ajuda bastante, pelo menos eu para mim ajuda bastante, porque eu já sou mais, sei lá, como que eu posso dizer que eu sou, eu não sou de ficar pedindo dinheiro para marido, eu se eu pedir e falar não para mim, a já quanto bastou, eu já não torno pedir de volta, e se perguntar para mim por que que eu quero, eu já também, já não falo, falo nem preciso mais, porque a gente já vai pedir porque precisa, agora ficar tanta pergunta, por que você quer isso, o que você vai fazer com esse dinheiro... então não, e eu vendendo as coisas o dinheiro é meu, ele já sabe que o dinheiro é meu. Ou as vezes tipo, o mandiocal foi ele que plantou, ele fala assim, oh se você for tirar sozinha, pesar, e for entregar lá, você pode ficar com o dinheiro para você, que daí como diz, é um sofrimentinho né, mas eu vou lá, arranco, peso, e vou levar, daí quando chega o dinheiro, ele fala assim não esse dinheiro é seu, você que sofreu e me devolve o dinheiro, agora quando ele ajuda eu arrancar lá e coisar daí nós dividimos, pelo menos não fica reclamação do outro.

É válido lembrar também que esses grupos têm passado, em décadas recentes, por períodos em que a comercialização de produtos agropecuários foi escassa. Por isso, quando o PAA aparece na comunidade, é rapidamente absorvido por eles, atendendo a uma demanda de comercialização que há décadas estava em estado de latência. Nesse sentido, esse Programa é visto pela comunidade como algo positivo, como um meio de propiciar melhores condições de reprodução social de sua condição camponesa, tal qual requerido pelos mediadores técnicos e sociopolíticos do município e quilombolas:

Entrevistado quilombola G: eu acho que esse projeto que teve do PAA eu acho que foi um projeto muito bom, porque de primeira, que nem nós mesmo, cansamos de plantar bastante miudagem assim e perdia bastante coisa. Agora hoje o que a gente plantar vende, isso daí é muito bom. E eu mesmo trabalhei um ano de pouco, primeiro fui trabalhar na B., trabalhei dois anos e pouco, e daí que deu certo de eu ficar nesse Projeto, ai fiquei mais um tempo trabalhando lá e sai fora, ai fiquei mais dois anos e pouco trabalhando para mim, mexendo com as minhas plantas, sempre entregando, e depois deu certo de eu voltar trabalhar de novo na B., trabalhei mais um ano e pouco, só que trabalhar de empregado enjoa, a gente acostumado, que nem eu me criei na lavoura, daí eu trabalhei até quando deu, daí quer saber, vou voltar lidar com a minha servissagem lá.

No entanto, a visão de mundo correspondente aos sentidos e significados do PAA, tal qual as práticas comerciais envolvidas, ainda seguem uma orientação cognitiva arraigada a velhas práticas de mercados desenvolvidas historicamente por esses grupos. Isso significa dizer que, para a compreensão cognitiva e simbólica do PAA, o grupo tem lançado mão de representações simbólicas e práticas sociais desenvolvidas historicamente na interação com

mediadores comerciantes locais e regionais, atualizando-as, conferindo novos sentidos. Porém a inserção no Programa não altera substancialmente tais padrões culturais construídos pelo grupo em outros contextos. Entregar a produção agrícola para o PAA, tal como para outros comerciantes, significa uma venda, uma forma de que alguém, agora não mais os caminhões dos atravessares, mas sim da prefeitura continue vindo buscar os alimentos, com a diferença de que o PAA paga preços melhores.

A maior mudança percebida pelo grupo no estabelecimento dessa nova relação de mercado refere-se às formas de pagamento. Se antes o atravessador vinha, buscava a mercadoria e pagava em dinheiro na hora, agora é preciso entregar, preencher um recibo constando tudo que entregou naquele dia, esperar um mês, assinar cheques, trocar os cheques, e ir no dia da reunião mensal, ouvir a reunião toda e, ao final, receber o pagamento.

No início e até hoje ainda há conflitos com relação aos pagamentos, pois, segundo relatos de uma das mediadoras responsáveis pela prestação de contas, “[...] até hoje tem agricultores no município que não entendem como é feita a prestação de contas” (Entrevistado mediador técnico. E; anotação de caderno de campo, 2013). Na visão de mundo dos quilombolas, o pagamento teria que ser imediato, no ato da entrega dos alimentos, tal qual os comerciantes atravessadores faziam com eles, e também como era no início da execução do PAA. Eles não conseguem - em alguns casos, não em todos - compreender o processo burocrático envolvido na gestão financeira do PAA, e mesmo questionam o vai-e-vem de cheques, assinaturas, papéis e reuniões:

Entrevistado quilombola. LI: [...] pagamento ultimamente não está sendo muito bom não, porque antes era pagamento à vista, dinheirinho limpo, agora é cheque, é uma complicação daquelas, que um corre para um lado, outro corre para outro trocar cheque. [...]. E depois as vezes tem que sair daqui até Adrianópolis trocar cheque. [...]. Eu acho que se viesse o dinheiro que nem era antigamente era mais fácil. Porque agora vem o cheque, tem de a pessoa ir lá trocar, e depois tem que esperar o dia da reunião. [...]. Bastante já não está gostando, porque lá eles deviam soltar o dinheiro antes de soltar o cheque, agora eles soltam o cheque, daí tem que segurar o cheque até eles depositarem o dinheiro para o pagamento. Porque já voltou cheque umas par de vezes, confusão que Deus o' livre então nessa parte está ficando meio complicado. [...] daí passou eles falaram que era para cada uma abrir conta no banco para depositar lá. E porque acharam que não estava bom, porque um abriu num banco, outro abriu noutro, estava sendo muita correria para eles depositar, e daí acabou virando esse cheque. [...]. Vai ser uma confusão nessa reunião que vai ter agora por causa disso, porque já estão fazendo o pessoal meio de bobo. Porque você pensa, sai daqui em Adrianópolis, perde um dia para abrir conta no banco, vai lá abre a conta no banco, fica tudo certo, deposita três meses o dinheiro na conta. Daqui a pouco eles vem falam que não está dando certo, e vem com o cheque. Agora vem com o tal de cartão... Não tem, não tem condição, não é todo mundo que pode estar saindo assim a disposição deles. Eles também tem que saber que não é só porque a gente precisa, que a gente tem que sair correndo se batendo desse jeito, as vezes até deixando algum compromisso da gente para estar indo lá. Não é assim, eles tem que ver também a situação da gente. Porque

as vezes tem gente aí que não tem dinheiro nem para pagar uma passagem. E daí como que vai? Não tem condição. E aí, a sorte é que aqui são tudo parentada, daí quando um vai a gente já pede para fazer alguma coisa para a gente.

A inserção do PAA nessa comunidade inaugura a construção e cognição, pelos quilombolas, de um novo processo de comercialização, institucionalizado e subordinado à racionalidade burocrática do Estado Nacional, produzindo conflitos e tensionamentos com padrões culturais mercadológicos anteriores, e instituindo novas representações simbólicas e práticas sociais. São outras relações de mercado que se estabelecem, demandando, pelo fato de estarem vinculadas à execução de um Programa Governamental, a institucionalização de inúmeros condicionantes regulatórios e normativos, capazes de legitimar, diante da sociedade brasileira, a participação “ética” e transparente desses grupos nesse Programa, evitando-se constrangimentos legais, tais como fiscalizações e punições.

No entanto, sob a visão de mundo dos quilombolas, a transparência proferida pela racionalidade do Estado burocrático, assegurada pela burocratização do processo de prestação de contas do PAA, tal como requerida pelo padrão burocrático de administração pública moderna (Weber, 1978), tem significado uma incompatibilidade com suas formas de se relacionar e de compreender os mercados, aparecendo, contraditoriamente ao espírito da burocracia estatal, como elemento estranho, nebuloso, duvidoso e conflitivo, ao invés de algo transparente e cognoscível.

Essa forma de prestação de contas é percebida como uma novidade, acolhida de modo subordinado e conflituoso, dada a necessidade de enquadramento legal do Estado. Mas é algo estranho, diferente, não habitual às relações costumeiras que eles têm estabelecido com os mercados. Por tais razões o PAA é acolhido com desconfiança e conflito. São novos códigos simbólicos, normas e regulamentos que entram em contato com os padrões culturais mercadológicos historicamente estabelecidos pelo grupo, tencionando-os com os padrões burocráticos, os quais vão aos poucos sendo assimilados de forma assimétrica, construindo-se como choques entre padrões culturais que conflitam entre si, não se entrelaçando de modo complementar.

Nesse sentido, a alternativa encontrada pelo grupo acabou sendo escolher e confiar nas pessoas, nos indivíduos que fazem a prestação de contas, cujo perfil preferido são pessoas conhecidas, com capacidade de compreender os códigos burocráticos exigidos, e que centralmente tenham boa índole, reconhecida pelo grupo, como uma forma de protegerem-se e precaverem-se de possíveis enganos e trapaças.

Analisando o conjunto das exigências normativas estabelecidas pela CONAB para acesso e execução do PAA pelas famílias, há controvérsias nas interpretações obtidas pelos quilombolas nas entrevistas. Há alguns que concordam, avaliando que são necessárias para manter a transparência do processo, e outros que avaliam-nas como abusivas e excessivas:

Entrevistado quilombola. J. C.M: eu acredito que essas exigências deles é o certo né, para ser bem organizado tem que ser assim porque se não for assim, segundo as exigências deles, fica tudo fora de ordem.

Pesquisadora: ajuda a organizar, e saber certinho onde que está indo...

Entrevistado quilombola J.C.M: ajuda organizar, eu concordo com isso ai, que precisa, tem que ser assim se não vira muita bagunça, o que acontece, acontece se eles descobrem se está tudo desorganizado o governo pode até querer cortar esse programa aí né[...].

Pesquisadora: e como o senhor percebe que o pessoal aqui está recebendo essa questão das exigências?

Entrevistado quilombola J.C.M: tem uns ai estão achando que é muita exigência. Tem uns que falam até de parar de vender porque é muita exigência. Mas eu acho assim que eles estão certo, tem que ser assim mesmo. Essas pessoas que acham que está errado isso ai é pessoa que não gosta das coisas organizado. Então tem que ser organizado, porque se não, eu acho que eles estão certo.

No entanto, esse mesmo entrevistado, que afirma concordar com tais normatizações e padronizações burocráticas, considerando erradas ações sociais daqueles que não se enquadram em tais padrões, menciona que teve dificuldades para se inserir no Programa por falta de documentação de terra, o que quase conduziu essa família a abandonar a perspectiva de participar no PAA:

Pesquisadora: e para vocês entrarem no PAA, tiveram alguma dificuldade com documentação, sentiram algum tipo de dificuldade para começar participar ou não?

Entrevistado quilombola. J.C.M: tivemos dificuldade sim, inclusive estão cobrando e nós tivemos que pegar um documento da terra de minha mãe para fazer o comodato para nós, para daí nós entrar, se cadastrar porque tem que ser feito isso...

Pesquisadora: esse lote de dois alqueires não tem documento de vocês?

Entrevistado quilombola. J.C.M: não, tem um documento assim de doação da minha mãe que doou para mim meia quarta, me deu um recibo de doação, e esse documento não servia, para se cadastrar no PAA tinha que fazer o comodato e o documento da terra, daí o documento da terra está no nome dela, ela tinha que assinar para mim, com esse documento que eu vou ter que ir na prefeitura fazer o bloco do produtor....

Entrevistado quilombola C: eu estava até desacorçoada já, estava querendo parar já.

Pesquisadora: por quê?

Entrevistado quilombola C: eu estava desacorçoada porque não podia mais né, por causa do documento.

Entrevistado quilombola. J.C.M: porque está no nome, eles deram 60 dias de prazo, quem não organizar os documentos certinho para se cadastrar, aí não ia poder vender, isso foi que eles passaram para nós na última reunião aqui na comunidade.

A obtenção da DAP – Documento da Aptidão ao Pronaf, documento individual, exigido pela CONAB para inserção no PAA, foi considerada pelo grupo, de modo generalizado, como

a maior dificuldade normativa enfrentada por eles para inserção no PAA. Tal problema está associado a condicionantes históricos e estruturais vinculados à posse e propriedade da terra pelo grupo:

Pesquisadora: [...] E o que você sente que o pessoal tem mais dificuldade?

Entrevistado mediador técnico P: mais dificuldade, que a gente vê por fora aí é a documentação. Tem vários agricultor que não tem a documentação. Para participar do Programa, do PAA. Fazer a documentação, fazer a DAP, porque depende da DAP.

Pesquisadora: por que você acha que tem essa dificuldade?

Entrevistado mediador Técnico. P: tem essa dificuldade porque a maioria não tem o documento da terra, só tem recibo de compra e venda então não consegue.

P: questão da terra...

Entrevistado mediador técnico. P: e muitas pessoas que tem o documento em dia, tem medo de dar o contrato de comodato, que vai prejudicar ele e coisa.

Como populações territorializadas através de processos de migrações diversas, assentando-se na região como escravos, posseiros e parceiros, tal como descrito por Carril, (1995) e por Bianchini (2010), cuja regularização fundiária somente foi possível, de modo parcelar e seletivo, pelo INCRA a partir dos anos 1960, a maioria dos documentos de terra que esses agricultores possuem são documentos de posses e doações, havendo poucas escrituras e registros como imóvel rural no INCRA, o que tem limitado de modo significativo a inserção dessas famílias no PAA.

Diante de tais dificuldades, para buscar manter a narrativa “includente” do PAA de Adrianópolis, a saída encontrada pelo grupo, sob orientação dos mediadores técnicos locais, foi formalizarem contratos de parceria, que estabelecem historicamente entre si e com os fazendeiros locais, e contratos de arrendamento e comodatos. Com isso, são acionados - ao mesmo tempo em que reforçados - mais uma vez, e conferindo novos sentidos e significados- relações de patrono-cliente, parentesco e reciprocidade, como meios de formalização das relações de territorialização e de produção do grupo.

Frente à condição de CRQ's, cujos processos de reconhecimento e titulação das terras preveem titulações coletivas, essa norma exigida pela CONAB para acesso ao PAA por meio da DAP individual para os quilombolas torna-se inconsistente. Um estrangulamento burocrático, alimentado por um circuito erro-informação-correções como descrito por Crozier (1981) que demonstra a disfuncionalidade da burocracia público estatal, a qual coíbe e constrange a participação dos quilombolas no PAA, lançando-os, mais uma vez, em um quadro político-administrativo de invisibilização dos negros, tal como analisado por Leite (1991) e Gomes Jr., Silva e Costa (2008). Um resultante exatamente contrário aos princípios norteadores

do PAA, os quais têm como centralidade a inclusão de quilombolas nesse Programa, tal como descrito no Comunicado CONAB/MOC N.º 009, de 16/05/2013.

4.3 – Organização social do grupo e mediações socioculturais

Nesse subitem deter-me-ei detalhadamente à descrição e análise das atuais interações socioculturais organizacionais do grupo e seus entrelaçamentos, bem como conexões simétricas e assimétricas com os padrões institucionais burocráticos, e com as relações de mediação técnica e sociopolítica que se estabelecem nesses processos.

No Córrego das Moças, as relações de parentesco e de reciprocidade, são compreendidas de forma análoga ao proposto por de acordo com Wolf (2003, p. 105), entendidas como uma “[...] relação que tem por objetivo uma grande série não especificada de atos de assistência mútua[...]” e também relações de amizades emocionais, compreendidas como “[...] uma relação entre um ego e um alter em que cada qual satisfaz alguma necessidade emocional por intermédio do seu oposto”²⁷, atuam em termos de amálgama social, unidades estruturantes da coesão da organização social comunitária e das diferenciações sociais internas do grupo. Como meios de obtenção de recursos materiais e não tangíveis, e de segurança quanto à garantia de manutenção de interesses particulares e coletivos, no âmbito das famílias nucleares e blocos familiares, e também em diferentes níveis e gradações, extra blocos familiares.

Quanto mais vinculados às relações de parentesco, a blocos familiares, às relações religiosas, principalmente no âmbito dos evangélicos e também, por relação de proximidade, a grupos de vizinhança, maiores e mais intensos tendem a ser os laços de amizade e reciprocidade. Manifestos em visitas, ajudas em épocas de plantios, colheitas, trocas de dias entre vizinhos e também trabalhos coletivos na roça, “mini mutirões familiares”²⁸, e em mutirões coletivos²⁹,

²⁷ Ibid., p.103.

²⁸ Atividades em que os familiares, irmãos, sobrinhos, se ajudam no plantio, manejo, colheita de alguma cultivar, são mutirões pequenos que vem sendo promovidos principalmente a partir do início da participação desses agricultores na Rede de Certificação Ecológica ECOVIDA.

²⁹ Esses mutirões eram comuns antigamente, no tempo em que Sr. Nicolau era jovens. Ele nos relatou e também escreveu em carta que segue em anexo, que era comum a realização de grandes reunidas, com 40-50 pessoas, as quais trabalhavam o dia para alguém e ao final desse, aquele que recebera o mutirão, terminava as atividades oferecendo um baile aos demais. A participação nesses mutirões constituía-se de um acordo mútuo, simbólico de participação em outros: quem recebe precisa pagar também, ou seja, precisa ir em outro mutirão quando for chamado.

manifestos na construção da câmara fria para refrigeração da banana e reforma da Igreja Evangélica³⁰.

Quando esse grupo se insere no PAA, a burocracia e a rotinização das funções operativas cotidianas que tal padrão de gestão pública demanda para execução do Programa, acoplam-se de modo simétrico e assimétrico a essas relações de parentesco, reciprocidade e amizade constituídas no grupo, bem como ao processo organizacional formal da Associação Comunitária dos Remanescentes de Quilombos do bairro Sete Barras.

Na organização das cargas e entregas foram observadas situações em que pessoas ajudaram parentes a carregar caixas, filhos ajudando mães a calcularem e anotarem o que entregam; caronas dadas àqueles que não possuem condições de ir à cidade regularizar seus documentos, parcerias para ajudar-se na aquisição de documentação necessária. Ademais, as trocas e doações de mudas e trocas de dias entre os moradores e vizinhos, são ações sociais que reforçam os laços de parentesco, reciprocidade e vizinhança, dando-lhes novos sentidos na medida em que se ajustam às demandas operativas do Programa, conciliando-se e ajustando-se simetricamente à burocracia do PAA.

Em todas as entregas que pude acompanhar, tal como através dos relatos obtidos em campo ou nas entrevistas, constatei que para conseguirem organizar as entregas, estabelecendo e cumprindo datas, horários e quantidades, as pessoas se comunicam através de canais de comunicação interna previamente estabelecidos. Na maioria das vezes, os responsáveis pelas cargas ligam para algumas pessoas específicas da comunidade (mediadores internos, parentes, ou para quem tem telefone, etc.) e estas se responsabilizam por distribuir a informação para os demais fornecedores:

Pesquisadora: Entre parentes, vizinhos vocês costumam se ajudar em alguma correria, entregas, algo relacionado ao PAA?

Entrevistado quilombola.LI: [...] esse negócio de entregar verdura ai como diz, quando eu sei eu gasto tudo meus créditos para avisar as pessoas, o caminhão vai vir carregar tal dia tal hora assim, assim. Às vezes o neguinho fala oh C. faz favor de ligar em tal lugar assim, assim e avisa que o caminhão vai pegar tal hora, vem a tia D.C e avisa oh C. vem o caminhão assim, assim, e amanhã tem reunião, daí eu pego [...] e ligo para as pessoas, maior parte são parente mesmo que entregam para o PAA, daí eu pego ligo e aviso. Mas fora disso, o resto é só a tia D.C. mesmo que corre, e daí o cheque sempre vem ali com a mãe, tio M, daí eles que saem trocar o cheque.

³⁰ É importante frisar que embora existam essas formas de ajuda mútua e de trabalho coletivo, elas não são generalizadas e desacompanhadas de conflitos. Os conflitos de ordem individual são presentes, constrangidos por coerções grupais, centralmente cosmológicas.

A informação se distribui por meio de relações já tecidas, principalmente entre os blocos familiares e vizinhos, contemplando não somente suas afinidades, mas também os conflitos que lhes acompanham; deixam, por vezes, alguns de fora, esquecem de avisar outros, contando também com a importante tarefa realizada pela mediadora quilombola representante do grupo no conselho gestor do PAA, a qual passa avisando nas casas os dias de entregas, reuniões, decisões tomadas na reunião do Conselho Gestor e da comunidade, atuando de forma ativa para transmitir e explicar as informações, sendo que, também é comum pessoas da comunidade irem à sua residência tirar dúvidas.

Segundo alguns moradores entrevistados, esse processo de organização e de comunicação interna, promovido tanto pelo reconhecimento legal do grupo como remanescentes de quilombos e pela sua inserção no PAA, tem reforçado laços internos de solidariedade, promovendo maior união, extrapolando-se do âmbito familiar para o social comunitário:

Entrevistado quilombola. LI: [...] eu acho que depois dessa coisa de remanescente de quilombola a turma se tornou mais unido.

Pesquisadora: você percebe que aconteceu isso?

Entrevistado quilombola. LI: sim, porque antes a turma cada um queria para si, não tinha nada, agora um ajuda o outro, se precisa de tal coisa, de uma muda, de uma coisa e pessoa vai lá e dá para o outro, e antes não tinha nada disso, eu acho que serviu mais para unir, como diz a turma, até as famílias mesmo, que cada um ajuda o outro, lá no tio M. ele planta o dele, vai lá ajuda a mulher dele, ajuda o filho dele, cada um vende o seu tudo junto, um ajuda o outro, e antes cada um se fizesse, plantasse estava bom, agora não, tipo se eu não planto, vem outro e diz, a mais porque você não planta a mais está bom de vender, é um dinheirinho que ajuda você, já dá um animo para a gente[...].

Já para outros entrevistados, principalmente para aqueles residentes em áreas mais afastadas, “nas pontas” ou “fora do trecho” na denominação local, a comunicação foi apontada como um dos principais problemas de organização do processo do PAA. Isso evidencia que as informações circulam, com mais facilidade, onde há maior grau de proximidade física, relações de parentesco e meios telefônicos acessíveis. Não foi instituída uma formalidade rotinizada vinculada à Associação, de modo a assegurar a comunicação interna de todo o grupo, confiando-se nas relações de comunicação internas já estabelecidas:

Pesquisadora: [...] e do jeito que o PAA está organizado hoje cargas, prestação de contas, porcentagens, essa coisa mais geral, está funcionando bem, tem alguma dificuldade de comunicação, informação que o senhor identifica? Como esta isso?

Entrevistado quilombola. G.: [...] o único que eu acho, que eu moro fora de linha aqui, falei pro L. e para o N., eu moro fora de linha que o caminhão passa, então os dias que

for para entregar banana, eles tem que me avisar adiantado, porque eu não sei, se ninguém me avisa...

Na comunicação no grupo, entendida como um processo social que envolve a construção cognitiva de signos e significados (Berger e Luckman, 2011; Freire, 1983), percebeu-se diversas confusões de entendimento. Mesmo quando a informação circula a todos, no caminho percorrido desde a sua produção (p.ex. mediador, conselho gestor) até o ouvinte final (p. ex. fornecedor), os sentidos e significados do símbolo comunicado podem sofrer alterações, e mesmo nem serem compreendidos, gerando, como consequência, desconfiança, descrédito, intrigas internas e fofocas.

Um exemplo mencionado por eles foi a decisão tomada em reuniões mensais anteriores, de pegar-se o esterco no fazendeiro vizinho. Havia sido estipulado em uma reunião que, uma vez que o fazendeiro havia permitido tais coletas, sendo que aos quilombolas cumpriam a função de ir até a fazenda, coletarem o esterco em sacos plásticos e armazenarem na fazenda, que posteriormente o trator da prefeitura seria chamado para carregar e leva-lo à comunidade. Passado algum tempo, alguns moradores realizaram essas tarefas, outros não. Somente quando o trator chegou na comunidade com o esterco destinado aos moradores que tinham coletado na fazenda, os demais que não haviam coletado também quiseram, afirmando que não sabiam ou que não haviam sido avisados. No entanto, essas mesmas pessoas, que diziam ter se confundido, também estavam presentes na reunião da comunidade, quando tal situação fora definida.

Outra situação observada foi a encomenda e recebimento das mudas, as quantidades e qualidades que cada agricultor desejava, também foram discutidas e anotadas em reunião. Passado algum tempo, quando as mudas vieram, outros moradores que não haviam feito encomendas, também falaram que queriam, que não tinham obtido informação, ou que não tinham entendido como seria, embora estivessem presentes na reunião.

Percebe-se que há um problema metodológico instituído no âmbito das reuniões mensais, e um tempo de ajuste empírico, que se realiza na medida em que aqueles que não compreenderam ou que não obtiveram informação no momento da construção em reunião, veem na prática aquilo que fora decidido em reunião ser executado.

As reuniões mensais, instituídas a partir de 2012, constituem-se como locus privilegiado onde são produzidas e assimiladas tais resoluções, e onde esses descompassos cognitivos podem ser construídos e observados. Como espaços de mediação técnica e sociopolítica entre a organização global do PAA e o grupo, constituem-se de importantes instancias de informação,

comunicação e discussão sobre os processos e procedimentos em curso, onde mediadores sociais atuam de modo decisivo.

Essa dinâmica organizacional de reuniões mensais comunitárias atreladas às decisões tomadas no âmbito do conselho gestor, ao mesmo tempo que mobiliza estruturas simbólicas, signos e significados da racionalidade burocrática de gestão governamental, tal como nos elucidara Weber (1978), instituindo, de modo particular, práticas, valores, saberes e conhecimentos condizentes a essa racionalidade, ao ser assimilada pelo grupo, acopla-se de modo simétrico e assimétrico às estruturas simbólicas de parentesco, reciprocidade, amizade, de relação patrono-cliente, tal como compreendidas por Wolf (2003) e às estruturas simbólicas de dominação masculina, esta assimilada de acordo com a conceituação de Bourdieu (2005), como mecanismo de dinamização da execução cotidiana do PAA nessa localidade.

Quando indagados nas entrevistas, os quilombolas fornecedores e mediadores populares a respeito da dinâmica e funcionamento das reuniões, não se conseguiu perceber conflitos, críticas quanto à metodologia desses espaços, mas apenas afirmações, legitimando a construção social de tais eventos, questionando aqueles que não compreendem o que se passa na reunião, e que somente depois vem pedir informação. Estes são considerados como desatentos e que vão para a reunião somente para conversar:

Entrevistado quilombola. S: outra coisa também é esse negócio que nem acho que também você percebeu hoje na reunião. Muito dessas mulher também que vem ali na hora da reunião, ficam muito de blábláblá, não prestam atenção no que está falando, documento que estão pedindo ali. A pessoa tenta explicar alguma coisa eles começam de conversa. Até que na reunião passada eu tive reparando, pessoas perguntando para a mãe aqui, perguntando para fulano, que dia que ia para Adrianópolis, que documento que era para levar, as pessoas... reunião é reunião né, o Sr. G. explicava detalhe por detalhe, o que era, o que precisava, quando era, que dia que era. Tinham pessoas que ficavam de conversa vem, conversa vai, foi final da reunião perguntando para outras pessoas, só que eu fiquei só olhando. As pessoas não prestam atenção, não escutam. Às vezes porque pensa que está entregando normalmente, ver que ninguém está pressionando com negócio de documentação, está de conversa, daí a hora que precisa, se apura, reclamam, ai falam, “ah, mas agora exige isso, exige aquilo”.

Na reunião mensal em que pude participar, percebi que, além de discutirem abstratamente o que deveria ser feito, utilizando de uma linguagem tecnoburocrática, praticamente em tudo o que foi falado, não foram os mediadores quilombolas internos do grupo e nem os fornecedores do PAA os protagonistas, mas sim os mediadores externos, técnicos da EMATER. Em nenhum momento, a mediadora quilombola, coordenadora do grupo, se pronunciou. Além disso, passado algum tempo de reunião, o técnico, que inicialmente se posicionava em uma das extremidades do círculo onde acontecia a reunião, moveu-se para o

centro, posicionando-se de frente para os homens que estavam sentados em uma das extremidades do “puxadinho” da casa, virando-se de costas para as mulheres sentadas na outra extremidade, as quais, nesse momento, já começavam a cochichar, algumas delas, tentando prestar a atenção. Passado algum tempo, uma delas disse resmungando do meu lado: “ah, tenho que ir cuidar do meu feijão [...]” (Anotação de caderno de campo, agosto, 2013).

Metodologicamente, da forma como atualmente são conduzidas essas reuniões, cuja participação é obrigatória, a linguagem é tecnoburocrática. As resoluções normalmente são apenas informadas e não construídas pelo grupo, elas tem promovido e institucionalizado formas de participação meramente legitimatórias, estabelecendo comportamentos performáticos e instrumentais, que não contribuem como o processo de desenvolvimento e aprendizagem de habilidades, capacidades sociais e cognitivas, e participações efetivas, fatores que influenciam e justificam a não compreensão cognitiva e o desinteresse, principalmente das mulheres, com a participação e construção dessas reuniões, comportamentos e situações que reafirmam quadros de violência e dominação legal e simbólica .

De acordo como Bourdieu (2005), o corpo e os movimentos do corpo, do masculino e do feminino, tal qual a linguagem e a fala, entendidos como construções sociais, reproduzem, manifestam e se naturalizam através do movimento e da construção cultural do corpo, da linguagem e da fala. Nesse sentido, a postura e a fala do grupo na relação entre si e com os mediadores externos nessa reunião, principalmente do mediador profissional masculino, utilizando-se de uma linguagem tecnoburocrática e posicionando-se de costas para as mulheres e de frente para os homens presentes, colocam essas participantes em situação de negação, desqualificação, invisibilização e estigmatização, interpretadas, por si mesmas e pelos demais, como não atentas, que não prestam atenção, que fofocam e só conversam, e que, por isso, não entendem, reproduzindo e reforçando relações de dominação masculina e de violência simbólica.

Quando problematizei o entendimento do uso de vocabulários tecnoburocráticos nas reuniões, e indagamos a uma das mediadoras populares quilombolas se as mulheres entendem as explicações tecnoburocráticas que são dadas nas reuniões, ela nos respondeu da seguinte forma:

Pesquisadora: [...] quando vem essas explicações, será que elas conseguem entender, ou elas tem dificuldade?

Entrevistado mediador quilombola D.C: tem algum que não entende nada. Enrola-se e não entende nada, depois fica perguntando para a gente.

Ao serem invisibilizadas nas reuniões, cuja linguagem utilizada e a metodologia adotada não estão em constante processo de avaliação e qualificação, tampouco se aproximam de metodologias de educação popular³¹, baseando-se em um modelo de participação não efetivo, mas meramente legitimatório e por isso performativo, as reuniões mensais da comunidade configuram-se como espaços-tempos em que padrões culturais da dominação legal acoplam-se de modo simétrico a padrões culturais patriarcais, atualizando e reproduzindo narrativas compartilhadas pelo grupo, homens e mulheres, e por mediadores profissionais, que culpabilizam pejorativamente as mulheres pela sua desatenção e desestímulo na participação nessas reuniões mensais:

Pesquisadora: [...] como você analisa a participação das pessoas em reunião, tanto da comunidade quanto de fora, e a forma como as coisas são decididas?

Entrevistado quilombola O: a participação, aqueles que vão ali por participar, que a gente ali é umas vinte pessoas mais ou menos, dos quais 12-15 pessoas participam em reunião, aquelas que tem interesse em saber, agora aquelas que não tem interesse em nada e daí dizem que não entendeu nada, elas vão lá e fazem o grupinho delas e ficam batendo papo do lado.

Pesquisadora: as mulheres falam que não entendem nada? Quem não entende nada?

Entrevistado quilombola. O: aquelas que vem na reunião ali participar da reunião ali, as próprias da comunidade.

Pesquisadora: porque será que elas não entendem nada?

Entrevistado quilombola. O: porque elas não vão pela reunião, eles vão por chegar lá bater papo e marcar presença.

P: mas será que elas não tem dificuldade em entender?

Entrevistado quilombola. O: não, eu acho assim que ficou bem claro [...]. Por exemplo, Sr. G. vem fazer uma reunião, tem aquelas que foi ali para assistir a reunião, elas querem saber o fundamento daquilo ali, e tem aquelas que foram ali só por ir. Então, aquelas que vão ali só para se aparecer elas não ficam ali junto de nós, [...] faz o grupinho delas e fica lá do outro lado de lá batendo papo, conversando. Às vezes, você tem que parar e falar “psiu”. [...]. Daí a pessoa dá uma paradinha com a conversa. Você sai dali eles falam ah, não entendi nada, mas quem vai ali para coisar, eles entendem o que sai e o que eles tem de reclamação, nós reclama é resolvido. Outro mês já vem a resposta ou quando uma coisa que eles não der resposta no momento, eles vão estudar aquela sua pergunta para em outro momento dar resposta, eu acho assim, que ultimamente nada está tendo problema.

Por encontrar lócus de legitimação no grupo e nas visões de mundo e *ethos* dos mediadores profissionais e populares, a violência, nesse caso, além de legal, como apontada nos estudos de Weber (1978), manifesta principalmente no domínio e controle de saberes, conhecimentos e linguagem tecnoburocrática, elucidada em estudos de Bourdieu(2011), é

³¹ Referencio-me aqui nas obras de Paulo Freire, *Pedagogia da Autonomia*(2004) e *Comunicação ou Extensão?* (1983). Nessas obras o autor elabora tal metodologia, avisa construir estratégias de adaptação de linguagem, posturas e ações, de modo a favorecer o desenvolvimento de habilidades e capacidade cognitivas, criativas e reflexivas dos participantes.

também simbólica³². Na medida em que é negociada e cotidianamente retroalimentada pela cultura do grupo, sendo reafirmada e reforçada pelos padrões culturais externos, instituídos nas organizações de mediação técnica e sociopolíticas, centralmente a EMATER.

Tal situação não está propiciando a essas mulheres, ações de capacitação e aprendizagem sobre os processos burocráticos em curso, bem como de outras visões de mundo e *ethos*, capazes de gerar fricções na cultura dominante, positivadoras do gênero feminino, restando, como alternativa possível, a sua adaptação e consentimento a tais formas de violência e dominação.

Nesse sentido, a saída encontrada por essas mulheres como meio de compreensão do que outrora fora discutido em reunião, mas que porém, naquele contexto, não fora compreendido por elas, acaba sendo perguntar, depois da reunião, para as demais o que fora discutido, ou então perguntar à mediadora coordenadora do grupo, solicitada frequentemente a explicar, na linguagem do grupo, resoluções tecnoburocráticas estabelecidas e informadas em reuniões, ou mesmo aguardar a produção social de algum fato, como a chegada das mudas ou do esterco.

As práticas e as representações sociais que os quilombolas têm lançado mão para mediação social de seus interesses e do grupo junto ao Estado no atual contexto, estão vinculadas, predominantemente, às visões de mundo e *ethos* camponeses do grupo, reforçando e atualizando padrões de dominação cultural e historicamente estabelecidos, os quais retroalimentam quadros de violência e dominação tradicionais e masculinas, associando-se, no atual contexto, também à subordinação, violência e dominação legal.

Estes quadros e contextos de dominação têm sido somente recentemente friccionados, através da participação destes sujeitos em fóruns, instâncias, movimentos e atividades externas vinculadas à produção de representações e práticas sociais de posituação feminina e étnico-racial, viabilizados por meio do processo de auto-identificação e reconhecimento legal de sua condição quilombola. São processos ainda recentes, que remontam há cerca de dois ou três anos, promovidos pelo Poder público, Secretaria de Educação do Estado (SEED) e Federação Estadual das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Paraná. Destacam-se também as atividades do Conselho de Desenvolvimento Territorial do município e do Vale do Ribeira, reuniões com a CONAB e, recentemente, a iniciação na participação e construção de formas cooperadas de produção e comercialização agrícola, tanto quanto de organização política.

³² Durante as observações de campo, obtive relatos também de ameaças de violência física a algumas mulheres do grupo, cometidas centralmente por seus maridos.

Nesse momento histórico, esses camponeses começam a conhecer, a assimilar narrativas, representações simbólicas, tanto da construção étnico-racial dos quilombolas, quanto da categoria de agricultores familiares, começam a ter contato com políticas públicas, como instâncias governamentais, a conhecer e se reconhecer nesses contextos sociais e políticos mais ampliados, a conhecer outros tipos de organizações, coletivistas, burocráticas, tradicionais, para além das que já haviam tido contato em suas localidades. Processos ainda iniciais de socialização com tais narrativas, representações, saberes, práticas e conhecimentos, os quais ainda não lhes asseguram a possibilidade da assimilação de outras narrativas, capazes de friccionar e de sobrepor-se às atuais representações e práticas de dominação legal, tradicionais e simbólicas sob as quais o grupo se submete para participação e execução do PAA.

Nesse mesmo contexto, é essencial ainda perceber e analisar que, embora começando a participarem de outros universos sociais e simbólicos, muitos deles ainda sentem e encontram dificuldades para sair, falar, se expressar, assumir e se assumirem enquanto sujeitos sociais detentores de capacidades e potencialidades, desenvolvidas e por desenvolver, como meio de acesso, cognição e condução burocrática e política de sua participação social em Programas e políticas públicas, tal qual pode ser expresso nessas considerações de um dos moradores da comunidade Córrego das Moças:

Entrevistado mediador quilombola M: [...] eu acho que ainda tem um tapume na cara do povo.

[...]

Entrevistado mediador quilombola M: perceba que você vê isso com os olhos, porque você está vendo, nós estamos ali na reunião, eu o MI e a O. conversamos, o resto fecha a boca, bota seu zíper na boca e fazer o que em reunião? [...] Conforme o lugar, você vê interrogação, interrogação, e nada, todo mundo quietinho.

Quando aconteceram os processos de escolhas dos novos mediadores que comporiam a coordenação, secretaria e conselho gestor do atual Projeto de PAA, foram realizadas conversas precedentes entre alguns quilombolas do Córrego das Moças e mediadores técnicos, com o intuito de que alguns desses quilombolas assumissem a coordenação, o apoio à secretaria executiva, mantendo também o apoio logístico das cargas. Porém, na comunidade, esses mediadores não avaliaram-se em condições de assumir tais tarefas por não considerarem-se em condições cognitivas e perfil para assumir a coordenação, mantendo somente uma pessoa na construção das cargas, ainda sob pressão do conselho gestor do PAA, sendo que apenas uma quilombola jovem assumiu por algumas semanas funções administrativas, abandonando tal função logo em seguida, por ter considerado difícil e não ter conseguido compreender a lógica das prestações de contas, passando a delegar tais funções e outras pessoas, desvinculadas das

comunidades fornecedoras. A coordenação foi escolhida pelas comunidades e pelo conselho gestor, assumindo então um outro camponês, cujo agrupamento social de moradia não se auto-reconhece como quilombola; segundo ele, foi escolhido por avaliarem que teria mais perfil, por já estar acompanhando o processo e algumas reuniões externas na CONAB, dentre outros fatores.

Os mediadores quilombolas e fornecedores do Córrego das Moças, por vezes, não avaliando-se em condições de compreender, ou não conseguindo compreender, ou mesmo não desejando compreender e conhecer tais procedimentos de modo reflexivo, principalmente os burocráticos, acabam por considerarem-se incapazes, não participando de reuniões e não assumindo cargos de maiores responsabilidades. ou então, acabam por assumir apenas de modo instrumental e legitimatório, tal como relatado no desabafo de uma das lideranças formais do grupo “ [...] eu só sirvo para assinar papel mesmo [...]” (E.D.C.); ou mesmo, o mais comum, tornando-se desconfiados, depositando esperanças e confianças em quem deles sejam conhecidos, ou que se mostrem ao longo do tempo confiáveis, tal como expresso na fala de uma das atuais mediadoras responsáveis pela prestação de contas do Projeto:

Entrevistado mediador técnico E: [...] Eu vim para cá não acostumava, achava que eu não ia dar conta, eu sempre falo assim que eu não ia dar conta porque era muita informação, muita responsabilidade e o coordenador que ia entrar não tinha também o conhecimento que o X tinha, na área de computação, informação, que era produtor rural também, e eu também tive que, tipo assim ocupar o lugar do X de documentação, que ele fazia, e o lugar de auxiliar administrativo, então foi bem difícil para mim, eu tinha muito medo de errar, porque sempre me cobravam muito aqui.

[...]

Pesquisadora: e você sente assim que os agricultores tem algum tipo de desconfiança por você fazer todo esse processo ou não?

Entrevistado mediador E: olha no começo sim, eu ouvi muitos comentários, hoje, não ouço mais, mas quando eu entrei aqui, falaram que tinha que ser um quilombola para entrar aqui, que não poderia ser qualquer pessoa e foram lá na E.D.C falar para ela tirar, tipo assim que eu não poderia trabalhar aqui por eu não ser quilombola.

Pesquisadora: mas desconfiança com a sua pessoa? Ou com o processo de prestação de contas?

Entrevistado mediador técnico E. não, tinham medo de eu modificar sabe...

Pesquisadora: medo, por quê?

Entrevistado mediador técnico E: não sei, sei lá, medo de eu roubar a associação... mas só que todo o processo a gente registra, a gente tem uma prestação de contas com eles, a gente mostra, tudo que foi gasto que tem, que foi gasto, que entrou, mas em relação aos produtores, a única desconfiança que tinha era de eu ser nova, só disso, mas hoje eu não ouço mais.

São representações, cargos, papéis sociais que vem sendo assumidos de modo instrumental, para legitimar o atual projeto junto à CONAB, movimentos que tem constrangido o amplo desenvolvimento de capacidades e habilidades sociais destes quilombolas, frente à

instâncias de representação público governamentais ou formais locais e regionais de representação dos quilombolas ou mesmo frente a outros grupos e indivíduos participantes desse Projeto. Na medida em que são papéis, cargos e funções delegados pelos quilombolas a outrem, quilombola ou não, considerados por aqueles, como os únicos disponíveis, ou cujo saber e “expertise” lhes tornam capazes de cumprir com os compromissos estabelecidos coletivamente e institucionalmente no âmbito das mediações externas, em detrimento da positividade e desenvolvimento de suas qualidades e habilidades sociais.

A delegação de papéis de direção e condução política para o outro, associada à negatividade de si enquanto potencial de aprendizagem e socialização, mantendo participações e representações instrumentais, tem significado, nessa localidade, a assunção e domínio do saber técnico dos mediadores técnicos e de mediadores populares não-quilombolas no controle do processo de elaboração e execução do PAA em Adrianópolis, tal como expresso na fala de um dos entrevistados: “[...] claro que um analfabeto não vai conseguir, precisamos de vocês [...]” (Entrevistado mediador quilombola M), se referindo a mim, como mediadora técnica, em detrimento do desenvolvimento de capacidades e habilidades sociais dos seus mediadores quilombolas, os quais, ao colocarem-se em uma condição de não-saber, de não ter, não se avaliam com capacidade de, desejando apenas produzir, vender e receber, ou submetendo-se a representações e participações instrumentais e formais, acabam por submeterem-se ao controle formal e simbólico de especialistas, centralmente mediadores técnicos e sociopolíticos, tal como nos alertara Bourdieu (2011) e Weber (1978).

Tal como abordado por Bourdieu (2011), Weber, (1978) e também Neves (2008) e Souza (2012) para esse caso estudado, compreendi que na relação de mediação entre quilombolas e mediadores técnicos e sociopolíticos (expertos ou especialistas em burocracia), os saberes técnicos, agrícolas, burocráticos ou mesmo políticos, assimilados por mediadores profissionais, são compreendidos pelos quilombolas, mediadores ou não, como algo superior aos saberes e conhecimentos deles próprios. Uma desqualificação e negatividade de si mesmos, que se ajusta ao padrão de dominação legal e simbólica do grupo, reproduzidos pelas estruturas institucionais de mediação técnica e sociopolíticas.

Aos técnicos é conferida a confiança ou a desconfiança, nele são depositadas as esperanças de resolução de seus problemas, principalmente sociais, políticos e administrativos, expectativas estas que podem ser absorvidas ou questionadas pelos mediadores profissionais, porém, predominantemente e historicamente, assimiladas e reproduzidas por eles nesse município.

A mesma visão de mundo e *ethos* de delegação de esperanças e responsabilidades políticas que esses grupos estabelecem historicamente com os políticos locais, é acionada na relação de mediação com os técnicos, ganhando novos contornos, sentidos e significações.

Os quilombolas do Córrego das Moças - mas não somente eles, de outras comunidades também (não todas) - atualizam representações pretéritas vinculadas a uma cultura política clientelista, como meio de compreensão e de ação diante da inserção e atuação de técnicos extensionistas, tal como exposto nessa narrativa de um deles:

Entrevistado mediador técnico. G.: [...] quando eu cheguei aqui e o X chegou para mim, G. aqui você tem que conhecer a identidade cultural deles, foi a primeira coisa que eu fiz, eu não vim aqui ensinar ninguém, eu vim aqui aprender com vocês [...], [...] e com isso eu fui me incluindo [...]. [...] eu digo você tem o direito de querer isso, só que você tem que me pagar por isso, não é deixar os outros, eu G. da Emater vou batalhar por você. Eu te ensino os caminhos para você ir atrás, agora quem tem que correr atrás é você, então eu digo isso para eles, e eles já acham uma grande coisa. Que as pessoas vem, falam, falam, mas nunca ensinam para eles um caminho para eles conseguirem as coisas, ou nunca dizem, manipulam[...].

Entrevistado mediador técnico G: políticas públicas, o político chega lá, quer voto dos caras e diz assim oh: eu vou batalhar para conseguir para vocês isso...

P: quando o senhor veio para cá sentiu isso, a campo essa coisa está na cabeça deles?

Entrevistado mediador técnico G: sim, aqui se você for conversar eles, eles não podem falar mal do prefeito, mesmo que não gostem do prefeito eles não falam mal, [...] [porque] se tem alguém dentro da comunidade que é amigo do prefeito vai lá oh, fulano falou mal de vocês, eles acham que vão ser excluídos.

A reprodução social dessas representações pelos quilombolas de modo cotidiano, as quais positivam e colocam em posição de superioridade saberes técnicos e posições e cargos políticos assumidos em nível local e regional, desqualificando e constringendo as suas capacidades e potenciais cognitivos e sociais, político-organizacionais, tem iniciado a constituição de um processo de deslocamento étnico-racial e social no processo global do PAA, que desvincula os mediadores quilombolas do Córrego das Moças do processo de capacitação e condução do PAA em Adrianópolis, o qual vem sendo assumido efetivamente por mediadores populares não quilombolas participantes do Projeto e por mediadores profissionais.

Tal deslocamento promove a constituição de grupos de especialistas cultural e hierarquicamente situados, com relação aos quilombolas, compreendidos, estes últimos, como fornecedores, meramente restritos a essa função, situação que assegura aos mediadores profissionais a persistência de suas posições e cargos como tais, conferindo legitimidade à dominação legal, de forma análoga ao que Neves (2008) analisou e descreveu em seu estudo. Isto constringe a participação e o desenvolvimento de capacidades e habilidades sociais e cognitivas dos quilombolas, que são mantidos em uma condição de negatização e inferioridade consentida.

É uma forma de dominação legal que se estabelece de modo descentralizado e atomizado, que indissociavelmente se acopla de forma simétrica às estruturas de dominação simbólicas, persistentes no grupo, como meio de viabilizar-se, legitimar-se, sendo até então consentida pelos quilombolas, pela negatização de si, de suas qualidades e potencialidades sociais, políticas e administrativas, manifestas através da delegação de cargos e funções. Esses processos atualizam e reforçam a violência e dominação simbólica étnico-racial, masculina e tradicional (relações patrono-cliente) sob a qual estes grupos estão submetidos ao longo de mais de séculos, como Bianchini (2010) bem nos pode elucidar através de seu estudo, conferindo novos sentidos e significados.

Em síntese, o que pude apreender dos processos organizativos do grupo em relação de mediação com padrões burocráticos, foi que esses processos e encontros acontecem de modo assimétrico e desencaixados, na medida em que não são compreendidos pelos padrões culturais internos do grupo, mas também de modo simétrico, na medida em que se acoplam, conferindo novos sentidos às relações de parentesco, reciprocidade e amizade, bem como aos padrões culturais patriarcais de dominação masculina, e de dominação tradicionais, manifestos na reprodução de relações patrono-cliente. Diante desse contexto, percebi que as mediações e ações sociais dos mediadores profissionais populares do Córrego das Moças tem reforçado tal quadro de dominação legal e violência simbólica, aos quais historicamente o grupo tem se submetido, bem como bloqueado a construção social de processos de participação e capacitação efetivos, capazes de assegurar o desenvolvimento de capacidades, habilidades sociais e cognitivas dos quilombolas, fatores que lhes positivamente enquanto categoria étnico-racial e gênero feminino.

4.4 – Etnogênese, dependência e autonomia

“Antes nós estava esquecido aqui” (Entrevistado mediador quilombola D.C).

A etnogênese, tal como estudada por Arruti (2006), simbolicamente, é compreendida como um processo de viagem de volta, à qual resignifica o passado e assimila o presente, construindo a auto-identificação e traduzindo-se em uma objetivação político administrativa do grupo.

No âmbito do grupo étnico Córrego das Moças, esse processo de etnogênese tem sido possibilitado a partir de seu reconhecimento legal e social como Comunidade Remanescente de Quilombos, conferindo a possibilidade de inserção desse grupo em políticas públicas específicas e ampliadas, voltadas às Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Nutricional, constituindo o tecido social sob o qual tem se assentado a participação desse grupo no PAA.

Como Programa oriundo do processo de reconhecimento legal e social desses grupos como remanescentes de quilombos, tal como vim até então descrevendo e analisando ao longo desse estudo, o PAA promove mudanças e adaptações nesse contexto de etnogênese, contribuindo de diferentes formas, alterando as relações de dependência e autonomia desses grupos frente a si mesmos, a instituições e mediadores externos.

Buscando compreender tais relações, objetivo nesse último item, compreender como o PAA tem influenciado na construção social do processo de etnogênese desse grupo social, buscando enfatizar os olhares e interpretações do grupo e de mediadores populares quilombolas a respeito de como esses quilombolas se veem e como se percebem e se analisam inseridos nesse processo social, em relação com o processo de etnogênese dessa comunidade.

Quando indaguei o que significa, para eles, ser remanescentes de quilombos, predominaram representações e narrativas, mais ou menos homogêneas, que em sua globalidade, destacaram o medo e a desconfiança inicial que sentiram em assumir tal denominação, e seu acolhimento progressivo, à medida em que começaram a participar das políticas públicas inscritas no âmbito do Programa Brasil Quilombola, da participação em eventos de discussões étnico-raciais e, posteriormente, através de sua inserção no PAA, passando a construir e enfatizar narrativas próprias, assimiladas e adaptadas às suas condições locais, enfatizando a positividade de seu perfil camponês, trabalhador, de pessoas boas, vinculadas àquele território, à sua negritude ou morenidade³³, ao orgulho de serem o que são e como são, e o sofrimento de seus antepassados, tal como expresso nessa narrativa construída por uma das entrevistadas:

Pesquisadora: [...] O que significa ser quilombola para ti?

Entrevistado quilombola. O: ser quilombola para mim porque eu já vim de uma raça negra, e devido aos meus avós paternos eles vieram de uma descendência muito sofrida né, sofrida, essas coisas assim e vendo os antecedentes deles morrerem, então no começo a gente se sentia uma pessoa meio oculta, tinha medo, que a maioria diz não ser quilombo, porque tem medo da reação que pode ser mais lá na frente.

Pesquisadora: como assim?

³³ Muitos deles autodenominam-se como morenos e não como negros.

Entrevistado quilombola. O: porque na época os quilombos sofreram muito. Então hoje, as pessoas têm medo de passar os mesmo sufoco, os mesmos sofrimentos que os antepassados sofreram. Porque os antepassados da gente foram judiado pelos brancos, que daí eles eram os escravos, eles trabalhavam para os brancos ter as coisas boas deles dentro de casa, sua boa casa, comida, e em troca os quilombos tinham que viver amarrados, açoitados, estavam doente, tinham que trabalhar, daí o que aconteceu, devido ao sofrimento dos antigos os mais novos tiveram medo.

Entrevistado quilombola. O: teve medo, todo mundo teve medo, todo mundo sentiu medo.

Pesquisadora: o que eles pensavam?

Entrevistado quilombola. O: eles pensavam que iam voltar ser escravo como os antes deles eram. E teve muitos que não aceitou ser quilombo por medo de acontecer o que aconteceu antes, mesmo sendo raça negra.

Pesquisadora: mas mudou a forma como as pessoas veem essa questão hoje?

Entrevistado quilombola. O: [...] a gente vê que mudou bastante, não é como as pessoas pensavam, então a gente vê que foi um susto que a turma tomaram mas que depois eles viram que não era.

Pesquisadora: e você acha que o PAA está ajudando a fortalecer essa identidade, o que vocês consideram como quilombola?

Entrevistado quilombola. O: eu acho que está ajudando bastante.

Pesquisadora: por que, como?

Entrevistado quilombola. O: ajudando bastante, porque a gente tem a defesa da gente, que acha que chega os momentos que a gente acha que vai ser pisado, eles defendem a gente, e que a gente pode vender as coisas da gente que a gente é uma pessoa livre.

Esta narrativa expressa esse movimento de sair-se da situação de “ocultismo”, invisibilidade social, para uma condição de visibilidade, como compreendida por Leite (1991), facilitada pelo processo de reconhecimento e de inserção sua nas políticas públicas, dentro das quais, a participação deles no PAA, é assimilada como um movimento que contribui positivamente para a continuidade desse processo de visibilização social e objetivação político-administrativa, na medida em que os quilombolas saem da comunidade, e que outros vem lhes ver, conhece-los e apoiá-los. De acordo com os estudos de Gomes Jr. e Costa (2008) e de Arruti (2006), compreendo que essa etnogênese promove a saída de um estado de esquecimento público e social, de invisibilidade, sendo alterada por um processo de se fazer conhecer e de participar.

Outra narrativa de um dos entrevistados enfatiza a importância que a participação deles no PAA tem tido no sentido de capacitá-los para enfrentarem preconceitos e representações simbólicas de dominação historicamente construídas na região a respeito dos negros, dando ênfase ao seu orgulho negro, e à disposição social do grupo em assumir tal denominação, como categoria não somente jurídica ou política, mas constitutiva de sua identidade cultural e social:

Entrevistado quilombola. S: eu acho que só evoluiu, desde o começo, só evoluiu, eu acho que está só ficando bom mesmo.

Pesquisadora: [...] tu se considera um remanescente de quilombo e o que isso significa para ti?

Entrevistado quilombola. S: eu acho que sim.

Entrevistado mediador quilombola DC: fala assim, eu me sinto orgulhoso!

[...]

Entrevistado quilombola S.: tem que ser orgulhoso, porque até no começo... eu lembro que quando eu comecei no começo no caminhão teve muitos preconceitos.

Pesquisadora: como assim?

Entrevistado quilombola S: é do pessoal falar assim oh quilombola, querendo tirar uma gracinha.

Pesquisadora: quem, aqui mesmo, da cidade?

Entrevistado quilombola. S: é aqui da cidade mesmo, de Porto Novo, pessoal tipo amigos, pessoal conhecido da gente, mas não pessoa que participasse.

Pesquisadora: mas você identificava que no começo, quando começou essa discussão das comunidades quilombolas tinha esse preconceito?

Entrevistado quilombola. S: a, sempre teve, tipo assim, preconceito, sei lá como é o coração das pessoas, mas tipo assim, tirar uma gracinha, que as vezes ele chamar a pessoa de quilombola, meio que para tirar um sarro. Isso eu ainda, a pessoa fala está brincando, mas as vezes coisa que não tem nada a ver, a pessoa fala: oh quilombola.

Pesquisadora: tá, mas o que significa ser quilombola para ti?

Entrevistado quilombola S.: ah ser quilombola é um orgulho, orgulho bom, porque hoje a gente está sendo valoroso, o pessoal está reconhecendo o valor dos quilombos. É um orgulho.

Pesquisadora: dentro disso que tu me falou, você acha que o PAA está contribuindo para construir essa identidade como quilombola, desse orgulho?

Entrevistado quilombola S.: bastante, ajudou e ajuda, continua evoluindo, para a favor disso daí, acho que tem gente que nem se considerava remanescente de quilombo, hoje através do PAA fala para qualquer um que ele é um remanescente de quilombo, porque na verdade a força foi do PAA, bastante.

Ainda, outras narrativas se reportam e reafirmam, na execução do PAA, elementos constitutivos de sua condição organizacional local, enfatizando que a participação social deles nesse Programa tem contribuído com o reforço de laços de reciprocidade, parentesco e união do grupo, construindo uma auto-identificação coletiva como grupo social, vindo a assumir-se como a comunidade remanescente de quilombos Córrego das Moças:

Pesquisadora: o que quer dizer quilombolas para vocês?

Entrevistado quilombola T: é que eles são todos unidos né, uma família tudo unido.

Entrevistado quilombola I: eles são tudo unidos. Nós vivemos unidos, quando um vai colher verdura, um avisa o outro. Um vai para um lado, outro vai para outro, daí na hora de amarrar, todo mundo amarra, olha a hora, está amarrando o dela, e eu já corro e vou amarrar o meu também.

Unidos no sentido de que a maioria dos moradores, hoje, está participando do PAA e realiza atividades cotidianas conjuntamente ou em família envolvendo a dinâmica do Programa, o que leva alguns a se considerarem quilombolas também por estarem “no meio”, entregando junto com os demais, participando do processo coletivo, assumindo também essa auto identificação:

Pesquisadora: [...] eu queria saber o que a senhora acha da comunidade ser remanescente de quilombos, se a senhora acha que também é uma quilombola e o que isso quer dizer.

Entrevistado quilombola. LU: eu quero dizer que eu sou, porque eu estou incluída no meio, eu digo que eu sou quilombola.

Pesquisadora: por que? O que isso quer dizer para ti?

Entrevistado quilombola. LU: eu quero dizer porque estou no mesmo tempo, vendendo para a turma dos quilombolas, trabalhando na mesma área deles [...].

A dinâmica organizacional formal burocrática instituída na comunidade para operacionalização do PAA, associada às demais dinâmicas organizacionais do grupo, centralmente vivenciadas a partir do processo de reconhecimento legal desta como remanescente de quilombos, embora constranja a construção social e assimilação de outros saberes, segundo os quilombolas, tem atuado no fortalecimento da união do grupo, os quais tem passado a se perceberem que “[...] estão mais unidos [...]” (Entrevistado quilombola. LI).

Estes processos têm atuado de modo decisivo na forma como os membros da comunidade, aos poucos, passam a se perceber, a serem percebidos, interpretados e abordados pela população local, municipal e estadual, bem como pelo Poder Público local:

Pesquisadora: vocês percebem que deu diferença do jeito que as pessoas tratam vocês depois que vocês começaram participar da associação, dos programas, das políticas públicas?

Entrevistado quilombola IV. ah cem por cento, muita diferença, nós somos muito mais bem atendidos, nossa.

Embora imersos em contextos sociais historicamente preenchidos por relações políticas clientelistas, de trocas de favores e de negligenciamento permanente do poder público municipal, estadual e nacional às suas demandas sociais, econômicas, culturais e políticas, reproduzindo quadro de dominação e violência simbólica, os quilombolas percebem diferenças, mudanças nesses padrões culturais arraigados historicamente.

A partir do momento em que se auto-identificaram, que foram sendo reconhecidos publicamente como Remanescentes de Quilombos, que diversas agências públicas estatais e não-governamentais passaram a atuar na região. Então esses sujeitos sociais passaram da condição de esquecidos, de ocultos, para a condição de minorias étnicas visibilizadas. A partir daí, a forma como passaram a ser percebidos e recebidos pelo poder público municipal tem se alterado, quiçá, podendo gerar fricções com os padrões políticos culturais tradicionais e clientelistas estabelecidos historicamente nesses contextos.

Os quilombolas participantes do PAA no Córrego das Moças não veem a sua participação no Programa como uma relação de mudanças ou ampliação de formas dependência, entendidas como relações opressoras que constroem a autonomia relativa dos camponeses, como compreendidas por Ploeg (2008). Estas, manifestas, por exemplo, na

atualização de relações de dependência e subordinação patrono-cliente ou na emergência da dependência do grupo frente a mediadores especialistas em burocracia, tecnoburocratas ou ainda em práticas políticas clientelistas.

Eles compreendem a sua participação nesse Programa como algo positivo, que está potencializando seu processo de etnogênese e autonomia relativa, pois o PAA tem assegurado melhores condições, principalmente econômicas, de reprodução social de sua condição camponesa. Para Ploeg (2008, p. 48):

O campesinato representa basicamente uma *luta constante por autonomia* ou busca pela “liberdade dos agricultores” [...]. Essa liberdade [...] implica dois tipos de relações: um tipo que assegura (pelo menos relativamente) que o camponês esteja livre *de* relações agressivas de exploração e submissão, e outro que consiste na liberdade *para* agir de tal forma que a agricultura corresponda aos interesses e aspirações dos produtores envolvidos. [...] A autonomia [...] não deve ser entendida como uma categoria negativa, que não é condicionada por ninguém. Pelo contrário, me refiro à autonomia relativa, ao espaço de manobra, tal como definido por Long (1985), que consiste em uma constelação em que a responsabilidade e a condição de agente se manifestam (PLOEG, 2008, p. 48).

De acordo com os padrões culturais, representações e práticas do grupo, o PAA tem significado ampliação desse espaço de manobra econômica, que permite aos participantes obterem uma renda extra, complementar o orçamento familiar, a qual representa, principalmente às mulheres e jovens, redução do seu quadro de dependência financeira com relação a seus maridos e pais, elemento econômico que pode gerar alterações nos padrões tradicionais do grupo e das famílias, contribuindo com a ampliação de sua autonomia relativa, diante de quadros opressores de reprodução social de padrões de dominação masculina e patriarcal. A dominação masculina, tal como compreendida por Bourdieu (2005), sofre, nesse caso ainda que pequenas, significativas alterações, na visão das mulheres, na medida em que elas conseguem ampliar sua condição da autonomia financeira relativa frente a seus esposos.

A dependência de recursos (terra, insumos) de fazendeiros locais, mantidas pela atualização resignificada de relações patrono-cliente, tomando-se como conceituações as elaborações de Wolf (2003), não são vistas como relações de dependência, mas sim de trocas, de solidariedade e bondade dos fazendeiros para com eles. Eles lastimam, em grande medida, a escassez principalmente do fator de produção terra, para a ampliação da produção para venda no PAA, mas em momento algum questionam ou buscam construir alternativas a essas formas de dominação e dependência tradicionais, como por exemplo, luta política por regularização fundiária de suas terras quilombolas:

Entrevistado quilombola I: [...] cada um tem um espacinho. Daí na hora da colheita, tudo colhe.

[...]

Entrevistado quilombola I: é um acanhamento, um tem um pedacinho, outro tem outro, e nós ficamos contentes ainda, que nós plantamos um pouquinho.

Entrevistado quilombola I: [...] cada qual tem seu capão.

Quem visualiza processos de dependência, a partir da inserção desse grupo no PAA, principalmente política e administrativa/burocrática, são alguns mediadores populares quilombolas, um deles interno e outro externo, e também alguns mediadores técnicos diretamente e transversalmente envolvidos na execução do PAA no município, os quais, por não estarem direta e cotidianamente envolvidos na execução e condução do PAA, acabam por não influenciar de maneira significativa a reprodução e fricção dessas atuais representações que os quilombolas tem produzido acerca de como se veem inseridos no PAA.

O mediador interno, ao mesmo tempo em que reconhece a positividade econômica do Programa, compreende que nesse momento a participação da comunidade no PAA está sendo preenchida por certo grau de comodismo. Tal situação, segundo ele, deve ser ultrapassada, otimizando-se possibilidades capitalização social, econômica e política das famílias em outros Programas e Políticas Públicas, bem como para além delas, enfatizando a importância de aquisição de infraestrutura própria, e a formação social de lideranças comunitárias, mediadores sociopolíticos quilombolas, etc. Isso, segundo ele, faz-se necessário para que a comunidade construa condições de ampliação e qualificação de sua autonomia relativa:

Entrevistado mediador quilombola M: se você for ver até nos comentários, que vai lá vem cá, mexe com o quilombo, porque, eu estou dizendo não tem liderança, não tem a comunidade inteira em peso ali, vai beneficiar os outros não tem problema, ninguém está aí, mas como tem, a liderança do quilombo, ela convoca o pessoal, pode convocar o pessoal para ir até o prefeito, como líder, vai com uma força a mais. Mas está parado [...].

[...]

Entrevistado mediador quilombola M: percebe ali quando solta a ripa [nas reuniões mensais da comunidade], [...] estou sentindo que tem a produção aí, já passou do comodismo, se não abrir o olho, tudo nós depende de prefeito, o que vai acontecer é que nós temos que caminhar com as nossas próprias pernas [...]

Pesquisadora: e o que fazer para que isso não aconteça?

Entrevistado mediador. M: ai vem a moral da história, [...]. Eu sempre digo, [...] tem que ter uma pessoa que possa liderar isso.

O outro mediador quilombola, externo ao grupo, corroborando com o anterior, também analisa positivamente o Programa, por estar assegurando condições de reprodução social da condição camponesa das famílias inseridas, ampliando sua autonomia econômica relativa. Porém, problematiza o processo de organização social centralizado em curso, frisando a

necessidade da organização e articulação autônoma dos quilombolas em cada comunidade. Ele defende a ampliação da descentralização da condução e execução do Programa nas CRQ's do Vale, e a necessidade da construção social do PAA enquanto um processo pedagógico, capaz de qualificar, organizar e articular os grupos quilombolas, cada qual em sua comunidade, articulados ou não entre si, como imperativos para redução de potenciais dependências materiais, sociais, políticas e administrativas, bem como usos políticos clientelistas que possam vir a sofrer no futuro:

Entrevistado mediador quilombola. A.C.: [...] vamos dizer assim que o que está faltando um pouco mais é a apropriação dos agricultores, apropriação que eu digo assim: aonde eu estou com dificuldade e vem o técnico aqui e me ajuda. [...] o mais importante é a apropriação dos próprios agricultores dos próprios quilombolas. Dizer assim, isso é meu, pertence, isso é eu que tenho que dar conta, eu tenho que fazer, aí é onde eu tenho dificuldade de chamar o técnico vir ajudar.

[...]

Entrevistado mediador quilombola. A.C.: [...] o PAA hoje ele está sendo importante, mas não está sendo pedagógico, não está fazendo esse processo pedagógico ainda, para fortalecer a Associação, para ela ter a sua autonomia.

[...]

Entrevistado mediador quilombola. A.C.: [...] o PAA tem que trabalhar essa questão da autonomia da Associação, das Associações na verdade, que estão existindo aquelas Associações, [...], para que elas façam esse processo pedagógico, para que as comunidades consigam perceber que cada uma delas que está trabalhando localmente. [...] para que a gente possa, cada indivíduo, lá dentro da comunidade, possa entender o processo, [...], para que eu possa fortalecer essa Associação, para que com esse produto que eu estou vendendo, eu consiga ter a estrutura necessária em cada comunidade.

[...]

Entrevistado mediador quilombola. A.C.: [...] porque eu fico preocupado, [...] se alguém, algum grupo pequeno, está coordenando uma cooperativa, de repente surge algum problema com esse grupo, diz assim 'a cooperativa está falindo', se as comunidades não estão preparadas, podem perder todo aquele sacrifício que foi feito, porque não tem ninguém mais preparado [...].

Entrevistado mediador quilombola. A.C.: [...] cada comunidade tem que ter a sua Associação e fazer a sua gestão dentro de cada comunidade, e ela vendo a necessidade de participar, daí ela vai participar dessa cooperativa maior. Porque se vocês resolverem algum, [...], ter algum problema de repente, eu vou usar essas famílias, pode acontecer, porque a família não está preparada para isso. Vou fechar a porta da cooperativa hoje, não vai ter reação nenhuma, porque não estão preparados para gerir essa cooperativa, porque não está entendendo o processo [...]. Então pode acontecer dela fechar a porta e essas famílias nem saber o que está acontecendo de fato, e não sabe nem como cobrar, entende?

Por meio dessa narrativa, este mediador se refere aos riscos de centralização da administração tecnoburocrática da Associação³⁴ por um único e restrito grupo, externo e alheio

³⁴ A Associação é compreendida como um ente jurídico atualmente utilizado para formalização do Projeto de PAA, mas que organizacionalmente, na prática tem englobado em um círculo executivo duas secretárias e um coordenador, estes legalmente responsável pelo Projeto do PAA, subordinados a cerca de 12 conselheiros, quilombolas e não-quilombolas, pertencentes aos conselho gestor, e mais dois membros responsáveis pelas cargas. A Associação possui um estrutura jurídica formal, que responde legalmente ao projeto, com presidente e secretários, mas na prática, quem responde pelas ações do Projeto de PAA é essa estrutura organizacional, fazendo

à compreensão cognitiva dos processos de etnogênese dos quilombolas que estão plantando e vendendo nas comunidades. Ele enfatiza a necessidade da apropriação e assunção do processo pelos quilombolas, no sentido *material* e de infraestrutura; *social*, de disposição à construção de formas efetivas de participação e organização (Souza, 2012); da *capacitação técnica* dos quilombolas para gestão da Associação; e *política*, no sentido da articulação com as demais comunidades, como meios de reduzir riscos e dependência dos agricultores, principalmente em relação à gestão tecnoburocrática externa, mantida por mediadores profissionais contratados pela Associação para essa finalidade, e material, assegurada pela prefeitura.

Por fim, correlacionando-se com tais leituras, há também um outro elemento percebido na dinâmica cotidiana de execução do PAA, e principalmente na reunião do Conselho Gestor em que pude participar. A emergência de uma situação de invisibilização social e política da questão étnico-racial dos negros quilombolas na gestão do PAA, em decorrência da emergência e institucionalização de usos instrumentais da Associação e da categoria Remanescentes de Quilombos.

Na medida em que a apropriação e assunção efetiva dos quilombolas na capacitação, ocupação de cargos e funções de direção nesse processo não acontece, e que ascendem nele mediadores profissionais e populares não-quilombolas, estes mediadores tendem a reproduzir narrativas pertencentes a universos simbólicos homogeneizantes, dissolvendo as especificidades étnico-raciais dos quilombolas participantes do Programa, base social e legal sob a qual tal processo se efetiva. Essa configuração gera, em decorrência, a reprodução social e o reforço de usos instrumentais da Associação dos Remanescentes de Quilombos Sete Barras, e dos quilombolas legalmente escolhidos como representantes legais dessa instituição.

Esse processo constrange a promoção de maior autonomia e continuidade qualificada da etnogênese do grupo, reproduzindo, dessa forma, representações de dominação e violência simbólicas presentes na região, de modo que desabafos de mediadores quilombolas dirigentes legais começam a aparecer da seguinte forma: “[...] é, eu só sirvo para assinar papel mesmo [...]”, “[...]quando nós vamos em outras reuniões, é primeiro os quilombolas que falam, aqui não” (Entrevistado mediador quilombola D.C, anotação de caderno de campo, agosto de 2013). Em síntese, quanto aos processos de auto-identificação, o PAA tem favorecido a positividade da assunção de tal denominação, influenciando na produção de narrativas próprias do grupo,

com que, nas representações que vem sendo construídas na localidade atualmente, a Associação seja entendida como esse processo organizacional cooperativo produtivo e comercial dos agricultores familiares de Adrianópolis, agremiando quilombolas e não-quilombolas, e não como um processo organizativo dos quilombolas e das CRQ's que fazem parte legalmente da representação formal do Projeto, ou seja, Córrego das Moças e Sete Barras.

que lhes qualificam como quilombolas, trabalhadores daquela terra, negros, morenos e orgulhosos, contribuindo também como a qualificação de processo de melhorias na condição de autonomia relativa camponesa, de gênero e geracional. Já na objetivação político administrativa, em parte, o PAA tem contribuído, através da visibilização social dos quilombolas, como agricultores camponeses, com demandas específicas, começando a sair da condição de ocultos e esquecidos, para emergirem à condição de beneficiários de políticas públicas. Por outro lado, esse processo depara-se constantemente com a persistência da reprodução social de formas de dominação tradicionais, clientelistas, e simbólicas acopladas à dominação legal, homogeneizantes da condição étnico-racial do grupo, fatores constrangedores da ampliação de sua autonomia étnico-racial e objetivação político-administrativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração dos quilombolas do Córrego das Moças ao PAA, em nível familiar de desenvolvimento de sistemas de produção e divisão social do trabalho, tem gerado alterações significativas somente nos sistemas de produção de hortas, possibilitando a integração de saberes, práticas, conhecimentos ecológicos e convencionais de produção, não gerando alterações significativas nos demais sistemas produção tradicionais, tais como roça de milho e feijão, bananais e pastagens.

A assunção desse plantio para venda de hortaliças para o PAA tem gerado, além de mudanças técnicas, alterações nas representações e papéis historicamente assumidos por homens, mulheres e jovens na unidade de produção doméstica, podendo, em alguns casos, promover fricções nos padrões culturais de dominação masculina, por vezes, inserindo esta força de trabalho nesta atividade, e por outros, ampliando aspectos de autonomia feminina e juvenil frente a pais e maridos, principalmente econômica.

Economicamente e comercialmente, a integração dessas famílias camponesas ao PAA tem assegurado um complemento de renda mensal no orçamento familiar, o qual tem contribuído com a manutenção e reforço do equilíbrio mínimo da unidade de produção. Tal acontecimento é acompanhado da assimilação assimétrica e conflitiva de padrões burocráticos de rotinização, padronização e legitimação da comercialização Público Estatal desses alimentos.

Os quilombolas compreendem o PAA como um mercado convencional, acionando categorias de compreensão do fenômeno cognoscíveis a seus universos simbólicos. Tal qual vivenciavam e compreendiam outras relações mercantis convencionais, compreendem e se relacionam com o PAA, com a novidade, diferença, de que com este, necessitam erigir um processo formal burocrático como mecanismo de acesso e legitimação legal de sua participação nesse Programa.

Para tanto, ao se inserir nesse Programa, esses sujeitos assimilam de forma assimétrica os padrões normativos e reguladores da produção, processamento e comercialização burocráticos, exigidos pela CONAB. São ajustes técnicos, produtivos e comerciais externos, macroestruturais, que vão sendo assimilados e trabalhados pelos acontecimentos específicos e cotidianos vivenciados pelo grupo, sendo adaptados aos parâmetros e condições naturais, técnicas, tecnológicas, sociais e econômicas internas. Processos de “mão dupla” onde, ao

mesmo tempo em que os quilombolas assimilam padrões burocráticos, lhes alteram e adaptam às suas condições locais, imprimindo na execução dessas normativas, perspectivas de seu *ethos* e visões de mundo, mesclando-se e resignificando relações de parentesco, amizade, reciprocidade e vizinhança, como mecanismo de viabilização das demandas operacionais e burocráticas do Programa.

Internamente, no âmbito do grupo, para que consiga desenvolver mecanismos eficientes execução das normativas legais, formais, burocráticas, a racionalidade burocrática do PAA, ancora-se e encontra locus de sustentação, em relações pessoais de parentesco, amizade e reciprocidade historicamente desenvolvidas pelo grupo. Longe de eliminar relações pessoais, baseadas em amizade, parentesco e reciprocidade, a burocracia associa-se, sobrepõe-se a esse padrão cultural do grupo, operação protagonizada pelos quilombolas, como mecanismo de viabilização da execução das normas legais demandas pelo Programa. São padrões organizacionais que sobrepõem-se, ajustam-se à medida do necessário e viável a cada qual. Tal movimento resignifica valores, comportamentos e prática do grupo, associando-se à novos valores, comportamentos e práticas, assimiladas da racionalidade burocrática do Programa.

Além disso, a racionalidade burocrática de legitimação público estatal da operacionalidade do PAA nesta comunidade é assimilada por esses grupo de forma predominantemente subordinada e conflitiva, demandando, para que seja efetivada, tempo de ajuste, adaptação e acomodação interna. Processo que somente pode se viabilizar através da sobreposição entre os padrões culturais de dominação legal, padrões de dominação tradicionais e masculina historicamente acumulados e reproduzidos pelo grupo.

Nesses processos, os mediadores profissionais e quilombolas têm cumprido papel significativo na articulação entre macroestruturas público estatais de dominação legal, centralmente entre a CONAB e os agricultores restritos à condição de fornecedores de alimentos. Atuando como amálgamas, conectores, articuladores entre sujeitos, visões de mundo, *ethos*, saberes, práticas, conhecimentos e linguagens, os mediadores contribuem para a assimilação e transmissão do padrão cultural burocrático pelo grupo, e também nas fricções elencadas pelo grupo com estes padrões legalmente exigidos. São processos que envolvem visões de mundo, *ethos*, saberes e poderes constantemente em disputa, por legitimação de si, de sua instituição, de suas visões de mundo e de seu *ethos*.

Esta categoria social de mediadores técnicos e sociopolíticos emerge nesse processo, e aos poucos consolida-se como um corpo de especialistas, expertos em burocracia, detentores

dos saberes, práticas e conhecimentos burocráticos necessários ao cumprimento objetivo das exigências legais da execução do Projeto.

Aos quilombolas, cuja ação social limita-se principalmente à representação formal de cargos na Associação da Comunidade Remanescente de Quilombos do bairro Sete Barras, e à função de fornecedores de alimentos, não assimilando novos saberes, práticas e conhecimentos tecnoburocráticos, resta o depósito de confiança pessoal ou de desconfiança nos mediadores técnicos e sociopolíticos.

A delegação de cargos políticos, de direção e coordenação estratégica do Projeto pelos quilombolas a outros mediadores, bem como a constituição de formas de representação e de participação instrumental e não efetivas em cargos e reuniões, tem gerado bloqueio e constrangimento da construção social de formas de participação social e de metodologias de organização e de direção estratégica efetivas, promotoras da ampliação e qualificação das capacidades, habilidades sociais, cognitivas, subjetivas, etc. dos quilombolas, centralmente das mulheres quilombolas inseridas no Programa, frente aos demais grupos de agricultores familiares participantes desse Projeto de PAA em Adrianópolis, bem como frente às instituições e demais mediadores externos com os quais tenham contato.

O que pude coletar de informações sobre a participação dos quilombolas no PAA por meio dos vídeos premiados da CONAB em 2012, é que o Programa aparece como sendo um importante instrumento de construção de processos de autonomia relativa e etnogênese desses grupos. Porém internamente, no Córrego das Moças, sob o âmbito étnico-racial e organizacional, o processo se inverte, na medida em que os quilombolas tem encontrado diversas dificuldades para conseguirem se apropriar, assumir e se assumirem nesse processo, podendo ser novamente invisibilizados pela emergência e dominância de narrativas homogeneizantes, que atualizam representações de violência e dominação simbólicas, as quais constroem seus processos de objetivação político-administrativa e de construção de autonomia relativa.

No entanto, sob o olhar dos quilombolas do Córrego das Moças, por contribuir com a manutenção e melhoria de suas condições de vida, de seus *ethos* camponês, o PAA tem contribuindo sobremaneira com a construção de sua auto-identificação como Remanescentes de Quilombos, isso ocorre na medida em que esse Programa oferece-lhes uma possibilidade de mercado, a qual assegura melhores condições de reprodução social de suas condições camponesas, o que é visto como positivo, como elemento e que contribui positivamente com os seus processos de etnogênese do grupo.

Porém, a operacionalização do PAA, ao mesmo tempo em que em determinados aspectos, notadamente econômicos, referentes à manutenção e qualificação da condição camponesa desses grupos- contribui com a ampliação e qualificação de processos de autonomia relativa e de auto-identificação, limita a ampliação da construção de autonomia social, política e cultural relativa desses grupos.

Além disso, a inadequação histórica e contextual das atuais normativas exigidas para inserção dos quilombolas nesse Programa, centralmente a DAP, atuam como mecanismo de estrangulamento e bloqueio da qualificação e ampliação da participação social e formal dos quilombolas no Programa, restringindo ainda mais as possibilidades, ainda que limitadas, de construção social de autonomia relativa e etnogênese do grupo, colocando-os novamente em um quadro de invisibilidade política social e étnico-racial.

A simples execução legal do PAA por esses grupos, embora seja significativa diante do quadro histórico de invisibilização e des-envolvimento desses grupos étnicos do acesso a Programas e Políticas Públicas no Vale do Ribeira Paraná, não assegura a qualificação e ampliação de processos de construção de autonomia relativa e etnogênese para além do âmbito econômico, ou seja, da qualificação da condição econômica camponesa das famílias.

Esse processo executivo burocrático assumido pelo grupo, por si só, não capacita para a autonomia social, cultural e política, mas pelo contrário, tem antes se sobreposto e reproduzido formas de dominação tradicionais e, ainda que em partes, lhe promova fricções, além disso, promove a ampliação de formas de dominação do grupo para além dessa dominação tradicional, instituindo formas de dominação e subordinação legais, reforçando quadros de dependência, subordinação e de violência legal e simbólica.

Nesse sentido, considera-se fundamental a associação da execução legal do Projeto ao fortalecimento da organização e capacitação social, cultural, política e econômica dos quilombolas, a partir de suas perspectivas, demandas e necessidades sociais, políticas e culturais, como mecanismos de ampliação dos processos de autonomia relativa e etnogênese do grupo, e de redução de quadros de dependência, subordinação e violência legal e simbólica.

Além disso, considera-se premente a necessidade de que o Estado Brasileiro, no uso de suas atribuições e instâncias legitimamente reconhecidas pela sociedade brasileira, promova processos de ajustes legais nas normativas do PAA, promovendo a construção social de normas e regulamentos flexíveis, ajustados aos contextos e especificidades dos diferentes segmentos de agricultores familiares que constituem a diversidade do campesinato brasileiro, como mecanismo de qualificação e persistência na necessária positivação étnico-racial dos negros,

pretos e caboclos, camponeses brasileiros, bem como com o processo democrático representativo e participativo de construção da Nação Brasileira.

Como construção de agenda de pesquisas, sugiro a realização de outras pesquisas com o mesmo tema e abordagem metodológicas análogas, com a finalidade de poder-se obter um melhor quadro do tema envolvendo outros casos, haja vista a limitada produção acadêmica até o presente momento produzida. Também pesquisas envolvendo reflexões acerca das desconexões entre políticas de promoção da igualdade racial e políticas de desenvolvimento rural, voltadas à agricultura familiar e de regularização fundiária; pesquisas relacionadas à compreensão qualitativa dos processos de burocratização das mediações sociais e às mudanças nos perfis e condições de ação social dos mediadores técnicos e sociopolíticos envolvidos na Extensão Rural junto a esses grupos sociais e outras de perfil agrícola e familiar. E Por fim, pesquisas também pesquisas que tenham como objetivos compreender as relações entre as diversidades e desigualdades constitutivas do campesinato as homogeneizações e exclusões políticas que possam a partir dos processos de institucionalização e burocratização serem gerados.

Embora tenha tecido análises críticas, concluo reafirmando o caráter estruturante do PAA, como importante instrumento de reforço da construção social da condição camponesa, o qual, além disso, tem contribuído, ainda que limitadamente, com a construção de processos de fricção em padrões culturais de dominação tradicionais, podendo tornar-se importante instrumento de construção de processos de autonomia política, social, econômica e cultural, se devidamente associado a outras políticas e programas sociais, bem como principalmente ao fortalecimento da condição de sujeitos dos quilombolas, do fortalecimento de suas organizações sociais representativas e participativas.

Desejo que esse estudo tenha contribuído com a construção social do processo de etnogênese e de autonomia das comunidades quilombolas do Vale do Ribeira Paraná, bem como à promoção da igualdade racial, da compreensão da construção social histórica desse campesinato negro, nascido e reproduzido com base na resistência cotidiana diante às adversidades sociais, políticas e econômicas vivenciadas, bem como, por fim, à construção social de pesquisadores comprometidos com as realidades sociais desiguais de nosso país.

REFERÊNCIAS

ABA(org.). **Prêmio ABA/MDA Territórios quilombolas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de estudos agrários e desenvolvimento rural, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWER, E. C. (Org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 43-82.

ALMEIDA, C., TATAGIBA, L. Os conselhos gestores sob o crivo da política: balanços e perspectivas. **Serviço Social e Sociedade**. S. l., p. 68 – 92. 2012.

ANDRADE, T.; PEREIRA, C. A. C.; ANDRADE, M. R. O. **Negros do Ribeira: reconhecimento étnico e conquista do território**. São Paulo: ITESP, 2000.

ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: EDUSC, 2006.

ASSOCIAÇÃO DOS REMANESCENTES DE QUILOMBOS DO BAIRRO SETE BARRAS. **Propostas de Projetos de PAA modalidade CPR doação simultânea**. Adrianópolis. Documentos internos. S. l.

BANDEIRA, M. L.; DANTAS, T. V. S. Furnas de Dionísio (MS). In: O'DWER, E. C. (Org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 213-254.

BARTH, F. Los grupos étnicos y sus fronteras. Introducción. **Organización social de las deferencias culturales**. Introducción. FEC. México, D. F, 1976, p.9-49. Disponível em: http://docencia.izt.uam.mx/sgpe/files/users/uami/lauv/Barth_intr_Los_grupos_eticos_y_sus_fronteras.pdf. Acesso em: 31 de mai. 2013.

BARÉ, J. F. A Antropologia e as políticas de desenvolvimento: algumas orientações. **Antropolítica**. Niterói, n. 17, p. 99-121, 2. sem. 2004.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BIANCHINI, V. **O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira – Paraná**. 2010. 413f.

Tese. (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 4ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____ **O poder simbólico**. 15ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. Lei 10.696/2003, de 02 de julho de 2003. Dispõe sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural, e dá outras providências.

Presidência da República e Casa Civil. 2003. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm>. Acesso em 15 de mai. 2013.

_____ Companhia Nacional de Abastecimento, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar: renda na mesa de quem produz e comida na mesa de quem precisa. **Cartilha do PAA**, Brasília, 2010.

_____ Ministério do Desenvolvimento Agrário. **PAA recursos aplicados MDA e MDS de 2003 a 2010 – todas as modalidades**. 2012. Disponível em:

<<http://www.mda.gov.br/portal>>. Acesso em 23 de outubro de 2012.

_____ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Segurança**

Alimentar: Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. 2013. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da-agricultura-familiar>>. Acesso de 20 de mai. 2013.

_____ Ato das disposições constitucionais transitórias. Art. 68º. Disponível:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm#adct . 2013b. Acesso em 14 de jul. de 2013.

_____ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

CAMPOS, S. M. M. **Teorias marxistas e weberianas sobre o Estado**. Trabalho Programado Preliminar. (Curso de Pós Graduação) – Universidade de São Paulo/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, set. 2001.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 11ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

CANTO, A. C. **Quilombos e a materialização de direitos através das políticas públicas: um estudo sobre o recanto dos evangélicos**. 2008. 144 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

CARNEIRO, M. J. (coord.) **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ. 2012.

CARRIL, L. F. **Terras de negros no Vale do Ribeira: territorialidade e resistência**. 1995. 211f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 1995.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.

CONAB. Vídeos premiados do PAA. **Prêmio PAA na tela**. Brasília, 23 de novembro de 2012. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/PAA_videos.php?a=1412&t=2>. Acesso em 18 mai. 2013.

_____. **Manual de Operações CONAB**, 2013. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>>. Acesso em 20 de mai. 2013.

_____. Título 27 – compra direta da agricultura familiar –CDAF, comunicado CONAB/MOC N.º 009, de 16/05/2013. 2013a. **MOC – Manual de Operações CONAB**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/moc.php>>. Acesso de 20 mai. 2013. p. 01-03.

CORADIN, C. Relações de trabalho no monocultivo de pinus em Adrianópolis- PR. In: XVII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 2012, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: SEP, 2012. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigos/download?id=1897&title=rela%C3%A7%C3%B5es+de+trabalho+monocultivo+de+pinus+em+adrian%C3%B3polis++paran%C3%A1+>>. Acesso em 20 de dez. 2013.

BRESSER PEREIRA, C. L. A reforma do Estado nos anos 1990: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova**, S. l. n. 45, 1998. p. 49-95.

CROZIER, M. **O fenômeno burocrático: ensaio sobre as tendências burocráticas dos sistemas de organização modernos e suas relações, na França, com o sistema social e cultural**. Brasília: editora da Universidade de Brasília, 1981.

DELGADO, G. C et al. **Avaliação do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar**. (Texto para discussão, 1145). Brasília: IPEA, 2005.

DESER. **Validação de tecnologias e processos alternativos de gestão da sustentabilidade do desenvolvimento em ambiente temático multicomplexo: pobreza, meio ambiente, povos e comunidades tradicionais.** Curitiba: DESER, 2008.

FEC-UFF et. al. **Avaliação Diagnóstica: Acesso das Comunidades Quilombolas aos Programas do MDS [Sumário executivo].** Brasília: MDS, 2009.

FERNANDES, R. C. (coord.) et. al. **Comunidade de Remanescentes de Quilombo João Surá.** Relatório Antropológico. Curitiba: [s.n.], 2007.

FERREIRA, A. C. **Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro.** 2007. 420 f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

FIDELIS, L. M. Quilombos, agricultura tradicional, agroecologia: o agroecossistema do quilombo João Surá sob a ótica da sustentabilidade. **Cadernos CERU.** Série 2, v. 22. p. 57-72, jun. 2011.

_____ ; et. al. Povos remanescentes de quilombos e suas terras tradicionalmente ocupadas: uma reflexão sobre terra, quilombos e legislação agrária. In: VIII CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 2010, Porto de Galinhas.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia.** Editado por Paz e Terra, licenciado gratuitamente para ANCA/MST. 2004.

_____ **Extensão ou comunicação!** 8ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. **Quilombola.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/quilombola/>>. Acesso de 20 de set. de 2013.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas.** 1ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

_____ Os usos da diversidade. In: GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia.** Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.p. 68-85.

GLIESSMAN, S. R. Agroecologia e agroecossistemas. [S. l.] **Ciência e Ambiente.** n. 27. p. 107-120 Jul./dez. 2003.

GOMES Jr., J; SILVA, G. L.; COSTA, P. A. B. (org.) **Paraná Negro**. 1ed. Curitiba: PROEC, 2008.

GRISA, C. Desenvolvimento local, políticas públicas e meios de vida: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre. 2009a. **Anais...** Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/105.pdf>>. Acesso em 23 mai. 2013.

_____; et. al. O Programa de Aquisição de Alimentos(PAA) em debate: apontamentos e questões para debate. **Retratos dos Assentamentos**, Araraquara, n. 13, p. 137-170, 2010.

GTCM. **Relatório do Grupo de Trabalho Clovis Moura: 2005-2010**. Curitiba: GTCM, 2010.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. 8ed. São Paulo: edições Loyola. 1999.

HOFBAUER, A. Branqueamento e democracia racial – sobre as entranhas do racismo no Brasil. In: **Por que “raça”?** breves reflexões sobre a ‘questão racial’ no cinema e na antropologia. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007. Cap. 06, p. 151-188.

HORKHEIMER, M. **Eclipse da razão**. São Paulo: Centauro, 2002.

INCRA. **Quilombolas**. Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em 20 de set. de 2013.

IPARDES. **Diagnóstico socioeconômico do território Ribeira**: estado do Paraná. 1º fase, caracterização global. Curitiba: IPARDES, 2007.

ITCG. **Terra e Cidadania**: terras e territórios quilombolas. (Grupo de trabalho Clovis Moura, relatório 2005-2008). Curitiba: ITCG, 2008.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnografia**, v.4, n. 02, p 333-354, 2000. Disponível em <http://ceas.iscte.pt/etnografica/docs/vol_04/N2/Vol_iv_N2_333-354.pdf>. Acesso em 09 de set. 2011.

_____. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. **Textos e Debates**. Ano 01, n. 01. p. 05-42. Florianópolis: UFSC, 1991
LEITE, S. **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. 2ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

LIMA, A. C. S. **Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1995.

LIMA, L. N. M. Territórios Kalunga: algumas implicações do processo de afirmação identitária na luta pelos direitos humanos. In: **Caderno de Resumos, II Seminário Internacional Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente**: São Carlos, 2013, p.118.

MAIA, P. O.; FERRANTE, V. L. B. Comunidades remanescentes de quilombos do estado de São Paulo: uma trama de tensões que margeia a invisibilidade. In: **Caderno de Resumos: V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**. Araraquara, 2012. p.132.

MALINOWSKI, B. **Argonautas do pacífico ocidental**. 1ed. São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MALUF, R. S. J. **Segurança Alimentar e Nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARIN, R. A. Quilombolas na Ilha de Marajó: território e organização política. In: MENEZES, E. P. G.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias, construções identitárias e sociabilidades**. Vol. I. Brasília: NEAD, Editora UNESP, 2009. p. 209-250.

MARTINS, J. S. **O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta**. 2ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MATTEI, L. Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção, e composição geral do Programa. **Cadernos do CEAM (UNB)**, v.7, p. 33-44, 2007a.

MELO, A. L. A. et. al. **“Palmas” para o Quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra**. Editora da UFSM, Santa Maria, 2011.

MELO, P. **Análise do chamamento público de projetos 2009: apoio financeiro a projetos de fortalecimento das atividades em Comunidades Quilombolas**. Brasília: NEAD/IICA/MDA, 2009.

MIELITZ NETTO, C.G.A. A política agrícola brasileira, sua adequação e sua funcionalidade nos vários momentos do desenvolvimento nacional. In LEITE, S.P.; PHILIPPE, B. (Org's). **Análise comparada de políticas agrícolas: uma agenda em transformação**. Editora Mauad. Rio de Janeiro, 2011. cap. 07, p. 221-252.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

_____; FIALHO, M.A.V.; SCHNEIDER, S. A inovação institucional e a atuação dos atores locais na implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Rio Grande do Sul. **Cadernos do CEAM**. Brasília, n. 27, p. 45-74, jul. 2007.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros! In: FERNANDES, B. M., MARQUES, M.I.M., SUZUKI, J.C. (Org.). **Geografia Agrária teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211- 270.

_____. “Diferenciação socioeconômica do campesinato”. **Revista de Ciências Sociais Hoje**. ANPOCS, ed. Cortez. 1985. P.220-241.

_____. (Org.) **Desenvolvimento social e mediadores políticos**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

O'DWER, E. C. (Org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

PEREIRA, J. B. B. Trajetória e identidade do negri em São Paulo. In: ZANINI, M. C. C.(Org) **Por que “raça”?** breves reflexões sobre a ‘questão racial’ no cinema e na antropologia. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007. Cap. 03, p. 87-100.

PINTO, G. A. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PLOEG, J. D.V. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POUPART, J. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In. POUPART, J. et. al. **A pesquisa qualitativa**. 3ed. Petrópolis: Vozes, 2012. Parte II, p. 215-253.

QUADROS, D. A. et al. Efeitos da Produção Intensiva de Pinus Sobre a Comunidade Quilombola do Varzeão em Doutor Ulysses/PR. **Resumos do VI CBA e II CLAA**. Revista Brasileira de Agroecologia. v. 4, n. 2. nov. 2009.

QUEIROZ, M. I. P. **Bairros rurais paulistas**: dinâmica das relações bairro rural – cidade. São Paulo: Livraria duas cidades, 1973.

QUEIROZ, R. S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira**: um estudo de antropologia econômica. 2ed. São Paulo: Editora da USP, 2006.

RENK, A. Etnicidade e itinerários de grupos étnicos no sul do Brasil. [S.l. s.n]

ROMANO, J. O. **Política nas políticas**: um olhar sobre a agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

_____. **Política nas políticas**: um olhar sobre a agricultura brasileira. 2007. 352f. Tese. (Doutorado em Ciências) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Seropédica, 2007.

_____; DELGADO, N. G. Os planos municipais de desenvolvimento rural como processos sociais. In: MOREIRA, R. J.; COSTA, L. F.C. **Mundo Rural e Cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 285-302.

RUBERT, R. A.; SILVA, P. S. O acamponesamento como sinônimo de quilombamento: o amálgama entre resistência racial e resistência camponesa em comunidades negras rurais do Rio Grande do Sul. In: MENEZES, E. P. G.; MARIN, R. A. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias, construções identitárias e sociabilidades. Vol. I. Brasília: NEAD, Editora UNESP, 2009. p. 251-274.

SAHLINS, M. **Cultura na prática**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2004.

_____. **Ilhas de História**. Tradução Barbara Sette. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SAHR, C. L. L. et. al. **Geograficidades quilombolas**: estudo etnográfico da Comunidade de São João, Adrianópolis – Paraná. Ponta Grossa: Editora da UEPG, 2011.

SALES, J. O. Quilombos do Vale do Ribeira paranaense: regularização fundiária, mercantilização e expropriação territorial. In: MARQUES, S. M. S., et. al (org.). **Educação**,

cultura e etnia: aportes teórico-metodológicos para a formação de professores. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2010. p. 77-94.

SANTOS, A.; DOULA, S. M. Políticas públicas e quilombolas: questões para debate e desafios à prática extensionista. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, n. 16, p.67-83, jul./dez. 2008.

SAVOLDI, A.; RENK, A. Reconversão cabocla e invenção das tradições. **Revista Grifos**, n. 25, p. 09-32, dez. 2008.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, Agricultura e Pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. n.] v. 18, n. 51, p. 99-121, fev. 2003.

SEPPPIR. **Programa Brasil Quilombola**. Brasília: SEPPPIR, 2004.

_____. **Programa Brasil quilombola: diagnóstico das ações realizadas**. Brasília. Março de 2012.

SILVA, J. S. As comunidades quilombolas e a regularização fundiária no Brasil. In: **Caderno de Resumos: V Simpósio sobre Reforma Agrária e Questões Rurais**. Araraquara, 2012. p.137.

SILVA. P. S. **Políticas públicas e mediação social na Comunidade Remanescente de Quilombos de Casca – Mostardas – RS**. 2007. 105f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SOUZA, R. S. **A condição organizacional**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2012.

SOUZA, V. R. F. P. Conceição das crioulas, Salgueiro (PE). In: O'DWER, E. C. (Org.) **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 109-140.

TRICHES, R.M., SCHNEIDER, S. Alimentação Escolar e Agricultura Familiar: reconectando o consumo à produção. **Saúde e Sociedade**. S. l. v.19, n. 4, p. 933-945, 2010.

ZIMMERMANN, S. A. A institucionalidade de uma política alimentar em nível local: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Mirandiba, Brasil. **Anais... IV Congresso Internacional de la Red SIAL**. Mar del plata, out. 2008.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida**: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: editora da UFRGS. 2009.

_____ Agricultura Familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Revista Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, 21, out. 2003. P.42-61.

WEBER, M. Os fundamentos da organização burocrática: uma construção do tipo ideal. In CAMPOS, E. (Org.). **Sociologia da burocracia**. 4ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p.15-28.

WOLF, E. **Sociedades camponesas**. Tradução Oswaldo Caldeira C. da Silva. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

_____ Parentesco, amizade e relações patrono-cliente em sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, B.; RIBEIRO, G. L. **Antropologia e poder**: contribuições de Eric R. Wolf. Brasília: Editora da UNB. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003. p. 93-114.

ANEXOS

Anexo A – Carta de Apresentação



Ministério da Educação
Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Rurais
Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezado(a) Sr.(a)

Venho por meio desta apresentar a aluna do nosso Mestrado em Extensão Rural, **Cristiane Coradin**, que está realizando, sob minha orientação, a pesquisa de campo para sua dissertação, intitulada **“Racionalidades quilombolas e tecnoburocráticas: etnografia do Programa de Aquisição de Alimentos em Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira - Paraná”**

Solicitamos a sua colaboração, ressaltando que ela é fundamental para a viabilidade e qualidade da pesquisa. Outrossim, esclarecemos que a finalidade da mesma é eminentemente científica, e que as informações prestadas serão utilizadas essencialmente para fins acadêmicos.

Sem mais, desde já agradecemos.

Prof. Renato Santos de Souza
DEAER / CCR / UFSM
SIAPE 1225866

Anexo B – Registro do Gabinete de Projetos – UFSM

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM
1.2.1.20.1.13 Projeto - Informações resumidas

Data: 18/07/2013
Hora: 16:22

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA - UFSM

1.2.1.20.1.13 Projeto - Informações resumidas

Classificação Principal: Pesquisa
Data Inicial: 10/06/2013 **Data Final:** 10/12/2014
Tipo de Evento: Não se aplica

Título: RACIONALIDADES QUILOMBOLAS E TECNOBUROCRÁTICAS: ETNOGRAFIA DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS NO VALE D

Número do Projeto: 035155

Situação: Em trâmite para registro

Palavras-chave: quilombolas, políticas públicas, agricultura camponesa, racionalidades

Resumo: Este projeto tem como finalidade desenvolver pesquisa qualitativa de campo sob a temática Programa de Aquisição de Alimentos e Comunidades Remanescentes de Quilombos no Vale do Ribeira Paraná. A ênfase incide sobre a compreensão das interações sociais entre a racionalidade dos quilombolas e a racionalidade do Programa. Como objetivo geral pretende-se compreender e analisar as interações socioculturais decorrentes da adesão dos quilombolas no Programa de Aquisição de Alimentos no Vale do Ribeira Paraná. Como objetivos específicos deseja-se a) compreender como as demandas operacionais do Programa interagem com a dinâmica camponesa dos quilombolas que participam deste Programa; b) analisar como os padrões organizacionais burocráticos do Programa interagem com os padrões parentesco das comunidades pesquisadas; e por fim, c) discutir como os técnicos extensionistas e lideranças quilombolas envolvidos na operacionalização do PAA nas comunidades pesquisadas, realizam a mediação sócio-política entre os diferentes saberes e valores constitutivos da racionalidade do PAA e dos quilombolas. A pesquisa de campo será composta por observações a campo a serem realizadas nas comunidades remanescentes de quilombos Sete Barras e Córrego das Moças, município de Adrianópolis - Paraná e também por entrevistas com agentes de desenvolvimento local, como técnicos extensionistas, mediadores quilombolas e agricultores quilombolas, fornecedores do PAA.

Participantes	Vínculo Institucional	Função	Bolsa	C. Horário (semanal)	Data Inicial	Data Final
1225668 RENATO SANTOS DE SOUZA	Docente	Orientador		10 horas	10/06/2013	10/12/2014
201280775 CRISTIANE CORADIN	Aluno de Pós-graduação	Pesquisador		20 horas	10/06/2013	10/12/2014
Unidades vinculadas ao projeto						
Unidade	Função	Data Inicial	Data Final			
03.33.00 - DEPTO. EDUCAÇÃO AGRÍCOLA EXTENSÃO RURAL - EDA	Responsável	10/06/2013	10/12/2014			

Prof. Renato Santos de Souza
DEAER / CCR / UFSM
S/APE 1225866

Página: 1

Anexo C - Roteiro de entrevistas semiestruturadas para agricultores quilombolas

Entrevistado; Idade; Sexo; Número e caracterização dos familiares que moram juntos; Nível de escolaridade.

1 Histórico da família:

1.1 Como o Sr.(a) e sua família tem vivido nos últimos anos? (Como obtém os meios de vida, se plantam, o que plantam, quanto plantam, como fazem, que implementos e insumos utilizam, quem faz, quem faz o que na família, de onde e como entram as rendas, diversidades de atividades, dificuldades e desafios);

1.2 O que lhe motivou e por que decidiu entrar no PAA? (Qual era o contexto, quais foram as razões, os conflitos existentes, dificuldades que sentiram para entrar, eventos e pessoas marcantes);

2 Contexto atual no âmbito da família:

2.1 Mudou alguma coisa com relação ao que plantavam, como faziam, que implementos, insumos utilizavam e quem fazia o que desde que entraram no PAA? O que mudou? O que está achando dessas mudanças?

2.3 Quais as vantagens e desvantagem que percebe em estar participando do Programa?

2.4 Identifica algum tipo de problema nesse Programa? Quais?

3 Organização comunitária, gestão do Projeto e mediações técnicas e sociopolíticas:

3.1 Entre as famílias, parentes, vizinhos e amigos, os (as) senhores(as) costumam se ajudar para atender as demandas do PAA? (Como acontecem essas ajudas? Quem mais ajuda quem e com o quê?

3.2 O que o (a) Sr.(a) está achando da forma como o PAA acha está organizado hoje? (Responsável legal Associação Quilombola de Sete Barras e Córrego das Moças, coordenação, conselho gestor, representantes da comunidade, secretárias, parcerias com a prefeitura, Emater, sistema de porcentagens, etc. Comparar com relação ao modo de organização anterior).

3.3 Identifica algum tipo de problema na gestão do projeto de PAA que participa? Qual(s)? (Relações com mediadores – representantes da comunidade, coordenador do projeto, secretarias, técnicos da prefeitura, prefeitura, porcentagens, batedores de cargas, questões de documentações, pagamentos, informações, saber o que se passa, formas de decisão, relação dos representantes com a comunidade, etc.)

4 Identidade:

4.1 O(a) Sr.(a) se considera remanescente de quilombo?

4.2 O que significa ser quilombola para ti?

4.3 O(a) Sr.(a) acha que a participação de vocês, e outras famílias e da comunidade no PAA tem ajudado a fortalecer essa identidade de quilombola que o(a) me caracterizou? Como e por quê

Anexo D - Roteiro de entrevistas semiestruturadas para quilombolas mediadores externos da comunidade Córrego das Moças

Entrevistado; Idade; Sexo; Número e caracterização dos familiares que moram juntos; Nível de escolaridade.

1 Histórico da família

1.1 Como o Sr.(a) e sua família tem vivido nos últimos anos? (Como obtém os meios de vida, se plantam, o que plantam, quanto plantam, como fazem, que implementos e insumos utilizam, quem faz, quem faz o que na família, de onde e como entram as rendas, diversidades de atividades, dificuldades e desafios).

1.2 O que lhe motivou e por que decidiu entrar no PAA? (Qual era o contexto, quais foram as razões, os conflitos existentes, dificuldades que sentiram para entrar, eventos e pessoas marcantes);

2 Contexto atual no âmbito da família:

2.1 Mudou alguma coisa com relação ao que plantavam, como faziam, que implementos, insumos utilizavam e quem fazia o quê desde que entraram no PAA? O que mudou? O que está achando dessas mudanças?

2.2 Quais as vantagens e desvantagem que percebe em estar participando do Programa?

2.3 Identifica algum tipo de problema nesse Programa? Quais?

3 Histórico da Comunidade Remanescente de Quilombos Sete Barras e Córrego das Moças:

3.1 O (a) Sr. (a) pode me contar como aconteceu o processo de reconhecimento da comunidade como Remanescente de Quilombos?

3.2 Como foi o processo de construção da Associação Comunitária de Remanescentes de Quilombos Sete Barras e Córrego das Moças? (Motivações, razões, se houve auxílio de mediadores externos e quais foram, quais os objetivos e finalidades da Associação)

3.3 Quais as razões de terem resolvido utilizar a Associação para acessar ao PAA?

3.4 Pode me contar com era a participação do (a/as/s) Sr(a/as/s) e da Associação no início do Projeto (que papéis cumpriram, quais dificuldades sentiram, quem ajudou, com o que e como).

4 Organização comunitária, gestão do Projeto e mediações técnicas e sociopolíticas:

4.1 Entre as famílias, parentes, vizinhos e amigos, os(as) senhores(as) costumam se ajudar para atender as demandas do PAA? Como acontecem essas ajudas? Quem mais ajuda quem e com o quê?

4.2 O que o senhor acha da forma que o PAA está organizado hoje? (Responsável legal Associação Quilombola de Sete Barras e Córrego das Moças, coordenação, conselho gestor, representantes da comunidade, secretárias, parcerias com a prefeitura, Emater, sistema de porcentagens, etc. Comparar com relação ao modo de organização anterior).

4.3 Identifica algum tipo de problema na gestão do PAA? Qual(s)? (relações com mediadores – representantes da comunidade, coordenador do projeto, secretarias, técnicos da prefeitura, prefeitura, porcentagens, batedores de cargas, questões de documentações, pagamentos, informações, saber o que se passa, formas de decisão, relação dos representantes com a comunidade, etc.)

5 Identidade:

5.1 O (a) Sr.(a) se considera remanescente de quilombo?

5.2 O que significa ser quilombola para ti?

5.3 O (a) Sr.(a) acha que a participação de vocês, e outras famílias e da comunidade no PAA tem ajudado a fortalecer essa identidade de quilombola que o(a) me caracterizou? Como e por quê?

Anexo E - Roteiro de entrevistas semiestruturadas para mediadores técnicos sócio-políticos

Entrevistado; Idade; Sexo; Número e caracterização dos familiares que moram juntos; Nível de escolaridade.

1 – Como o (a) Sr. (a) analisa a relação entre a lógica das famílias de agricultores quilombolas e a lógica (econômica, organizacional e social) do PAA? (Relação entre o jeito, forma que eles vivem e entendem-se no mundo, se relacionam com o mundo e com a forma como o PAA está estruturado e as demandas institucionais que ele gera para os agricultores e comunidades: documentos, papéis, cronogramas, padronizações, diversificação de produtos, quantidades e qualidades, associação formal, etc.).

2 – Quais os problemas, dificuldades que enfrenta em seu trabalho em relação a esse Projeto e sua atuação junto aos agricultores?

3 - Qual que é a sua análise sobre os processos de reconhecimento dessas comunidades como Remanescentes de Quilombos? (O que são quilombolas para ti, se considera que esses grupos sejam quilombolas, papéis desempenhados por instituições externas que atuaram no reconhecimento, potencialidades e dificuldades que identificam nesses processos e o papéis desempenhados pelos (as) Sres.(as), etc.).

4- Que tipo de vantagens e desvantagens o PAA pode estar gerando para a construção social da identidade dessas famílias e comunidades? (Como agricultores camponeses, familiares, pluriativos, e quilombolas, etc.).

Anexo F – Carta de Nicolau Dias de Matos

Nicolau Dias de Mattes
 nasci em 06 de dezembro de 1928.
 Sou descendente buque

nasci em Resinga Bairro Sete Barras
 município de Adrianópolis Paraná

Desde pequeno trabalhei muito, numa
 luta muito dura e difícil.

No sítio nós faziam de tudo, rapava
 de feijão e de Machado aqui na região
 era tudo mato virgem capelinão.

Nós tinha mungelo para fazer farinha
 de milho nos fazia roça grande de
 milho e mandioca.

Nós tinha roda de ralar mandioca
 para fazer farinha.

Melada para moer cana, nós
 fazia rapadura, melado, açúcar estes
 produtos nós vendiam para nos sustentar
 em casa. Nós tinha bastante criação,

tinha porco, galinha, Cavalos, patos e cabritos

E meus Pais faziam multirão com
 40 a 50 pessoas. O café de manhã era
 café natural adocicado com rapadura o pessoal
 gostava muito.

O almoço e janta era arroz caseiro, a
 comida feita só com banha de porco.

Os Pães e bolos era assado só na
 fôrmaia. Os multirão e bailes era
 divertido os bailes que saia não tinha
 brigas nem discussões e hoje nos bailes
 só da discussões e brigas o porco não

sabe divertir legal, muitos bebi e
só quer brigar.

Aqui próximo a minha casa tem a
igreja Católica igreja São Sebastião e
nessa Senhora Santana.

Desde antigamente até hoje tem o
Pequeno Cemitério dos laique, onde
nos rezamos lá pelo menos 1 vez
por ano.

Aqui na igreja tem missa quase
todos os mês.